

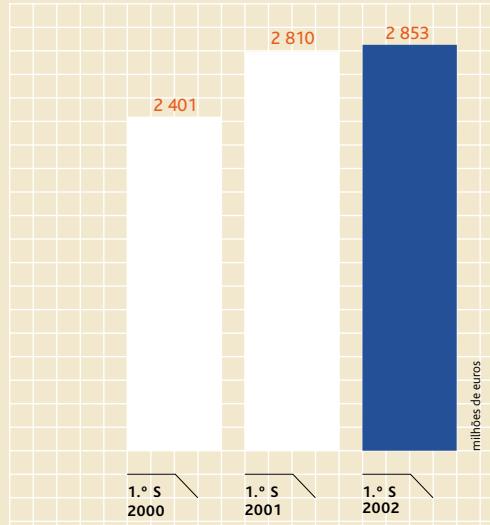


2002

P R I M E I R O S E M E S T R E

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

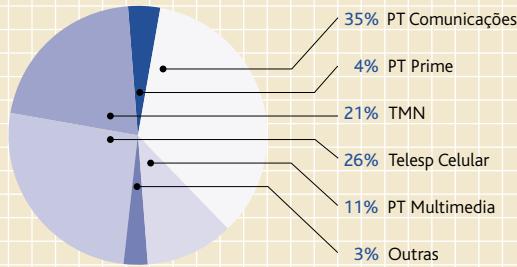
Portugal Telecom



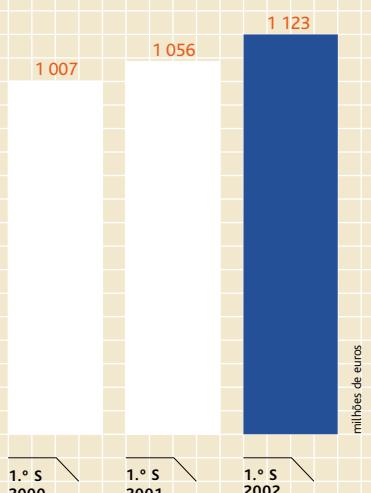
+9%

Taxa média de crescimento anual

milhões de euros



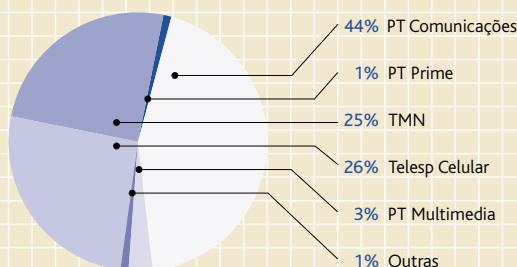
Estrutura das Receitas



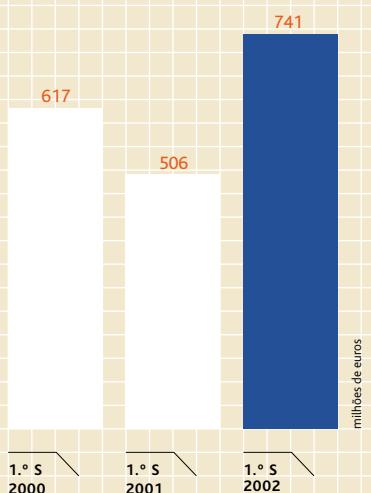
+5,6%

Taxa média de crescimento anual

milhões de euros



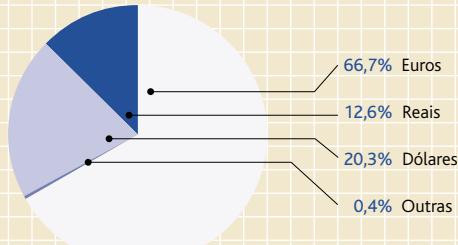
Estrutura do EBITDA



+9,6%

Taxa média de crescimento anual

milhões de euros



4 762 milhões de euros

Dívida Líquida por Divisa

Índice

Dados a Reter	4
Principais Indicadores por Negócio	5
Mensagem aos Accionistas	6
Relatório de Gestão	8
01. Evolução dos Negócios	8
02. Mercado de Capitais	19
03. Pessoal	21
04. Investigação e Desenvolvimento	21
05. Sistemas de Informação	22
06. Análise Económica e Financeira	22
07. Novo Modelo de Governo	31
08. Perspectivas Futuras	32
Demonstrações Financeiras Consolidadas	33
Certificação Legal das Contas	105
Relatório dos Auditores	107
Detalhe das Receitas Consolidadas	110
Dados Operacionais por Negócio	111
Gestão da PT	114
Informação aos Accionistas	116

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Pessoa Colectiva n.º 503215058

Capital social 1 254 285 000 euros

Mat. n.º 3602/940706, 4.ª Secção CRCL

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 LISBOA

DADOS A RETER

CLIENTES/ACESSOS

Total de Clientes PT		
Portugal	17,4	15,1
Mercado Internacional ⁽ⁱ⁾	10,5	9,5

em milhões		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
17,4	15,1	14,9
10,5	9,5	11,1
6,9	5,7	21,4

PESSOAL

Pessoal ao Serviço no Grupo		
Portugal	22 691	21 309
Mercado Internacional ⁽ⁱ⁾	17 324	18 390
Produtividade	5 367	2 919
Acessos Telefónicos Principais por Trabalhador – Portugal	403	394
Acessos Fixos e Celulares por Trabalhador – Portugal	711	633

número		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
22 691	21 309	6,5
17 324	18 390	(5,8)
5 367	2 919	83,9
403	394	2,4
711	633	12,2

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receitas Operacionais Consolidadas		
EBITDA (Resultados Operacionais + Amortizações)	2 853	2 810
Resultados Operacionais	1 123	1 056
Outras Despesas (Receitas)	625	551
Resultado Consolidado Líquido	321	316
Resultado Consolidado Líquido por Acção (em euros)*	203	200

em milhões de euros, excepto*		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
2 853	2 810	1,5
1 123	1 056	6,3
625	551	13,4
321	316	1,7
203	200	1,2
0,16	0,16	1,2

MARGENS E INDICADORES

Margem EBITDA (consolidada)		
EBITDA/Juros Líquidos (n.º vezes)*	39,4	37,6
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Capital Próprio)	13,8	7,3
Investimento Total (em milhões de euros)*	57,7	51,0
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex) ⁽²⁾ (em milhões de euros)*	521	1,943
EBITDA menos Capex (em milhões de euros)*	382	(73,2)

em percentagem, excepto*		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
39,4	37,6	1,8 p.p.
13,8	7,3	n.s.
57,7	51,0	6,7 p.p.
521	1,943	(73,2)
382	550	(30,5)
741	506	46,3

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Activo Líquido		
Dívida Líquida	15 970	15 009
Capitais Próprios	4 762	4 804
Capital Social	3 485	4 609

em milhões de euros		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
15 970	15 009	6,4
4 762	4 804	(0,9)
3 485	4 609	(24,4)
1 254	1 254	0,0

Dados com consolidação integral (1.º S 2002 e 1.º S 2001) da Telesp Celular.

(i) Empresas consolidadas integral ou proporcionalmente.

(2) Não incluindo goodwill.

PRINCIPAIS INDICADORES POR NEGÓCIO

PT Comunicações

Receitas Operacionais Consolidadas	
Resultado Operacional	
Resultado Líquido	
EBITDA ⁽¹⁾	
EBITDA/Receitas Operacionais Consolidadas (%) [*]	
Investimento Corpóreo e Incorpóreo	

em milhões de euros, excepto [*]		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
1 152	1 221	(5,7)
294	314	(6,4)
186	205	(9,2)
489	535	(8,7)
42,5	43,9	(1,4 p.p.)
132	123	7,2

PT Prime

Receitas Operacionais Consolidadas	
Resultado Operacional	
Resultado Líquido	
EBITDA ⁽¹⁾	
EBITDA/Receitas Operacionais Consolidadas (%) [*]	
Investimento Corpóreo e Incorpóreo	

em milhões de euros, excepto [*]		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
151	127	19,2
(5)	6	n.s.
(29)	(0)	n.s.
11,1	19	(41,6)
7,4	15,0	(7,6 p.p.)
14	28	(50,0)

TMN

Receitas Operacionais Consolidadas	
Resultado Operacional	
Resultado Líquido	
EBITDA ⁽¹⁾	
EBITDA/Receitas Operacionais Consolidadas (%) [*]	
Investimento Corpóreo e Incorpóreo	

em milhões de euros, excepto [*]		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
709	641	10,6
199	153	30,3
135	94	43,8
285	238	19,8
40,2	37,1	3,1 p.p.
134	115	16,0

Telesp Celular

Receitas Operacionais Consolidadas	
Resultado Operacional	
Resultado Líquido	
EBITDA ⁽¹⁾	
EBITDA/Receitas Operacionais Consolidadas (%) [*]	
EBITDA/Receitas de Prestação de Serviços (%) ^{(2)*}	
Investimento Corpóreo e Incorpóreo	

em milhões de euros, excepto [*]		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
734	720	1,9
150	106	42,3
(94,5)	(115)	n.s.
295	239	23,3
40,1	33,2	6,9 p.p.
46,1	39,5	6,6 p.p.
38	209	(82,0)

PT Multimedia

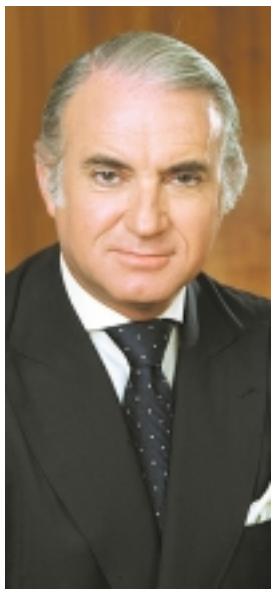
Receitas Operacionais Consolidadas	
Resultado Operacional	
Resultado Líquido	
EBITDA ⁽¹⁾	
EBITDA/Receitas Operacionais Consolidadas (%) [*]	
Investimento Corpóreo e Incorpóreo	

em milhões de euros, excepto [*]		
1.º S 2002	1.º S 2001	△ %
327	284	15,2
(7)	(14)	n.s.
(78)	(52)	n.s.
33	18	77,2
10,0	6,5	3,5 p.p.
40	56	(28,2)

Os valores acima apresentados incluem transacções intragrupo.

(1) EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações.

(2) Exclui a venda de equipamentos.



MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Senhores Accionistas,

O primeiro semestre de 2002 marcou mais um período de sólida performance operacional e financeira para a Portugal Telecom.

A situação macro-económica menos favorável condicionou a procura dos serviços de telecomunicações, mas o reforço da liderança nas operações em Portugal e no Brasil, bem como as acções de racionalização de custos, permitiram colmatar essa restrição.

A base total de clientes do grupo aumentou para 17,4 milhões, um acréscimo de cerca de 900 mil clientes face ao final de 2001. As receitas operacionais consolidadas situaram-se em 2 853 milhões de euros e o EBITDA (resultados operacionais antes de amortizações) ascendeu a 1 123 milhões de euros, representando um crescimento superior a 6%.

Prosseguimos o desenvolvimento e diversificação do portfolio de negócios do grupo, que apresenta actualmente um mix em que os negócios móveis, nos mercados nacional e internacional, representam 62% do total de clientes e 48% das receitas.

No serviço fixo de telefone, a PT Comunicações mantém uma

quota de mercado superior a 90%, após dois anos de liberalização total do mercado, fruto da sua diferenciação ao nível da qualidade, dos preços e de uma oferta inovadora, onde se destaca o relançamento do ADSL. O desenvolvimento das estruturas de relacionamento com o cliente, através do CRM, e a modernização das infra-estruturas, recorrendo às tecnologias mais avançadas, têm igualmente contribuído para que a PT Comunicações mantenha uma liderança clara nos segmentos de clientes onde actua, nomeadamente, residencial, SoHo e pequenas e médias empresas.

Não obstante a forte concorrência, a PT Comunicações conseguiu manter uma sólida margem EBITDA de 42,5%, em resultado de uma racionalização efectiva dos custos.

No segmento empresarial de topo, a PT Prime reforçou a posição de operador de referência, preservando a sua base de clientes e angariando novos clientes entre as principais instituições portuguesas. Os serviços de transmissão de dados, em particular os de banda larga, e os serviços Internet empresariais com base nas soluções WebSide, têm evidenciado um elevado dinamismo.

O mercado móvel nacional continuou a apresentar um potencial de crescimento significativo, não obstante a elevada densidade já atingida. A TMN reforçou a sua liderança, atingindo uma base de clientes de 4,1 milhões, o que representa um aumento de 22% e uma quota de mercado de mais de 48%.

A política comercial adoptada permitiu à TMN consolidar o posicionamento junto de clientes com assinatura e empresariais, através das soluções Corporate. O lançamento dos serviços MMS, GPRS e a plataforma "My TMN", que permite a personalização dum leque alargado de serviços via WAP e SMS, vieram criar as bases para que, tirando partido da sua dimensão, a TMN possa expandir no futuro os negócios de dados e Internet.

A TMN registou acréscimos de receitas e de EBITDA de, respetivamente, 11% e 20%, melhorando a margem EBITDA para 40%.

No Brasil, a Telesp Celular Participações concluiu com êxito o processo de aumento de capital, reservado a accionistas, para 4 370 milhões de reais, que lhe permitiu um encaixe de 2 403 milhões de reais. Este encaixe será utilizado para efectuar um aumento de capital na Global Telecom (empresa brasileira de telecomunicações móveis, participada em 83% pela Telesp Celular e que opera nos estados de Paraná e Santa Catarina), que permitirá a esta empresa reduzir a sua dívida, e para financiar os investimentos da Telesp Celular e da Global Telecom. Nesta operação de aumento de capital, a PT subscreveu 80,5% do total de novas acções emitidas, aumentando o seu interesse económico na Telesp Celular Participações para 65,1%. A subscrição dos minoritários no aumento de capital da Telesp Celular Participações irá permitir a redução da dívida consolidada do grupo em aproximadamente 176 milhões de euros.

A Telesp Celular teve também uma óptima performance operacional neste semestre, tendo atingido mais de 5,5 milhões de clientes, o que representou um aumento de cerca de 17% em relação ao primeiro semestre de 2001, reforçando a sua quota de mercado no estado de São Paulo para 67%. Adicionalmente, a Telesp Celular procedeu a uma forte racionalização do investimento e dos custos de estrutura e subsidiação, elevando a sua margem EBITDA para 40%, face a 33% em igual período do ano anterior. A joint venture com a Telefónica, agrupando as empresas móveis dos dois grupos no Brasil que deverá ser concretizada integralmente no primeiro semestre de 2003, será uma importante fonte de crescimento para a PT e permitirá igualmente uma rentabilização das suas operações neste mercado, nomeadamente através da captação de sinergias.

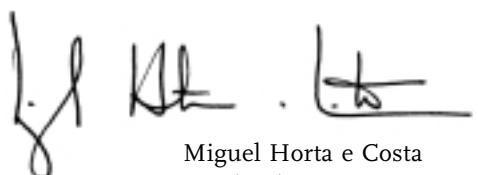
Os negócios multimédia tiveram um crescimento significativo, situando-se o número total de clientes em 2,1 milhões, um aumento de mais de 27% face ao primeiro semestre do ano anterior. O serviço de Internet de banda larga, Netcabo, atingiu os 95 mil clientes, mais do que duplicando o número de

clientes. O portal Sapo manteve a sua posição dominante no mercado nacional, aumentando o número de páginas vistas em 76%. A Lusomundo vendeu 7,5 milhões de bilhetes de cinema em Portugal e Espanha e reforçou as audiências do Jornal de Notícias, do Diário de Notícias e da TSF, que atingiu o índice de audiências mais elevado dos últimos dois anos.

A boa performance operacional nas diferentes áreas de negócio e o maior enfoque na redução dos custos e do investimento permitiram que o indicador EBITDA menos Capex registasse um acréscimo de 46% em relação ao primeiro semestre de 2001. O resultado líquido no semestre foi de 202,5 milhões de euros, o que compara com 200 milhões de euros no primeiro semestre de 2001. Expurgando o efeito dos itens extraordinários, o incremento do resultado líquido face ao primeiro semestre de 2001 teria sido de 13,7%.

A PT solidificou a sua estrutura financeira durante o primeiro semestre de 2002, culminando num vasto processo de reestruturação que permitiu reduzir a dívida líquida em 694 milhões de euros e neutralizar o impacto negativo da desvalorização do euro face ao dólar. Simultaneamente, aumentou-se a maturidade da dívida para aproximadamente cinco anos e reduziu-se o seu custo médio, incluindo os empréstimos em reais, para 5,5%. O desempenho evidenciado permitiu manter um dos ratings mais fortes do sector europeu de telecomunicações. A solidez financeira e o crescimento dos negócios foram devidamente reconhecidos pelo mercado. Não obstante, as condições extremamente adversas e o ambiente de elevada volatilidade nos mercados de capitais, a performance das acções da PT até final de Junho superou a do índice bolsista DJ Stoxx para as telecomunicações europeias em 25 pontos percentuais.

Uma palavra final de agradecimento aos nossos colaboradores pelo seu profissionalismo e empenho, aos nossos clientes por acreditarem na qualidade dos nossos serviços, e aos nossos accionistas pela confiança depositada na equipa de gestão da PT.



Miguel Horta e Costa
Presidente da Comissão Executiva

1. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

PT Comunicações

A PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações") continuou a responder com êxito à liberalização total do mercado, praticamente estabilizando as suas quotas de mercado, após dois anos e meio de plena concorrência, em cerca de 92%, no tráfego total originado (acesso indirecto), e mais de 96% no parque de acessos. Esta performance resultou de uma estratégia de fidelização assente na diferenciação e competitividade da oferta pelo preço, inovação e qualidade, e no desenvolvimento das estruturas de relacionamento com o cliente.

O actual quadro regulamentar caracteriza-se pela disponibilidade de pré-selecção de operador para todos os tipos de tráfego, pela portabilidade de número e pela oferta desagregada do acesso local (OLL). No final do semestre o número de clientes em pré-selecção reduziu-se para 302 mil, face a uma taxa média de recuperação de clientes à concorrência de 84% no período.

CONCORRÊNCIA	
> Quota de mercado dos outros operadores	8%
> Clientes em pré-selecção	302 mil
> Recuperação de clientes pela PT no 1.º Semestre	84%

O processo de OLL tem decorrido de forma progressiva, à semelhança do que acontece nos restantes países da UE. A oferta de referência da PT Comunicações tem evoluído no sentido de incorporar as várias deliberações do regulador, nomeadamente ao nível dos preços, do acesso partilhado e do sub-lacete local. Na sequência de uma reestruturação da arquitectura da rede, a oferta de interligação encontra-se estabilizada, tornando mais flexível a interligação de redes, enquanto os preços do tráfego de interligação sofreram uma redução média global de 11,9% no sentido de aproximação à média europeia. Os novos preços dos circuitos deverão ser brevemente aprovados.

Relativamente a igual período do ano anterior, estiveram em vigor novas condições de acesso à Internet, substituindo o anterior regime de propriedade e repartição de receitas assente no serviço fixo de telefone, por um novo modelo de acesso baseado na originação de chamadas, transferindo a propriedade do tráfego para os Internet Service Providers (ISP). Esta delibe-

ração do regulador foi objecto de contestação judicial pela PT, a qual aguarda decisão.

Ainda não foi concluído o processo de negociação da Convenção do Serviço Universal que deverá vir a enquadrar os futuros preços do serviço telefónico. Assim, mantiveram-se em vigor os preços ao público de Fevereiro de 2001, pelo que a variação nominal do cabaz de preços no primeiro semestre de 2002, face a igual período do ano anterior, foi inexpressiva, de apenas -0,3%.

A PT Comunicações tem vindo a privilegiar o lançamento e promoção de planos de preços como forma de flexibilizar e assegurar a competitividade dos preços de retalho. Dispõe neste momento de vários planos de preços, inovadores e ajustados aos diferentes segmentos de clientes, onde se destacam, para o segmento empresarial (PME), os Prime Rate e Vantagem Nacional e os Marconi Prime Rate, Vantagem e Valor Internacional, com descontos assinaláveis, respectivamente nos tráfegos nacional e internacional. O Preço Único no País (de 6,23 céntimos) destina-se a clientes com um consumo mensal superior a 100 euros. Os Planos Option constituem pacotes para PME integradores dos vários planos de preços existentes para este segmento.

Para o mercado residencial, refiram-se os planos de preços Local+ e Família e Amigos (descontos fixos para números previamente seleccionados) e Relação +, Relação Internacional, Marconi Star, Marconi Alegro Internacional e Marconi Partner (várias modalidades de descontos no tráfego internacional). O PT Primeira Vez permite aos novos clientes o pagamento da taxa de instalação em mensalidades, incluindo ainda uma oferta em tráfego.

Passaram também a existir para o tráfego fixo-móvel planos de preços específicos, como o F-M ou o Plano Fixo-Móvel, caracterizando-se, respectivamente, por descontos de quantidade e por um preço único ao segundo sem modulação horária.

A PT Comunicações continuou a diversificar e promover o seu portfolio de serviços, recorrendo a novas soluções empresariais assentes na RDIS e visando a angariação e fidelização de clientes residenciais através do pacote PT 1.ª Vez e da utilização das facilidades de Voice Mail. Para melhor divulgação e conhecimento da oferta pelos clientes, foram lançados o Guia PT, para clientes residenciais, o catálogo PT Negócios, para o mercado SoHo, e o catálogo Soluções para Empresas.

O serviço ADSL, em termos de oferta wholesale, foi relançado no início de Julho com a solução Rede ADSL PT que permite

aos ISP maior flexibilidade de débito e a integração de produtos de banda larga com auto-instalação. A procura deste serviço sofreu de imediato um impulso significativo, situando-se as instalações no final de Agosto em cerca de 14,2 mil, face a 7,1 mil no final do primeiro semestre. A cobertura ADSL abrange actualmente 200 comutadores, correspondente a aproximadamente 2,6 milhões de acessos, ou seja, cerca de 60% dos acessos totais. Ao nível do customer care, consolidou-se o modelo de funcionamento e estrutura dos centros de atendimento telefónico (call centers), sob a designação Contact Center. Já se dispunha de Contact Center específicos para os clientes residenciais e empresariais, tendo-se privilegiado neste semestre o tratamento do mercado SoHo, através da integração de processos e procedimentos entre o respectivo call center, o telemarketing e a força de vendas. Os segmentos empresarial e SoHo passaram também a dispor de uma nova aplicação CRM.

Entrou em funcionamento um centro de atendimento único multi-serviços, apoiado em atendimento multifuncional no período nocturno, e concluiu-se a automatização dos serviços informativos com base em tecnologia de reconhecimento de voz.

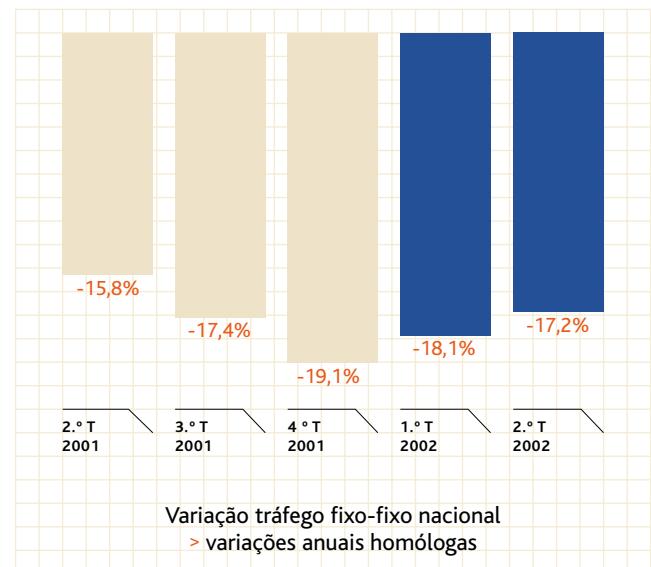
A PT Comunicações apostava na qualidade de serviço como um factor-chave de diferenciação da oferta. O desenvolvimento e modernização de infra-estruturas a que procedeu, recorrendo às tecnologias e sistemas de gestão de rede mais avançados, permitiram-lhe uma contínua melhoria de qualidade de serviço e condições para a prosseguir no futuro face aos níveis de capacidade disponíveis. Para prosseguir e objectivar melhor esta actuação, perante os clientes e a concorrência, está em curso o processo de certificação de um sistema de gestão da qualidade com base na norma ISO 9000:2000.

No final de Junho, a base de clientes da PT Comunicações ascendia a 4,2 milhões de acessos, dos quais 68,4% clientes residenciais, 18,3% SoHo e PME, 9,3% grandes clientes e 2,9% operadores. Os acessos RDIS aumentaram 8,9% face a igual período do ano anterior, atingindo uma taxa de penetração de 19,7%. Os acessos com Voice Mail situaram-se em 1 338 mil, correspondendo a um aumento de 24,2% e a uma penetração de 36,7%.

Nos serviços a operadores, a capacidade dos circuitos alugados (equivalente a 64 kbps) aumentou 25,5%, reflectindo a elevada qualidade do serviço prestado (98,6% da capacidade instalada é digital) e a competitividade dos preços.

A utilização total da rede fixa em minutos registou um decréscimo de 3,3%, face ao primeiro semestre de 2001, reflectindo sobretudo a conjuntura macro-económica desfavorável que se vem observando. O tráfego de retalho diminuiu 13,9%, enquanto o tráfego wholesale manteve uma evolução positiva, face à actividade dos novos operadores, mas com um crescimento mais lento, de 6,6%. O tráfego originado por acesso/dia situou-se em 10,7 minutos, com um decréscimo de 5,1%. O tráfego Internet representou 41,6% do total originado, diminuindo 2,1% também em resultado das novas aplicações de banda larga suportadas nomeadamente na rede de televisão por cabo.

Nota-se a contracção do tráfego doméstico de voz, que registou um decréscimo de 17,6%, reflectindo o efeito de substituição pelo serviço móvel e o agravamento da situação macro-económica. Para colmatar estes efeitos, a PT Comunicações lançou um processo de Revenue Assurance & Enhancement, um sistema e ferramenta cuja utilidade se traduzirá na possibilidade de seguimento, alerta, integração e monitorização da minimização dos factores de risco de perdas e fugas de receitas nas arquitecturas dos processamentos dos vários serviços.



A racionalização, optimização e selecção criteriosa dos projectos de investimento, pautou o desenvolvimento das infra-estruturas no primeiro semestre de 2002.

Prosseguiram as acções conducentes à evolução da infra-estrutura para uma Rede de Próxima Geração, uma arquitectura de rede mais adaptada à futura evolução previsível do tráfego e

que permita o transporte de todos os serviços de voz e dados numa mesma infra-estrutura de comutação de pacotes, ATM (Asynchronous Transfer Mode) ou IP (Internet Protocol), via-bilizando uma instalação mais rápida e económica dos futuros serviços de convergência (voz, dados e vídeo).

Procedeu-se à extensão e adaptação da rede à portabilidade da numeração móvel introduzida no início do semestre, tendo-se igualmente concluído a difusão de novas versões de software em todos os comutadores, potenciando a disponibilização de um novo lote de funcionalidades na rede e de novos serviços, nomeadamente os que decorrem da oferta do lacete local e do seu alargamento a um maior número de centrais.

Foram instaladas novas estruturas SDH (Synchronous Digital Hierarchy) e ampliadas estruturas existentes, correspondentes a acréscimos de capacidade de cerca de 25 mil circuitos equivalentes a 2 Mbit/s, e concretizada a instalação de mais 4,3 mil km.par de fibra óptica. Ainda no âmbito da expansão da rede de transporte, é de salientar a entrada ao serviço dos primeiros sistemas DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing) e SDH a 10 Gbit/s, que vêm complementar a oferta já existente na tecnologia DWDM instalada na rede de longa distância, nomeadamente nas cordas Lisboa-Porto e nas ligações internacionais. Na rede de acesso, para além de garantir a cobertura e capacidade necessárias à rede ADSL, promoveu-se a progressiva digitalização do lacete local, através da instalação de soluções FITL (Fiber In The Loop), e o alargamento da base instalada de soluções ponto-a-ponto baseadas em tecnologia ASDH (Access Synchronous Digital Hierarchy).

Na rede de circuitos, foi colocada em fase operacional a plataforma Mega 7, fornecida pela PT Inovação, uma plataforma de nova geração que recorre à tecnologia TDM (Time Division Multiplexer), no acesso, e à tecnologia ATM, no core. As plataformas de serviço foram objecto de novas actualizações e ampliações, quer ao nível da rede inteligente, para suportar nomeadamente o serviço de portabilidade de numeração, quer nas plataformas de mensagens, com a ampliação dos nós de voice mail de Lisboa e Porto.

Estas acções determinaram a realização de um investimento cor- pório e incorpóreo de 132 milhões de euros, correspondente a 11,5% das receitas operacionais consolidadas da PT Comunicações. No final de Junho, o pessoal ao serviço da PT Comunicações situava-se em 10 451 trabalhadores, correspondendo a 403 aces-

sos principais por trabalhador, o que a mantém entre os ope- radores europeus mais eficientes.

As receitas operacionais consolidadas da PT Comunicações ascenderam a 1 152 milhões de euros, uma redução de 5,7% face ao primeiro semestre de 2001, reflectindo a contracção no trá- fego doméstico de voz. O EBITDA situou-se em 489 milhões de euros, correspondendo a uma sólida margem de 42,5%.

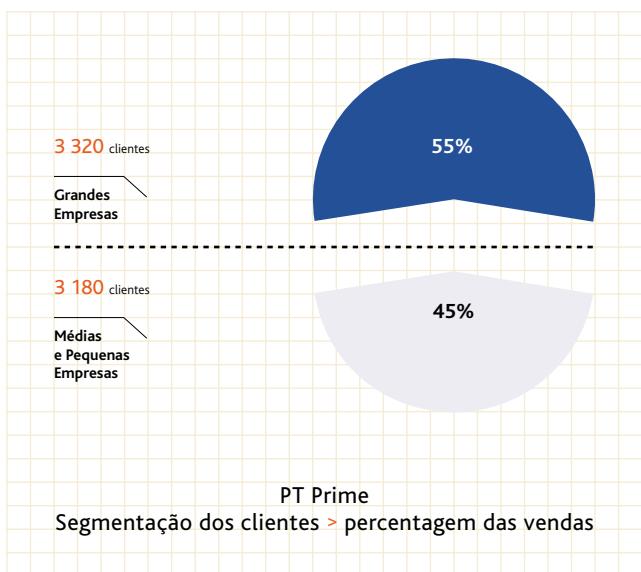
PT Prime

A PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“PT Prime”) constitui o front end comercial do grupo para os grandes clientes empresariais, através da integração de soluções de telecomunicações de voz e dados, com sistemas de informação, Internet, comércio electrónico, B2B e outsourcing de redes e serviços de comunicações das empresas.

Líder de referência neste segmento de mercado, a PT Prime reforçou a sua base de clientes com a oferta das mais avançadas soluções de telecomunicações, ajustadas ao perfil e expec- tativas de cada cliente, pela qualidade e fiabilidade dos seus serviços, do know how e de uma política de preços competi- tiva. A celebração de contratos a prazo tem constituído outro dos elementos-chave da sua performance.

Apesar de uma maior agressividade comercial por parte dos concorrentes, quer ao nível de uma mais ampla abordagem aos diversos segmentos do mercado, quer no que respeita à com- petitividade das propostas comerciais, designadamente com preços muito baixos, a empresa tem conseguido minimizar as perdas de quota de mercado e tem evidenciado uma estratégia ganhadora. Em particular, tem sido um instrumento determi- nante para o grupo manter a liderança no serviço fixo de tele- fone, face à liberalização total do mercado.

O primeiro semestre de 2002 caracterizou-se por um reforço da carteira de clientes através de importantes contratos para fornecimento de redes de comunicações e de soluções de tec- nologias de informação para grandes empresas e instituições portuguesas. Foi ainda celebrado um acordo de parceria estra- tégica e comercial com os CTT, visando incrementar as suas vantagens competitivas, e criada uma parceria com os CTT, SIBS e a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, para disponibilizar solu- ções na área da certificação digital.



Em resultado destas acções, o serviço de comunicação de dados teve uma evolução bastante positiva, com um aumento de 15,2% no parque total de acessos e um particular dinamismo nos acessos frame relay e nas ligações de banda larga, baseadas na rede ATM, cujos parques aumentaram 51,8% e 41,4%, respectivamente. Estima-se que a quota de mercado da PT Prime no negócio de comunicação de dados seja superior a 80%.

Os circuitos alugados a clientes finais registaram um crescimento de 21,4% (capacidade equivalente a 64 Kbps), apesar da canibalização por outros serviços disponibilizados, nomeadamente os suportados na rede IP e ATM. O parque de circuitos digitais representa 90,9% do total de circuitos.

A empresa continua a incorporar novos serviços na cadeia de valor, prosseguindo o desenvolvimento de serviços Internet empresarial com a oferta de WebSide, serviço completo de Internet e Web para empresas, complementada por um vasto leque de soluções de alojamento e serviços. A oferta do acesso à Internet por banda larga, baseada na tecnologia ADSL, foi reformulada com os serviços ADSL.PT Flex e ADSL.PT VPN, congregando um conjunto de sinergias entre as empresas do grupo, de forma a tornar o acesso à Internet mais fácil, rápido, cómodo e económico.

Para suportar estes serviços a PT Prime detém o maior Corporate Internet Data Centre em Portugal, dispondo de equipas técnicas permanentes para a operação, manutenção e gestão dos equipa-

mentos e das redes, a par de sofisticadas ferramentas de monitorização e de alarme. A capacidade Internet vendida a clientes empresariais aumentou 63% relativamente a igual período de 2001.

No negócio de comércio electrónico B2B, a Tradecom estabeleceu uma parceria estratégica com a PostLog, que passa a disponibilizar os seus serviços através do portal da Tradecom, possibilitando uma oferta integrada do serviço de logística, e também com a SGS – Société Générale de Surveillance, para o lançamento de um serviço de certificação, que vem complementar a oferta de serviços no mercado e-commerce B2B.

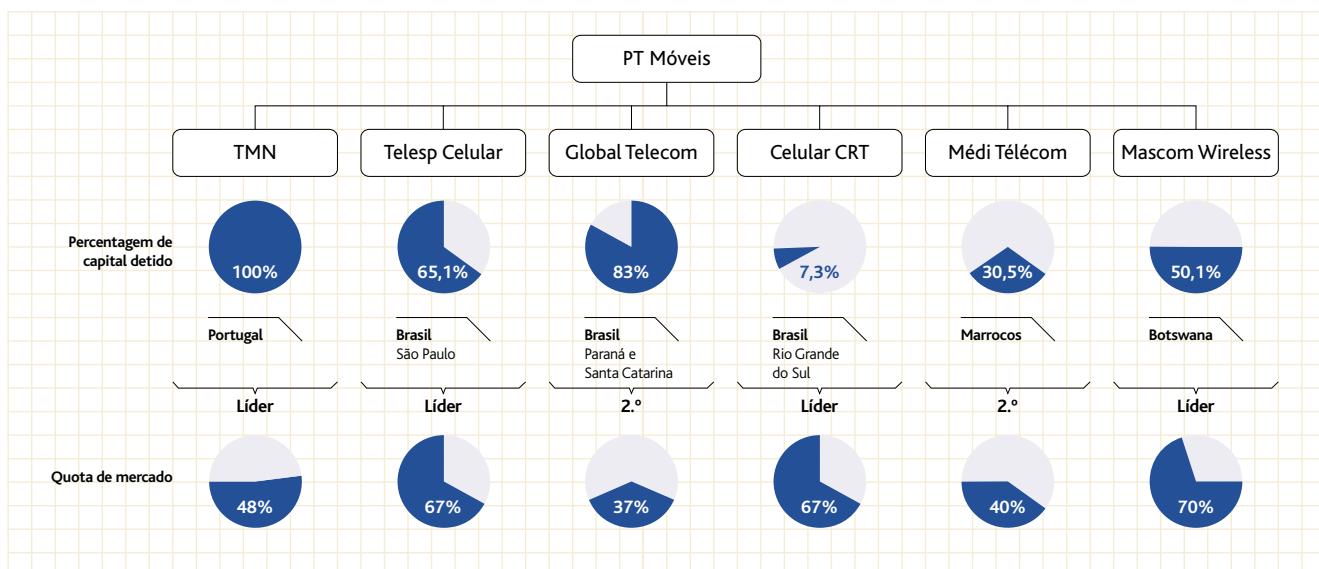
No Brasil, a PrimeSys passou a deter formalmente a totalidade dos negócios de outsourcing das redes e de telecomunicações do Bradesco e do Unibanco, na sequência da autorização da Anatel, em Julho, para o controlo da BUS a 100%. A Primesys viu assim reforçado o seu posicionamento como Enterprise Solutions Provider nos mercados de comunicação de dados, IP, web services, soluções de redes e integração de sistemas.

Foi finalizada neste período a segunda fase da introdução de um sistema de Customer Relationship Management – CRM, que permitirá a curto prazo uma diferenciação e segmentação mais precisa da oferta e da acção comercial da PT Prime. No âmbito da qualidade da oferta, o seu sistema de gestão da qualidade está certificado pela Norma ISO 9001:1995, contemplando toda a actividade da empresa, desde a concepção e desenvolvimento, produção e instalação, à assistência após venda.

O primeiro semestre de 2002 foi também objecto de um conjunto de acções de optimização das infra-estruturas da rede, incidindo em especial nos circuitos de interligação e de acesso, assim como na topologia global das redes, visando a racionalização do investimento e dos custos de exploração, sem colocar em causa os níveis de qualidade de serviço e a integridade e fiabilidade que o mercado empresarial exige.

O desenvolvimento das infra-estruturas e dos negócios envolveu um investimento corpóreo e incorpóreo de 14 milhões de euros, o que representa 9,1% das receitas da PT Prime.

As receitas operacionais consolidadas situaram-se em 151 milhões de euros, um acréscimo de 19,2% relativamente ao primeiro semestre de 2001, e o EBITDA em 11 milhões de euros, representando uma margem de 7,4%.



Negócios móveis

Os negócios móveis da PT incluem a TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (TMN) em Portugal, a Telesp Celular Participações, S.A., empresa que detém a totalidade do capital da Telesp Celular, S.A. (“Telesp Celular”) e uma participação de 83% na Global Telecom, S.A. (“Global Telecom”), no Brasil e ainda as empresas participadas que actuam em Marrocos, Botswana, Angola, Cabo Verde, Macau e São Tomé. As operações móveis da PT abrangiam no final do primeiro semestre de 2002 uma população de mais de 100 milhões de habitantes e controlavam aproximadamente 10,8 milhões de clientes, representando 62,3% da base de clientes da PT e contribuindo para 48% das receitas e 52% do EBITDA do grupo.

A PT e a Telefónica, S.A. (“Telefónica”) têm um acordo estratégico tendo em vista a criação de uma joint venture, detida em partes iguais, para gerir conjuntamente as empresas participadas que actuam no mercado móvel brasileiro. Esta joint venture abrange a Telesp Celular e a Global Telecom, por parte da PT, a Tele Sudeste Celular e a Tele Leste, por parte da Telefónica, e a Celular CRT Participações, S.A. (“Celular CRT”), participada pelos dois parceiros mas controlada pela Telefónica.

A zona de influência da joint venture corresponde a um mercado de 94,5 milhões de habitantes onde detém 12,5 milhões de clientes. O potencial de crescimento desta zona é elevado, com uma penetração móvel de apenas 22 clientes por 100 habitantes, mas abrangendo cerca de 71,3% do PIB brasileiro. A joint

venture será o maior operador móvel da América do Sul e irá permitir a geração de sinergias significativas.

TMN

O serviço móvel celular manteve um elevado crescimento em Portugal, atingindo cerca de 8,4 milhões de clientes activos no final do semestre, correspondendo a uma penetração de 81,5%. Estima-se que o mercado nacional tenha aumentado 16,7% face ao primeiro semestre de 2001, tendo aderido ao serviço mais 1,2 milhões de clientes activos. Apesar do nível de penetração atingido, o mercado português continua a evidenciar um significativo potencial de crescimento.

A TMN reforçou a sua posição de líder, com uma quota de 47,1% das adesões líquidas e de 48,4% dos clientes activos. A TMN angariou em seis meses cerca de 165 mil clientes, atingindo 4 070 mil clientes activos no final de Junho, tendo uma vantagem de 1,5 milhões de clientes relativamente ao segundo operador no mercado.

Do total de adesões líquidas no primeiro semestre de 2002, mais de 29% corresponderam a clientes com assinatura, uma melhoria de 8 pontos percentuais relativamente aos 21,2% verificados no primeiro semestre de 2001, permitindo à empresa consolidar a sua posição junto destes clientes através do êxito da linha de produtos sob a designação comercial Corporate. Foi estabelecida uma parceria com o pmalink.pt para alargar as soluções Corporate TMN às pequenas e médias empresas que são clientes deste site. O pmalink.pt oferece um novo serviço

que permite o acesso a uma grande diversidade de telemóveis topo de gama em condições especiais.

A retenção dos clientes tem sido uma prioridade, continuando a TMN a lançar para esse efeito vários programas de fidelização. O número de upgrades atingiu os 104,5 mil, um aumento de 5,7% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

No final do primeiro semestre, o serviço WAP (Wireless Application Protocol) da TMN contava com cerca de 584 mil clientes, dos quais mais de 170 mil são utilizadores activos, representando um aumento de 69,6% face ao primeiro semestre de 2002. A plataforma MyTMN permite aos clientes a personalização de um leque alargado de serviços via WAP, mensagens escritas ou voz. Os utilizadores de WAP podem aceder ao correio electrónico, agenda, informação bolsista, serviços de localização, easy messaging, bilheteira on-line e a um serviço de chat. O portal WAP MyTMN, com mais de 280 mil clientes, foi reformulado com uma nova estrutura mais adequada ao perfil de consulta e enriquecido com conteúdos e serviços fornecidos por novos parceiros.

No serviço de mensagens escritas (SMS), cerca de 44% dos clientes utilizam-no regularmente, tendo gerado um número médio mensal de cinquenta e um mensagens por cliente. As receitas de dados ascenderam a 6,4% das receitas de serviço, o que representa um acréscimo de 0,3 pontos percentuais face ao primeiro semestre de 2001. Desde Maio de 2002, os clientes TMN já podem enviar mensagens com som, fotografias, desenhos, imagens animadas e texto. O serviço de mensagens multimédia (MMS) vem alargar substancialmente os horizontes de utilização dos telemóveis, oferecendo a possibilidade de troca de mensagens com texto, imagem e som, bem como o envio e recepção de fotografias tiradas através de uma câmara fotográfica acoplada ao telemóvel.

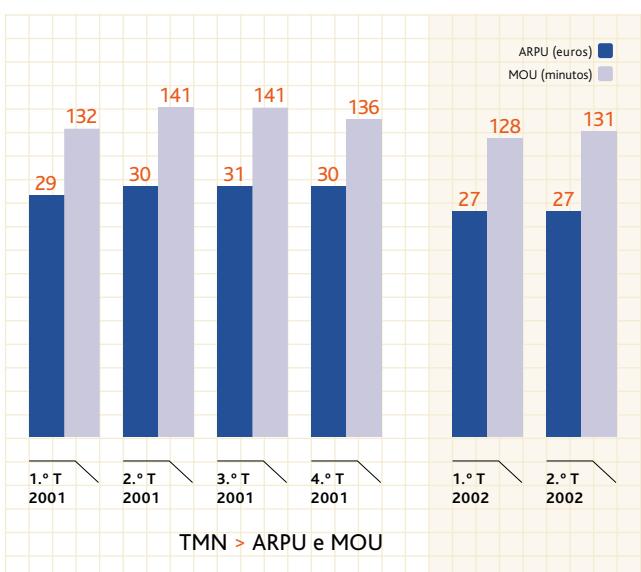
A TMN passou a contar com um conjunto significativo de telemóveis com a tecnologia móvel GPRS no seu portfolio de produtos, embora estes ainda representem menos de 1% da sua base de clientes. Durante o primeiro semestre foram realizadas várias iniciativas do ponto de vista de desenvolvimento do produto, destacando-se o lançamento do serviço DataXpress, que se baseia na compressão dos dados a transmitir pelos telemóveis compatíveis com a tecnologia GPRS e que permite optimizar a transmissão de informação. A TMN é o único operador nacional a disponibilizar este serviço.

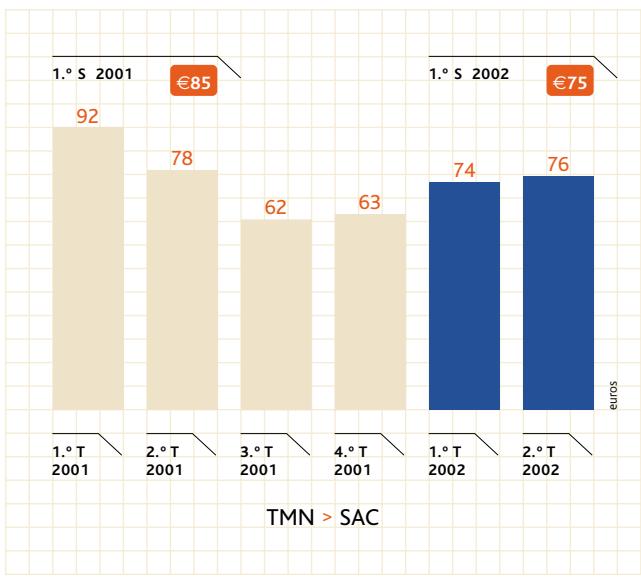
A utilização média mensal dos clientes (MOU) da TMN ascendeu a 129,5 minutos, reduzindo-se 5,1% face ao primeiro semes-

tre do ano anterior (136,5 minutos), por influência da envolvente macro-económica, e do elevado aumento do número de clientes. No entanto, o consumo médio no segundo trimestre, aumentou 2,7% face ao anterior, situando-se em 131,2 minutos.

A receita média mensal por cliente (ARPU) reduziu-se 9,1% para 27 euros, reflectindo a redução dos preços de interligação. Estima-se que as reduções médias dos preços de interligação para o ano atinjam os 21,5% nas comunicações móvel-móvel e 10,5% nas comunicações fixo-móvel. Face ao primeiro trimestre de 2002, o crescimento da utilização permitiu colmatar a pressão dos preços de interligação, pelo que o ARPU se manteve praticamente estável em 26,9 euros.

Ao nível dos custos, verificou-se uma actuação eficaz, tendo o custo por cliente (CCPU) registado uma redução de 13,5% face ao primeiro semestre do ano anterior, para os 14,5 euros. Os custos de aquisição e retenção dos clientes (SAC) evoluíram de forma positiva, decrescendo 11,7% face ao primeiro semestre de 2001, para 74,6 euros. Este comportamento reflecte as acções de controlo dos custos, a redução dos níveis de subsidação dos equipamentos, e o bom desempenho das activações e dos produtos de retenção. Ao nível das infra-estruturas e da qualidade de serviço, a TMN prosseguiu as acções de desenvolvimento da acessibilidade, cobertura e qualidade da rede, incorporando as mais recentes inovações tecnológicas. Foram estabelecidos 233 acordos de roaming em mais de 136 países/regiones e aumentou-se em 19% o número de estações base face a Junho de 2002, permitindo situar a capacidade em 48 canais por mil clientes.





O investimento realizado nos primeiros seis meses de 2002 foi de 134 milhões de euros, representando cerca de 18,9% das receitas. O investimento dirigiu-se principalmente à ampliação e modernização da rede GSM/GPRS, à instalação e actualização de novos serviços de informação e de plataformas de suporte aos serviços e à instalação de infra-estruturas UMTS. O investimento realizado na rede UMTS ascendeu a 19 milhões de euros.

No final de Junho, a TMN tinha 1 207 trabalhadores ao serviço, registando um índice de “clientes por trabalhador” de 3 372, mais 12,4% que em Junho de 2001.

O desempenho da empresa permitiu que as receitas operacionais consolidadas aumentassem 10,6% para 709 milhões de euros e o EBITDA 19,8% para 285 milhões de euros, elevando a margem EBITDA para 40,2%, equivalente a uma melhoria de 3,1 pontos percentuais face ao primeiro semestre de 2001.

Telesp Celular

No estado brasileiro de São Paulo existem mais de 8,3 milhões de clientes do serviço móvel, o que representa uma taxa de penetração superior a 22%, face a uma média de 17,7% para a totalidade do Brasil. A Telesp Celular lidera este mercado, detendo no final de Junho 5,5 milhões de clientes, o que representa um aumento de 16,6% relativamente a igual período do ano anterior. As adições líquidas de novos clientes ascenderam a 416 mil, o que se estima corresponder a quase 90% das adesões líquidas do estado de São Paulo.

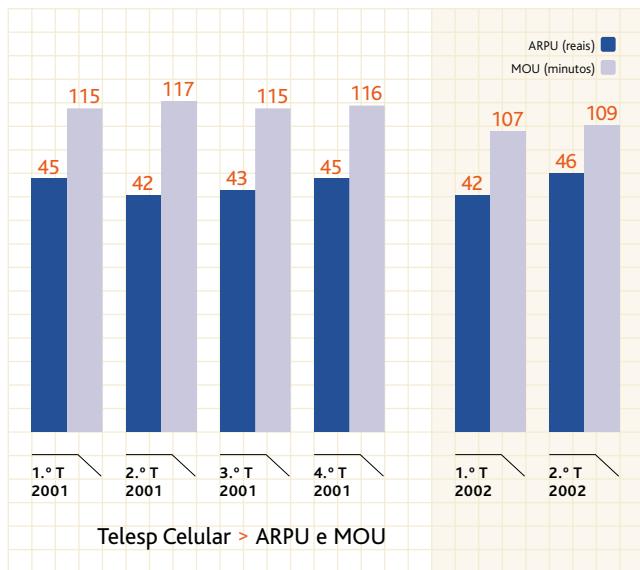
A quota de mercado relativa à base total de clientes aumentou para 67% (mais 3 pontos percentuais que em Junho de 2001), tendo na

Área 1 (cidade de São Paulo) aumentado para 68% (um acréscimo de 4 pontos percentuais), enquanto na Área 2 (interior do estado de São Paulo) a participação no mercado se manteve em 66%.

A migração de clientes da rede analógica para a digital encontra-se quase completa, ascendendo os clientes digitais a 95% do total, face a 89% em Junho de 2001. As campanhas de retenção de clientes, juntamente com um maior foco em clientes de alto valor, permitiu que a base de clientes do serviço pós-pago aumentasse 2,4% face ao final de 2001. No final de Junho, o número de clientes de assinatura ascendia a 1 403 mil.

A Telesp Celular continuou a desenvolver e a diversificar os seus produtos pré-pagos (nomeadamente o Baby, Baby Style, Baby MTV e Peg&Fale), cujos clientes se situavam em 4,1 milhões no final de Junho, tendo sido responsáveis pela quase totalidade das adições líquidas no primeiro semestre de 2002 e correspondendo a 74,6% do total de clientes.

Apesar da situação macro-económica brasileira desfavorável, que originou uma contracção do tráfego por cliente de 7% face ao primeiro semestre de 2001, o ARPU melhorou 3%, resultado da melhoria da receita média por minuto (+10,7%). A receita média mensal por cliente situou-se em 44 reais face a 43 reais no primeiro semestre de 2001. Para esta evolução contribuiu o sucesso de iniciativas de CRM (Customer Relationship Management) com particular enfoque nos clientes de assinatura, os quais têm uma maior utilização. A utilização média mensal dos clientes (MOU) de assinatura no primeiro semestre de 2002 foi de 201 minutos, em comparação com os 162 minutos registados no mesmo período de 2001.

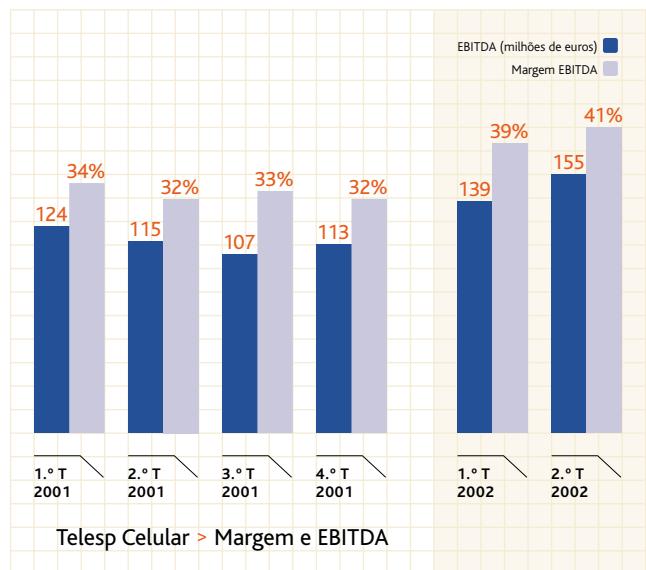


Os custos de aquisição e retenção dos clientes (SAC) evoluíram positivamente ao longo do semestre para um valor médio de 97 reais, face aos 124 reais registados no mesmo período de 2001. Esta evolução favorável reflecte essencialmente a redução dos níveis de subsidiação e de gastos com marketing e publicidade. O custo por cliente (CCPU) registou uma descida de 16,2%, de 25 reais para 21 reais.

A Telesp Celular prosseguiu a sua estratégia de inovação com o desenvolvimento de produtos e serviços WAP. Em Junho de 2002, quase 2,4 milhões de clientes da Telesp Celular possuíam terminais WAP, um aumento de 66,3% em relação a Junho de 2001. Do total de clientes com terminais WAP, cerca de 1 milhão utilizaram o serviço nos últimos três meses. No primeiro semestre de 2002, o serviço WAP gerou 17,1 milhões de minutos. As receitas de SMS e WAP representaram, aproximadamente, 1,3% da receita líquida de serviços.

No final de Junho, tinham sido comercializados cerca de 20 mil terminais 2,5G, revelando a aceitação desta tecnologia, lançada em Dezembro de 2001, a qual passou igualmente a ser comercializada junto dos clientes do serviço pré-pago em Abril de 2002. No final do semestre mais de 250 clientes empresariais utilizavam placas para ligações em alta velocidade dos seus laptops e palmtops aos recursos empresariais.

No primeiro semestre de 2002, o investimento situou-se em 106 milhões de reais, uma redução de 74,1% face ao período homólogo do ano anterior, em resultado de uma política de investimento associada às condições de mercado. O investimento representou 6,6% das receitas. O número de pessoal ao serviço da empresa situava-se em 2 049 trabalhadores, correspondendo a 2 694 clientes por trabalhador (-1,2% que no ano anterior). As receitas operacionais consolidadas situaram-se em 1 613 milhões de reais, registando um aumento de 16,2%, e o EBITDA em 647 milhões de reais, registando um aumento de 40,5% que permitiu elevar a margem EBITDA para 40,1%, mais 6,9 pontos percentuais que no primeiro semestre de 2001. Em Junho de 2002 a Telesp Celular Participações iniciou um processo de aumento de capital, reservado a accionistas, de 1 873 milhões de reais para 4 370 milhões de reais, através da emissão de 249 245 milhões de acções ordinárias e de 464 172 milhões de acções preferenciais ou ADS's (American Depository Shares). O preço de subscrição foi fixado em 3,5 reais por cada lote de 1 000 acções ordinárias ou preferenciais.



O processo ficou concluído no dia 6 de Setembro de 2002. Nesta operação, a PT subscreveu um total de 247 224 milhões de acções ordinárias e de 326 831 milhões de acções preferenciais, correspondendo aproximadamente a 80,5% do número total de novas acções emitidas. A PT passou assim a deter 383 442 milhões de acções ordinárias (93,7% dos direitos de votos) e 379 616 milhões de acções preferenciais (49,8% do total de acções preferenciais), aumentando o seu interesse económico na Telesp Celular Participações de 41,23% para 65,12%. O encaixe deste aumento de capital ascendeu a 2 403 milhões de reais, o qual será globalmente utilizado na redução da dívida da Telesp Celular Participações no financiamento do investimento da empresa e, em particular, na capitalização da Global Telecom que permite a esta participada eliminar totalmente a dívida em moeda estrangeira que não se encontra coberta por contratos de hedging.

Global Telecom

Os clientes do serviço móvel celular nos estados de Santa Catarina e Paraná aumentaram cerca de 21%, para 2,6 milhões, estimando-se que a penetração do serviço no final do primeiro semestre de 2002 fosse de 17,1%.

A Global Telecom registou um elevado dinamismo ao nível das activações líquidas de clientes, tendo angariado no semestre cerca de 71% dos novos clientes do mercado. O seu parque de clientes aumentou 77 mil, situando-se em 940 mil, o que representa um crescimento de 49,6% face ao primeiro semestre

de 2001. A adição de novos clientes diminuiu 53% em comparação com igual período do ano anterior, reflectindo a focalização na rendibilidade, traduzida na descida significativa dos custos de aquisição e retenção dos clientes. A quota de mercado situou-se em 37%, um acréscimo de 8 pontos percentuais, uma das quotas mais elevadas entre os operadores da Banda B. O serviço pré-pago tem sido o principal impulsionador do crescimento do parque, constituindo cerca de 72% do total de clientes. No decorrer do primeiro semestre, a Global Telecom alterou as opções de recarga para os pré-pagos Baby e Ideal. Os clientes podem escolher entre recargas de 30 reais ou 50 reais, válidas por 90 dias; 100 reais com validade de 170 dias e 200 reais que podem ser usadas até 370 dias. As recargas para o Baby e Ideal podem ser feitas nas agências próprias da Global Telecom e em revendedores autorizados, farmácias, pontos alternativos e bancos.

Em resultado do forte aumento da base de clientes e, em particular, dos pré-pagos, o ARPU registou um decréscimo de 24,5% para 35 reais, fruto também da situação macro-económica brasileira. Os custos de aquisição e retenção dos clientes (SAC) registaram uma forte redução no primeiro semestre de 2002, para 108 reais, em comparação com 267 reais em igual período do ano anterior. Também o custo por cliente (CCPU) registou uma diminuição de 51,3%, tendo passado de 53 reais no primeiro semestre de 2001 para 26 reais no primeiro semestre de 2002. Os clientes da Global Telecom já contam com roaming em mais de oitenta países, em cinco continentes. Adicionalmente, a empresa criou a Torcida Global, para os clientes que viajaram para a Coreia do Sul e Japão durante o Campeonato do Mundo. Ao nível do desenvolvimento da rede, é de registar a instalação de mais vinte e três novas estações base e a cobertura de cerca de 72% da população. A empresa tinha 640 trabalhadores efectivos no final do primeiro semestre de 2002, correspondendo a 1 468 clientes por trabalhador, 128% acima relativamente ao período homólogo do ano anterior.

As receitas operacionais consolidadas atingiram 216 milhões de reais, mais 10% que no primeiro semestre de 2001, e o EBITDA foi positivo, situando-se em 39 milhões de reais, em comparação com os 40 milhões de reais negativos registados no primeiro semestre de 2001. A Global Telecom manteve, assim, a tendência já verificada no primeiro trimestre, onde pela primeira vez foi atingido o break-even em termos opera-

cionais. O investimento realizado foi de 76 milhões de reais, equivalente a 35,2% das receitas.

Outras operações móveis

Botswana

A Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited ("Mascom Wireless") registou um aumento de 60,8% na sua base de clientes, atingindo 261 mil clientes no final do primeiro semestre de 2002, dos quais 97% pré-pagos. Este crescimento deveu-se à boa receptividade dos terminais de gama baixa/média, e à forte adesão ao novo sistema de recargas no pré-pago. No final de Junho de 2002 a Mascom detinha uma quota de mercado de aproximadamente 70%.

O ARPU da Mascom situou-se em 16 euros, tendo as receitas operacionais consolidadas totalizado 27 milhões de euros. O EBITDA atingiu 9 milhões de euros, equivalente a um aumento de 18% e a uma margem de 34,4%, uma melhoria de 3,7 pontos percentuais em relação ao primeiro semestre de 2001. O investimento efectuado situou-se em 5 milhões de euros.

Marrocos

Tendo iniciado as operações em Março de 2000, a Médi Télécom, S.A. ("Médi Télécom"), no final do primeiro semestre de 2002 tinha um parque de 1 321 mil clientes e uma quota de mercado estimada em 40%. O peso do segmento pré-pago situou-se ao nível dos 93%, constatando-se, contudo, um aumento do peso do parque de clientes com assinatura, fruto das campanhas de fidelização e dos novos serviços.

O investimento realizado na expansão da rede e dos serviços foi de 53 milhões de euros. O ARPU situou-se em aproximadamente 13 euros e as receitas operacionais consolidadas em 98 milhões de euros. O EBITDA foi positivo em 11 milhões de euros, face aos 11 milhões de euros negativos registados no primeiro semestre do ano anterior.

PT Multimedia

A PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ("PT Multimedia") é a empresa líder dos negócios de televisão por subscrição, Internet e média no mercado nacional. No final do primeiro semestre de 2002 os seus clientes ascendiam a cerca de 2,1 milhões, um aumento de 27,4% relativamente

ao período homólogo do ano anterior, tendo registado receitas operacionais consolidadas de 327 milhões de euros e um EBITDA de 33 milhões de euros, equivalente a uma margem de 10%. O investimento decresceu 28,2% face ao primeiro semestre de 2001, para 40 milhões de euros, cerca de 12,2% das receitas.

Televisão por subscrição – TV Cabo

O serviço de televisão por subscrição manteve um elevado dinamismo, registando um aumento global do número de clientes de 16,1% face ao primeiro semestre de 2001, com crescimentos de 46% nos acessos via satélite e de 38,3% nos clientes de serviços premium. A TV Cabo Portugal, S.A. (“TV Cabo”) manteve a liderança do mercado com uma quota total de 84,3%.

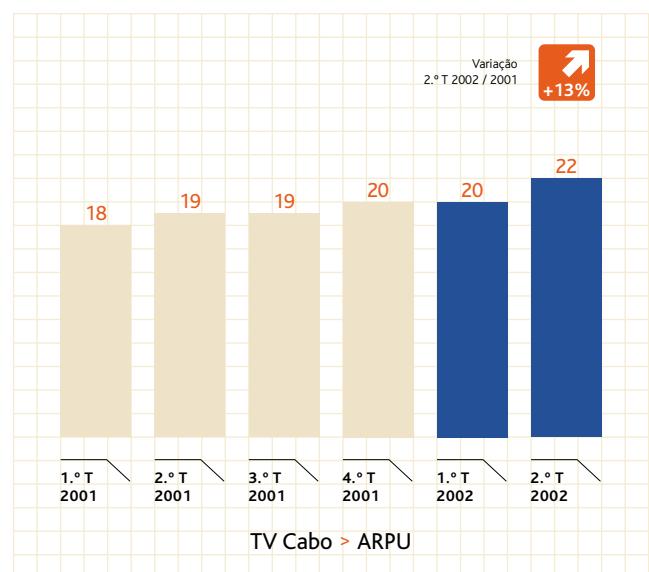
No final de Junho de 2002, os clientes de televisão por subscrição ascendiam a cerca de 1,2 milhões, sendo 974 mil por cabo e 257 mil por satélite, acedendo a uma gama acrescida e diversificada de 2,1 milhões de produtos. O serviço por cabo abrangia 2 344 mil lares (casas passadas), correspondendo a uma taxa de penetração do cabo de 46%, tendo registado um acréscimo de 90 mil novos clientes nos últimos doze meses, equivalente a um crescimento de 10,2%.

A evolução globalmente positiva da base de clientes decorre da conjugação de diversas iniciativas, onde se destacam o enriquecimento permanente dos diversos pacotes de produtos, o lançamento de novos pacotes direcionados a segmentos específicos do mercado, a intensa actividade publicitária e promocional e, no serviço de satélite, a oferta de receptores digitais de melhor qualidade, a mais baixo custo e incluindo algumas funcionalidades para serviços interactivos.

Os clientes com acesso a canais premium ascenderam a 820 mil, o que representa um pay to basic ratio de 66,6%, face a 55,9% no primeiro semestre de 2001. A transmissão dos jogos do mundial de futebol, em regime de quase exclusividade, constituiu o principal motivo para a adesão de cerca de 40 mil novos clientes ao canal Sport TV no primeiro semestre de 2002, face a 29 mil novos clientes em igual período do ano anterior. A melhoria na qualidade da programação dos canais premium de cinema e o início da comercialização, em Dezembro de 2001, do Disney Channel foram outros factores que contribuíram para a performance deste segmento. No primeiro semestre de 2002, a TV Cabo desenvolveu esforços no sentido do aperfeiçoamento do serviço e de melhoria da atracividade e funcionalidade das aplicações da Televisão Digital

Interactiva (“IDTV”), de forma a estabilizar esta plataforma tecnológica e a promover uma maior expansão do serviço no futuro. Ao nível da infra-estrutura, cerca de 77% das casas passadas dispunham de bidireccionalidade, a que corresponde um total de 1,8 milhões de casas passadas.

O serviço de acesso à Internet em banda larga via cabo – Netcabô – continuou a registar uma evolução favorável. Em Junho de 2002, este serviço contava com 95 mil acessos, correspondentes a cerca de 245 mil utilizadores e representando uma quota de mercado de 63%. A TV Cabo continuou a apostar no desenvolvimento de novas funcionalidades para este serviço, através de uma nova gama de equipamentos wireless para o segmento de mercado residencial mais exigente, e de conteúdos específicos para a banda larga, nomeadamente o canal de banda larga do Sapo e o acesso ao serviço pago Premier, um videoclube na Internet. A receita média por cliente (ARPU) no negócio de televisão por subscrição ascendeu a 18,8 euros, o que corresponde a um crescimento de 5,6% face ao valor atingido no primeiro semestre do ano anterior e a um acréscimo de 3,3% em relação ao ARPU de 18,2 euros registado no ano de 2001.



As receitas operacionais consolidadas ascenderam a 172 milhões de euros, representando um aumento de 35,9%, e o EBITDA registou um acréscimo de 93,8%, para 31 milhões de euros, correspondente a uma margem de 17,8%, superior em 5,3 pontos percentuais à de igual período do ano anterior. O investimento situou-se em 32 milhões de euros, representando 18,6% das receitas.

Internet e portais – PT Multimedia.com

Ao longo do primeiro semestre de 2002, o número de clientes dial-up (clientes de banda estreita) da PT Multimedia.com – Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A. (“PT Multimedia.com”) continuou a apresentar uma evolução positiva, evidenciando o facto de o mercado estar ainda em expansão, apesar de se ter ultrapassado a fase de crescimento rápido que se seguiu à introdução dos acessos grátis. Em Junho de 2002, o número de clientes dial-up Internet ascendia a 774 mil, representando um aumento de 39,8% em termos homólogos.

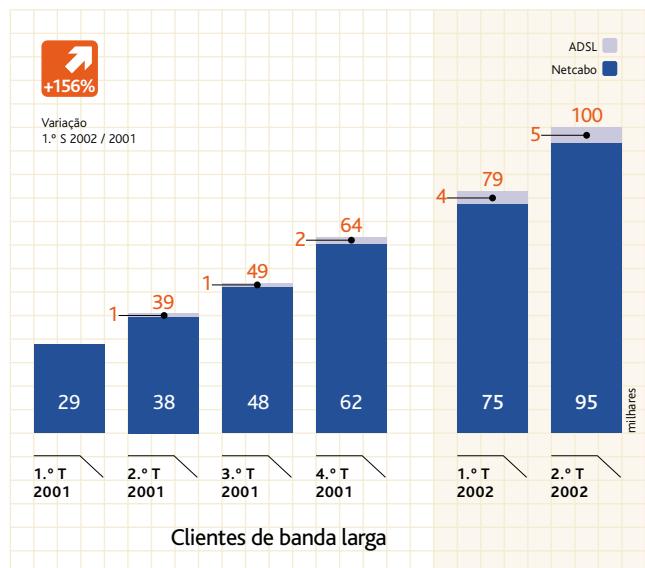
Beneficiando da posição de liderança e notoriedade do portal Sapo e da manutenção de uma posição de liderança no mercado ISP (Internet Service Provider), a PT Multimedia.com procedeu ao realinhamento da sua estratégia comercial, apostando em exclusivo nas marcas “Sapo” para o segmento residencial e “Telepac” para o empresarial, na promoção do serviço de acesso de banda larga sobre ADSL, na restrição do acesso gratuito a conteúdos e serviços do portal Sapo e na associação de determinados canais, serviços e conteúdos a clientes Internet da Telepac.

A concretização desta estratégia reflectiu-se no lançamento para o mercado residencial do serviço de acesso gratuito com a denominação comercial de Acesso Sapo, na renovação em Junho do serviço dial-up pré-pago, com o lançamento do Sapo Pré-Pago, e, já no início do segundo semestre, com o lançamento do acesso de banda larga sobre ADSL, com a designação comercial de Sapo ADSL.pt.

No primeiro semestre, o tráfego gerado pelos serviços dial-up ascendeu a 10,9 milhões de horas, registando um decréscimo de 11,2% face ao tráfego verificado no período homólogo de 2001. Este decréscimo reflecte o impacto da oferta de acessos de banda larga com preço fixo, com o deslocamento progressivo dos grandes utilizadores para essas soluções.

O Netfast, o primeiro serviço de acesso de banda larga sobre ADSL lançado pela PT Multimedia.com, contava com 5 mil clientes em Junho, o que compara com 2 mil clientes em Dezembro de 2001.

A PT Multimedia.com registou no primeiro semestre de 2002 receitas operacionais consolidadas de 38 milhões de euros, representando um aumento de 48,4% face a igual período do anterior, e um EBITDA negativo de 2 milhões de euros. O investimento situou-se em 4 milhões de euros.



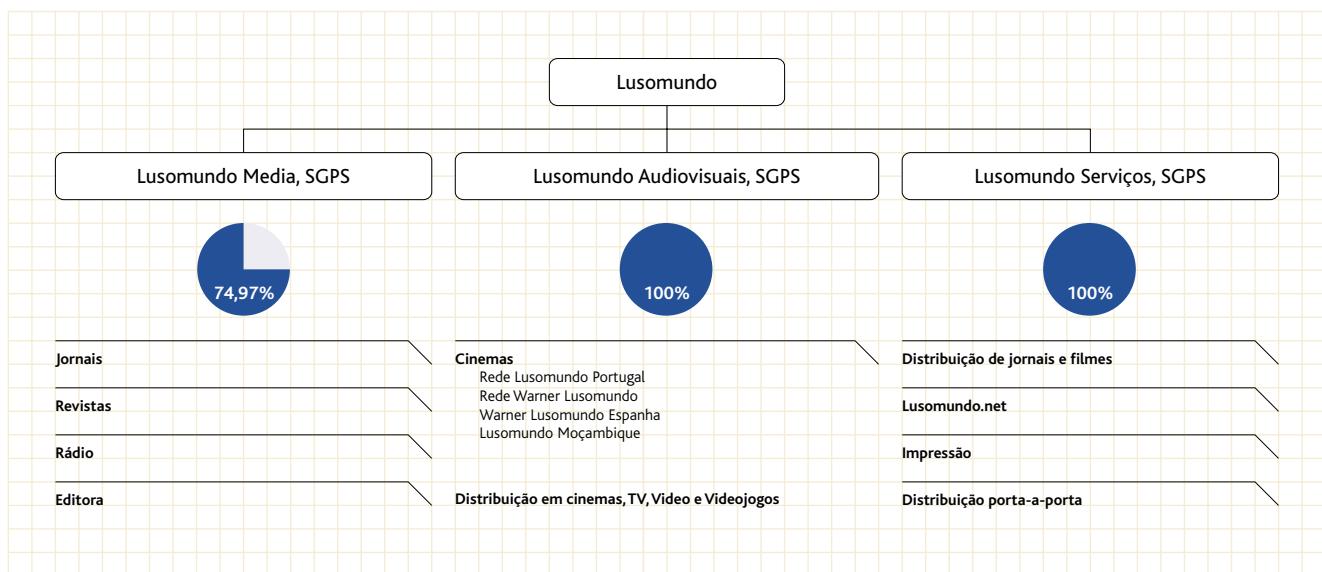
Media e audiovisuais – Lusomundo

A Lusomundo – SGPS, S.A. (“Lusomundo”) é a empresa de media líder em Portugal, com actividades em jornais, revistas, rádio de notícias e exibição e distribuição cinematográfica.

Os principais jornais da Lusomundo, Jornal de Notícias e Diário de Notícias, aumentaram os seus níveis de audiência relativamente ao final de 2001. O Jornal de Notícias, o jornal diário líder em Portugal, atingiu mais de 10,2% de audiência e o Diário de Notícias afirmou-se como o terceiro jornal diário em Portugal, com 4,3% de audiência. O jornal 24 Horas teve também uma excelente performance, tendo a circulação média atingido quase 37 mil exemplares, superando os 2% de audiência média.

A National Geographic Magazine, um dos maiores sucessos editoriais em Portugal nos últimos anos, obteve, no primeiro semestre de 2002, uma circulação média de 86 mil exemplares. Este nível de circulação representa um crescimento de 15% em relação aos valores registados no ano de 2001, excluindo a primeira edição. Na área das revistas, há ainda a realçar a renovação gráfica e editorial da Grande Reportagem e o bom desempenho da Volta ao Mundo, cuja circulação média superou os 34 mil exemplares.

No segundo trimestre de 2002, a TSF – Telefonia Sem Fios registou, no seu segmento alvo, o índice de audiência mais elevado dos dois últimos anos, 21,6%, estreitando para 0,7 pontos percentuais a diferença face ao líder de audiências do segmento onde se posiciona. Para isso contribuiu a renovação



da grelha de programação da estação, que aumentou a flexibilidade dos períodos noticiosos e reforçou a informação sobre o trânsito.

O circuito de cinema do grupo em Portugal (Lusomundo Cinemas e Warner Lusomundo) registou, no primeiro semestre de 2002, um total de 4,3 milhões de espectadores, 2,8% acima do observado no período homólogo do ano anterior. O circuito de cinema em Espanha registou 3,2 milhões de bilhetes vendidos, o que representa um crescimento de 13,8% face aos valores verificados em igual período do ano anterior. No primeiro semestre de 2002, a Lusomundo lançou trinta e nove filmes, seis dos quais entre os maiores êxitos de bilheteira em Portugal.

O primeiro semestre de 2002, revelou o elevado dinamismo do formato DVD, apresentando um crescimento de vendas de 81% em relação ao período homólogo do ano anterior e substituindo gradualmente o VHS, cujas vendas evidenciaram um decréscimo de 26%. Na área de jogos de vídeo e atendendo a que cerca de meio milhão de lares possuem Playstation, promoveu-se em especial a venda de acessórios e de jogos de vídeo. Paralelamente, realizaram-se várias campanhas de marketing, disponibilizando as mais variadas alternativas para aquisição de PlayStation 2, de modo a acelerar a sua penetração no mercado.

As receitas operacionais consolidadas da Lusomundo atingiram 120 milhões de euros, representando um decréscimo de 10,7% face ao primeiro semestre do ano anterior. As receitas da área de audiovisuais tiveram um aumento de 14,5%, enquanto as

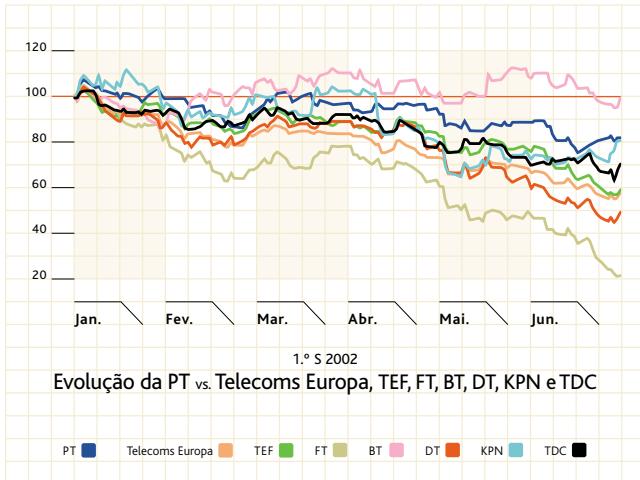
receitas dos media se reduziram 4,5%, face à contracção de 13,8% nas receitas com publicidade. O EBITDA foi de 8 milhões de euros, correspondendo a uma margem de 6,5%. O investimento ascendeu a 4 milhões de euros.

2. MERCADO DE CAPITAIS

Performance bolsista

Durante o primeiro semestre de 2002 os mercados financeiros e, em particular, o sector das empresas de tecnologia, media e telecomunicações (TMT), continuaram a registar uma elevada volatilidade. A indefinição relativamente à recuperação da economia norte-americana e da zona do euro, os receios de instabilidade na América Latina, designadamente no Brasil, a crise no Médio Oriente e a desvalorização do dólar, contribuíram igualmente para o comportamento negativo das principais praças financeiras.

Ao longo do primeiro semestre o sector das telecomunicações foi um dos sectores mais penalizados devido ao elevado endividamento de algumas empresas e ao consequente aumento do seu risco de crédito, aos escândalos relacionados com as irregularidades financeiras e contabilísticas de algumas empresas norte-americanas, bem como aos sucessivos novos profit warnings das empresas do sector TMT e à divulgação de resultados desfavoráveis referentes ao primeiro e segundo trimestres do ano.



Apesar da evolução bastante desfavorável dos mercados e do sector das telecomunicações europeias (-42,9%), a PT continua a ser um dos operadores a apresentar melhor performance bolsista. De entre as principais empresas de telecomunicações europeias, será de destacar as fortes descidas da France Télécom (-79%), da Deutsche Telekom (-50,8%), da Telefónica (-41,2%) e da Tele Danmark (-30,1%).

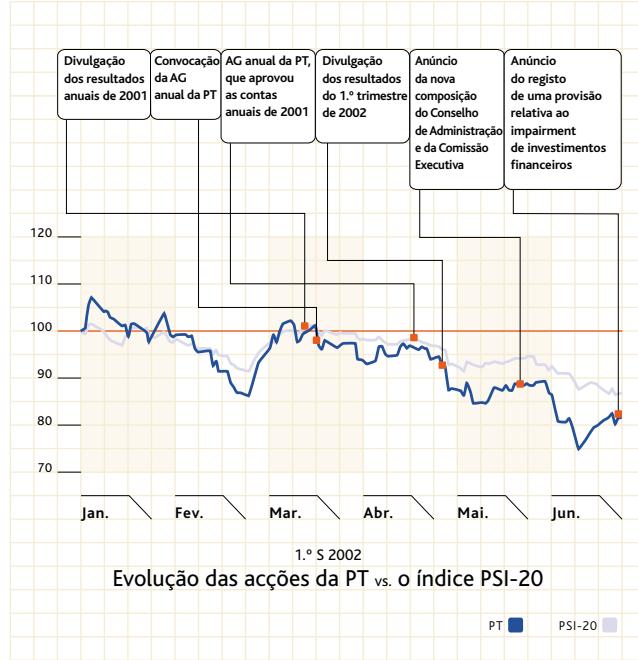
No mercado doméstico, as acções da PT observaram uma descida de 18,3%, tendo fechado o semestre a 7,15 euros, correspondendo no entanto a uma performance relativa de 43,2% superior ao do índice DJ STOXX para as telecomunicações europeias. Por outro lado, os índices PSI Geral e PSI 20 registaram decréscimos de 9,5% e 13,1%, respectivamente.

Em termos de transacções, a PT negociou no primeiro semestre do ano cerca de 608,7 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 5 milhões de acções, tendo o seu volume de transacções representado aproximadamente 38% do valor global negociado na Euronext Lisboa, continuando a PT a manter a sua posição de liderança no mercado doméstico em termos de liquidez.

De salientar, ainda, que a PT continua a ser a empresa nacional com maior peso nos índices bolsistas portugueses: 19,2% do PSI Geral e 18,7% do PSI 20 no final do primeiro semestre de 2002.

Na New York Stock Exchange, os ADS da PT registaram uma ligeira descida de 6,6%, tendo fechado o semestre a 7,11 dólares.

Em termos de transacções, no primeiro semestre do ano negocieram-se em média cerca de 110 mil ADS por dia, ascendendo o número de ADS outstanding a 63,7 milhões.



Actividades de relação com investidores

A comunicação entre as empresas e a comunidade financeira tem-se tornado cada vez mais importante, sendo fundamental uma comunicação clara e efectiva da actividade do grupo PT e da sua estratégia de desenvolvimento, de criação e distribuição de valor. Neste contexto, teve lugar no passado dia 19 de Junho o Investor Day, dia em que a Comissão Executiva da empresa e os responsáveis das principais subsidiárias se reuniram com analistas e investidores, representantes das mais prestigiadas casas de research nacionais e internacionais. Do programa constava a apresentação dos vários negócios do grupo, da estratégia empresarial e do novo modelo de gestão.

Ainda neste domínio, será de destacar a participação da PT ao longo do primeiro semestre em importantes conferências internacionais, nomeadamente as conferências organizadas pela Schroder Salomon Smith Barney, Banco Santander Central Hispano, Crédit Suisse First Boston e Merrill Lynch.

Acções próprias

A PT foi, uma vez mais, autorizada em Assembleia Geral de 23 de Abril de 2002 a adquirir acções próprias, até ao limite correspondente a 5% do seu capital.

Durante o primeiro semestre de 2002, a PT procedeu à aquisição de 2 134 301 acções próprias a um preço médio unitário de 7,09 euros e à alienação de 1 984 301 acções próprias (das

quais 884 301 foram compradas e vendidas no âmbito do Plano de Incentivos em vigor) a um preço médio unitário de 7,15 euros, tendo obtido um ganho patrimonial de cerca de 130 mil euros, determinado com base no critério LIFO conforme estabelecido nas normas contabilísticas portuguesas.

No final do primeiro semestre do ano, o número de acções próprias em carteira ascendia a 150 mil, com um preço médio de aquisição de 7,19 euros. Posteriormente, a PT adquiriu 3 150 mil acções próprias a um preço médio unitário de 6,59 euros e à alienação de 1 900 mil acções próprias a um preço médio unitário de 6,49 euros, detendo à data deste relatório 1 400 mil acções próprias.

3. PESSOAL

A PT tem continuado a seguir uma política de valorização dos seus recursos humanos, assumindo-os como um factor estratégico de diferenciação do grupo, num mercado completamente liberalizado. Os principais elementos dessa política têm sido essencialmente a formação, o rejuvenescimento do quadro de efectivos, a captação de quadros com competências-chave, a gestão de carreiras, a fidelização e a responsabilização.

Nos últimos anos tem vindo a alterar-se progressivamente a estrutura de pessoal, em paralelo com as alterações da estrutura relativa do portfolio de negócios do grupo, com as tendências de crescimento, a favor dos negócios mais dinâmicos, e com a evolução tecnológica. Para isso tem-se privilegiado a mobilidade intragrupo e procedido a uma forte racionalização dos efectivos nos negócios de maior maturidade, tendo em vista a maximização dos seus cash flows.

TRABALHADORES AO SERVIÇO POR NEGÓCIO

	1.º S 2002	1.º S 2001	Variação	
			Número	%
PT Comunicações	10 451	11 027	(576)	(5,2)
PT Prime	847	831	16	1,9
TMN	1 207	1 116	91	8,2
Telesp Celular	2 049	1 737	312	18,0
PT Multimedia	3 375	3 922	(547)	(13,9)
Outras	4 762	2 676	2 086	78,0
TOTAL	22 691	21 309	1 382	6,5
Portugal	17 324	18 390	(1 066)	(5,8)
Internacional	5 367	2 919	2 448	83,9

No final de Junho, o número de trabalhadores ao serviço do grupo situava-se em 22 691, o que representa um aumento de cerca de 1,4 mil trabalhadores face a igual período do ano anterior. Este comportamento foi determinado essencialmente pelo aumento de 2 140 trabalhadores na Mobitel, na sequência da expansão da actividade desta empresa como call center da Telesp Celular. Esta actividade anteriormente estava subcontratada pela Telesp Celular a uma empresa fora do grupo. Por outro lado, na PT Multimedia registou-se uma redução de 547 trabalhadores em resultado da exclusão da consolidação da Deltapress. Na PT Comunicações, o número de trabalhadores reduziu-se em 576, para 10 451, permitindo aumentar 2,4% o número de acessos principais por trabalhador, para 403, rácio que se situa ao nível das melhores práticas europeias. A TMN, apesar de ter reforçado o seu quadro de pessoal para 1 207 trabalhadores, viu o indicador “cartões por trabalhador” aumentar 12,3%, para 3 372, enquanto na Telesp Celular este indicador se situou em 2 694.

4. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A actividade de Investigação e Desenvolvimento (“I&D”) no grupo PT é desenvolvida pela Portugal Telecom, Inovação, S.A. (“PT Inovação”), empresa cuja actividade está particularmente direcionada para o desenvolvimento dos negócios do grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços, quer no mercado doméstico, quer no internacional.

A PT Inovação teve uma actividade significativa na produção de sistemas e soluções de telecomunicações centradas não só no apoio às empresas PT, como também para diferentes empresas fora do grupo e ainda para alguns clientes externos como, por exemplo, a Força Aérea Portuguesa e o Estado-Maior General das Forças Armadas. Prosseguiram também as acções ligadas aos serviços de metrologia, reparação, manutenção e ensaio, nomeadamente o ensaio e assessoria técnica na protecção de infra-estruturas de telecomunicações contra efeitos de descarga atmosférica e testes de protecção, segurança e ambientais.

Nas actividades no grupo, destaque-se, no domínio das soluções e serviços de rede inteligente, os trabalhos desenvolvidos para a entrada em exploração comercial do serviço móvel pré-pago na Companhia Santomense de Telecomunicações, o desen-

volvimento da solução que permitiu a entrada em exploração comercial do serviço pré-pago de dados na Telesp Celular, bem como a instalação de uma aplicação de rede inteligente Portal na Unitel, em Angola. Apesar da sua complexidade, continuaram igualmente em bom ritmo os trabalhos em curso para a instalação e configuração deste tipo de serviços na Global Telecom.

No âmbito do desenvolvimento de soluções de rede, é de salientar, a conclusão e entrada ao serviço, na PT Comunicações, da solução Mega7 (solução de rede de circuitos alugados) e, nas comunicações móveis e convergência, a participação activa em projectos do programa IST (Information Society Technologies), os quais endereçam tecnologias GPRS e UMTS. Deu-se também continuidade aos desenvolvimentos das plataformas de SMS, Voice-mail, MMS e WAP.

No âmbito da multimédia e serviços IP prosseguiu a consultoria prestada à PT Prime no apoio ao desenvolvimento da rede e dos serviços do backbone IP e desenvolveu-se o projecto PPI (Posto Público Interactivo), para a PT Comunicações, cuja entrada em funcionamento, em regime experimental, ocorreu já no final do semestre em alguns centros comerciais.

A PT Inovação continuou a empenhar-se no processo de webização da PT, tendo concluído e apresentado ao Programa MyPT as soluções MySARA (Gestão de Tempo), eTelework (tele-trabalho através de VPN-IP) e GAF (Gestão de Acordos de Fornecimento). O primeiro semestre de 2002 ficou ainda marcado pelo início da actividade da PT Inovação Brasil, no início de Fevereiro.

5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A operação e desenvolvimento das tecnologias de informação do grupo são assegurados pela PT – Sistemas de Informação, S.A. (“PT Sistemas de Informação”), empresa que está vocacionada para operar nos domínios da convergência das tecnologias de informação com as comunicações, prestando fundamentalmente serviços ao grupo.

Assim, foi crescente o envolvimento da PT Sistemas de Informação na área da PT Multimedia. Na Lusomundo através da implementação da primeira fase do projecto SAP, de consultoria na racionalização dos sistemas de informação e da participação no projecto de webização do grupo. Na PT

Multimedia.com foi efectuada a consultoria de planeamento estratégico dos sistemas de informação e na TV Cabo foi implementado o sistema de data warehouse.

Nos negócios de rede fixa efectuaram-se vários projectos, destacando-se a implementação da Portabilidade na PT Comunicações e na PT Prime. Nos negócios móveis, finalizou-se o primeiro projecto CRM na Telesp Celular e realça-se também a implementação na TMN do sistema de gestão do serviço de Portabilidade entre operadores.

Em São Tomé e Príncipe desenvolveu-se e implementou-se um sistema integrado de gestão de clientes, incorporando billing, ERP (Enterprise Resource Planning) e atendimento a clientes. Também na Cabo Verde Telecom se efectuou o roll-out do projecto de billing e customer care, com plena satisfação do cliente.

O primeiro semestre de 2002 marcou também o início das actividades da PT Sistemas de Informação no mercado externo às empresas do grupo, em projectos como o outsourcing dos sistemas da GCT – Gestão do Comércio Total e a Administração dos Sistemas da Logoplaste.

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados consolidados alcançados pelo grupo no primeiro semestre de 2002, assim como a sua situação patrimonial e financeira em 30 de Junho de 2002.

As demonstrações financeiras do grupo, são apresentadas considerando a Telesp Celular Participações consolidada integralmente. Contudo, para efeitos de análise, é igualmente apresentada informação financeira considerando a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente, com um interesse económico de 41,23% em ambos os períodos em análise.

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a estrutura internacional adoptada pelo grupo, as quais divergem das demonstrações financeiras oficiais preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) por incluir determinadas reclassificações em termos de activos, passivos, custos e proveitos, apesar de apresentar os mesmos valores totais de activo, passivo, capitais próprios e resultado do período que as demonstrações financeiras em formato POC.

No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações financeiras em formato internacional e em formato POC, estas últimas incluem na Nota 23 do anexo uma reconciliação das principais rubricas da demonstração de resultados, a saber:

- > proveitos operacionais;
- > resultado operacional;
- > resultado antes de impostos e interesses minoritários.

6.1. Situação Económica

Os resultados operacionais consolidados ascenderam a 624,7 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 13,4% em relação ao período homólogo do ano anterior. O resultado consolidado líquido ascendeu a 202,5 milhões de euros, traduzindo-se num resultado líquido por acção (ou ADS) de cerca de 0,16 euros.

Segmentos de negócio do grupo

No primeiro semestre de 2002, o EBITDA (Resultado Operacional + Amortizações) consolidado ascendeu a 1 122,5 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 66,4 milhões de euros (6,3%) face ao período homólogo de 2001. Excluindo o efeito da desvalorização do real brasileiro, o EBITDA consolidado teria ascendido a 1 163,6 milhões de euros, o que representaria um crescimento de 10,2% (+107,5 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

O crescimento verificado no EBITDA do grupo resulta essencialmente do contributo positivo dos segmentos de negócio TMN (+47 milhões de euros) e Telesp Celular Participações (+55,5 milhões de euros), que mais que compensaram os decréscimos verificados no segmento de negócio PT Comunicações (-46,4 milhões de euros), como seguidamente se demonstra:

EBITDA CONSOLIDADO	valores expressos em milhares de euros			
	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
PT Comunicações	489 035	535 425	489 035	535 425
PT Prime	11 171	19 000	11 171	19 000
TMN	284 755	237 754	284 755	237 754
Telesp Celular Participações	294 430	238 852	121 405	98 488
PT Multimedia	32 644	18 355	32 644	18 355
Outros negócios	10 481	6 670	10 481	6 672
TOTAL	1 122 516	1 056 056	949 491	915 694

* Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

No primeiro semestre de 2002, os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 2 852,6 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 42,3 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Excluindo o efeito da desvalorização do real brasileiro, os proveitos operacionais consolidados teriam ascendido a 2 955,1 milhões de euros, o que representaria um crescimento de 5,2% (+144,8 milhões de euros) face ao ano anterior.

Para o crescimento dos proveitos operacionais consolidados contribuíram essencialmente os segmentos de negócio TMN (67,9 milhões de euros) e PT Multimedia (43,3 milhões de euros), que mais que compensaram o decréscimo verificado no segmento de negócios PT Comunicações (69,2 milhões de euros):

PROVEITOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS	valores expressos em milhares de euros			
	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
PT Comunicações	1 151 507	1 220 707	1 151 507	1 220 707
PT Prime	151 266	126 936	151 266	126 936
TMN	708 699	640 837	708 699	640 837
Telesp Celular Participações	734 355	720 406	302 803	297 051
PT Multimedia	327 428	284 119	327 428	284 119
Outros negócios**	(220 643)	(182 710)	(216 090)	(178 185)
TOTAL	2 852 612	2 810 295	2 425 613	2 391 465

** Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

** No primeiro semestre de 2002, esta rubrica inclui, em termos de consolidação integral da Telesp Celular Participações, um montante negativo de 300 milhões de euros referente a eliminações de transacções intersegmentos e um montante de 79,4 milhões de euros, referente a receitas de outros negócios, havendo a salientar as receitas originadas pela Mascom (26,8 milhões de euros), pela Cabo Verde Telecom (20,1 milhões de euros) e pela Mobitel (12 milhões de euros).

Resultados consolidados

O resultado consolidado líquido do primeiro semestre de 2002 ascendeu a 202,5 milhões de euros. Para este resultado consolidado líquido contribuíram os resultados operacionais gerados no semestre, no montante de 624,7 milhões de euros, deduzidos de outros custos não operacionais líquidos que totalizaram 321,2 milhões de euros, dos quais se destacam os encargos financeiros líquidos (81,2 milhões de euros), a amortização de goodwill (76,5 milhões de euros) e as perdas (e ganhos) em empresas associadas decorrentes

da aplicação do método de equivalência patrimonial (144,7 milhões de euros). O resultado antes de impostos e interesses minoritários ascendeu assim a 303,5 milhões de euros, tendo este montante sido deduzido do imposto sobre o rendimento do semestre no montante de 186,9 milhões de euros e acrescido de um montante de 85,9 milhões de euros de interesses minoritários, que corresponde essencialmente à proporção dos minoritários nos prejuízos da Telesp Celular Participações (55,5 milhões de euros) e da PT Multimedia (35,9 milhões de euros).

RESULTADOS CONSOLIDADOS	valores expressos em milhares de euros			
	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
Resultado operacional consolidado	624 689	550 884	536 258	488 753
Outros (custos)/proveitos não operacionais	(321 204)	(315 748)	(190 167)	(186 215)
Resultado consolidado antes de impostos e interesses minoritários	303 485	235 136	346 091	302 538
Imposto sobre rendimento	(186 853)	(98 613)	(173 910)	(98 612)
Resultado líquido consolidado antes de interesses minoritários	116 632	136 523	172 181	203 926
Interesses minoritários	85 883	63 512	30 334	(3 891)
Resultado líquido consolidado	202 515	200 035	202 515	200 035
Resultado líquido por acção (ou ADS)	0,16	0,16	0,16	0,16

* Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

Os resultados consolidados antes de impostos e interesses minoritários atingiram 303,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2002 e o imposto sobre o rendimento do período situou-se em 186,9 milhões de euros, originando uma taxa efectiva de imposto de 61,6%. Para este nível de imposto contribuíram, essencialmente, as perdas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial a empresas associadas, a amortização do goodwill e os prejuízos das empresas que não são recuperados fiscalmente.

Proveitos operacionais consolidados

Os proveitos operacionais consolidados do primeiro semestre de 2002 ascenderam a 2 852,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,5% face ao primeiro semestre de 2001. O contributo de cada segmento de negócio para os proveitos operacionais consolidados é conforme quadro da página seguinte. No primeiro semestre de 2002 a contribuição conjunta dos segmentos de negócio TMN, Telesp Celular Participações e PT Multimedia representa 57,6% do total dos proveitos opera-

cionais consolidados, o que compara com 54,2% no primeiro semestre de 2001.

PT Comunicações

A evolução registada no segmento de negócio PT Comunicações consubstancia os efeitos positivos decorrentes do forte crescimento verificado no tráfego destinado à Internet e no tráfego de interligação, que não foram suficientes para absorver o impacto negativo decorrente da alteração do regime de propriedade do tráfego de Internet para os ISP's e da redução do número de acessos, assim como o efeito da actual conjuntura económica desfavorável.

PT Prime

O contributo do segmento de negócio PT Prime para os proveitos operacionais consolidados cresceu 17,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2002. As receitas da comunicação de dados e de aluguer de circuitos continuam a ser predominantes neste segmento, representando 58,8% do total dos provei-

	valores expressos em milhares de euros			
	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
PROVEITOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS				
PT Comunicações	1 008 554	1 109 704	1 008 554	1 109 704
Prestação de serviços	996 436	1 092 008	996 436	1 092 008
Vendas	12 118	17 696	12 118	17 696
PT Prime	120 294	102 505	120 294	102 505
Prestação de serviços	117 263	97 949	117 263	97 949
Vendas	3 031	4 556	3 031	4 556
TMN	605 215	532 187	605 215	532 187
Prestação de serviços	546 141	457 365	546 141	457 365
Vendas	59 074	74 822	59 074	74 822
Telesp Celular Participações	734 053	720 187	302 683	296 961
Prestação de serviços	638 271	604 784	263 188	249 376
Vendas	95 782	115 403	39 495	47 585
PT Multimedia	305 055	270 605	305 055	270 605
Prestação de serviços	241 131	200 089	241 131	200 089
Vendas	63 924	70 516	63 924	70 516
Outros negócios	79 441	75 107	83 812	79 504
Prestação de serviços	75 364	64 035	79 735	68 578
Vendas	4 077	11 072	4 077	10 926
TOTAL	2 852 612	2 810 295	2 425 613	2 391 466

* Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

tos deste segmento, menos 3,6 p.p. face ao período homólogo do ano anterior (62,4%). Esta evolução reflecte o desenvolvimento das actividades de corporate Internet (+4,1 milhões de euros), de gestão de rede e de outsourcing (+5,7 milhões de euros).

TMN

O contributo do segmento de negócio TMN para os proveitos operacionais consolidados ascendeu a 605,2 milhões de euros, o que se compara com 532,2 milhões de euros no período homólogo de 2001. Este incremento advém fundamentalmente do aumento do parque de cartões activos (+22% face ao ano anterior).

Telesp Celular Participações

O contributo do segmento de negócio Telesp Celular Participações para os proveitos operacionais consolidados ascendeu a 734,1 milhões de euros. Excluindo a desvalorização do real brasileiro face ao primeiro semestre de 2001 (-14%), o contributo deste

segmento teria sido de 836,5 milhões de euros (+16,1%). Esta evolução é resultado fundamentalmente do aumento na base de clientes (+416 mil novos clientes) e do desenvolvimento de novos serviços.

PT Multimedia

O contributo do segmento de negócio PT Multimedia para os proveitos operacionais consolidados cresceu 34,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2002. Este crescimento é fundamentalmente resultado do crescimento dos serviços de televisão por cabo (+46,7 milhões de euros), que mais que compensa o decréscimo verificado nas receitas dos serviços de média e audiovisuais (-6 milhões de euros) resultante essencialmente da quebra ocorrida nas receitas publicitárias.

Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados ascenderam a 2 227,9 milhões de euros, o que comparado com o primeiro semestre de 2001 representa uma redução de 31,5 milhões de euros (1,4%).

Das rubricas que mais influenciaram o decréscimo dos custos operacionais consolidados há a destacar o custo das mercadorias vendidas (-71,3 milhões de euros), os custos com telecomunicações (-18,8 milhões de euros), os custos de publicidade e propaganda (-15,4 milhões de euros) e os outros fornecimentos e serviços externos (-11,9 milhões de euros); o efeito destas reduções foi parcialmente atenuado pelo aumento dos custos com remunerações e outros encargos com o pessoal (+24,9 milhões de euros), pelo aumento dos custos com benefícios de reforma (+22,1 milhões de euros) e pelo aumento das provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos (+48,1 milhões de euros).

Custos com remunerações e outros encargos com o pessoal

Os custos com remunerações e outros encargos com pessoal ascenderam a 349 milhões de euros, o que representa um aumento de 24,9 milhões de euros em relação ao primeiro semestre de 2001. Estes custos representam 12,2% das receitas operacionais, o que compara com 11,5% no primeiro semestre de 2001. De salientar que estes custos no segmento de negócio PT Comunicações, que representa 42,8% do total dos custos com remunerações e outros encargos com pessoal do grupo, decresceram 2,3% em relação ao primeiro semestre de 2001.

Custos com benefícios de reforma

Os custos com benefícios de reforma ascenderam a 91,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 32% em relação ao primeiro semestre de 2001. Tal evolução reflecte, essencialmente, o acréscimo nos custos correntes com pensões em consequência de um elevado nível de amortização de perdas actuariais diferidas em exercícios anteriores, em resultado fundamentalmente dos desvios entre a rentabilidade efectiva dos fundos de pensões do grupo e o pressuposto actuarial de rentabilidade média dos fundos considerada nos estudos actuariais. No entanto, é importante salientar que estes desvios correspondem a variações de curto prazo na rentabilidade dos fundos influenciadas por diversos factores conjunturais, enquanto que o pressuposto utilizado nos estudos actuariais corresponde a uma rentabilidade anual estimada de médio e longo prazo (6% num horizonte temporal de aproximadamente dezasseis anos), que está em consonância com os pressupostos de rentabilidade utilizados usualmente por actuários internacionais.

Custos com telecomunicações

Os custos com telecomunicações ascenderam a 329,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, em comparação com 348,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2001. A diminuição dos custos com telecomunicações (-18,8 milhões de euros) reflecte essencialmente o decréscimo de custos verificado na contribuição do segmento PT Comunicações (-29,9 milhões de euros), resultado da alteração da propriedade do tráfego com destino à Internet e da redução dos custos associados ao tráfego fixo-móvel, que mais do que compensou o maior volume de tráfego internacional com destino às redes móveis, e na Telesp Celular Participações (-11,7 milhões de euros), resultado essencialmente da desvalorização cambial. Este decréscimo foi parcialmente compensado com um acréscimo de custos na TMN (+16,5 milhões de euros), fundamentalmente, reflexo da evolução crescente da base de clientes.

Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo

As amortizações atingiram 497,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, representando um decréscimo de 7,4 milhões de euros em relação ao primeiro semestre de 2001. Esta diminuição traduz fundamentalmente o impacto decorrente da alteração do critério de amortização dos bens adquiridos no exercício, efectuada no segundo semestre de 2001, que passaram a ser amortizados por duodécimos ao invés de por uma quota anual, independente da data de aquisição dos bens, como sucedia até ao fim do primeiro semestre de 2001.

Custo das mercadorias vendidas

Os custos das mercadorias vendidas ascenderam a 227,8 milhões de euros verificando-se uma diminuição de 71,3 milhões de euros face ao período homólogo de 2001, o que se relaciona fundamentalmente com o decréscimo de custos com equipamentos vendidos pela TMN (-28,6 milhões de euros) e Telesp Celular (-28,4 milhões de euros).

Custos publicidade e propaganda

Os custos de publicidade e propaganda ascenderam a 55,1 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de 15,4 milhões de euros em relação ao primeiro semestre de 2001, que resulta essencialmente de políticas de contenção de custos adoptadas pelo grupo no primeiro semestre de 2002.

Outros fornecimentos e serviços externos

O total dos custos com outros fornecimentos e serviços externos ascendeu a 467,1 milhões de euros, representando um decréscimo de 11,8 milhões de euros em relação ao primeiro semestre de 2001. Este decréscimo resulta fundamentalmente de uma diminuição nos custos com comissões a agentes na TMN em resultado da renegociação de contratos efectuada por esta empresa do grupo.

Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos

As provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos ascenderam a 90,8 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 48 milhões de euros em relação ao primeiro semestre de 2001. O aumento das provisões decorre essencialmente da avaliação dos riscos estimados pela não cobrança de contas a receber de clientes e de outros devedores na actual conjuntura económica.

Impostos

Esta rubrica inclui essencialmente impostos indirectos, com destaque para as taxas Fistel na Telesp Celular relativas à activação de novos clientes.

Outros custos/proveitos não operacionais

Os outros custos/proveitos não operacionais incluem essencialmente os encargos financeiros líquidos, a amortização do goodwill, os outros custos/ganhos financeiros, os ganhos e perdas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial em empresas associadas e os custos extraordinários com o programa de redução de efectivos.

Encargos financeiros líquidos

Os encargos financeiros líquidos ascenderam a 81,2 milhões de euros, o que compara com 145 milhões de euros no primeiro semestre de 2001. Este decréscimo resulta fundamentalmente da reestruturação da dívida efectuada pelo grupo, com impacto positivo no custo médio da dívida.

Amortização do goodwill

A amortização do goodwill ascendeu a 76,5 milhões de euros o que compara com 78,7 milhões de euros no primeiro semestre

de 2001. Este decréscimo reflecte por um lado a redução da amortização do goodwill da Telesp Celular Participações (-20,1 milhões de euros), decorrente fundamentalmente da estimativa de impairment neste investimento, e por outro lado a amortização do goodwill nos investimentos efectuados na BUS Telecomunicações (+8,6 milhões de euros) e na PTM.com (+3,9 milhões de euros), não amortizados no primeiro semestre de 2001.

Outros custos/ganhos financeiros

Os outros custos financeiros líquidos de proveitos da mesma natureza ascenderam a 19,2 milhões de euros, o que compara com 210 milhões de euros no primeiro semestre de 2001. Para esta melhoria contribuíram fundamentalmente as diferenças de câmbio positivas com instrumentos derivativos utilizados pelo grupo para a cobertura do risco cambial.

Perdas/ganhos em empresas do grupo e associadas

As perdas líquidas apuradas na aplicação do método da equivalência patrimonial a empresas associadas ascenderam a 144,7 milhões de euros, o que compara com 171,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2002. Estas perdas reflectem essencialmente a proporção do grupo nas perdas do semestre na Global Telecom (101 milhões de euros), na Médi Télecom (29,8 milhões de euros) e na BUS Telecomunicações (6,9 milhões de euros). A redução em relação ao primeiro semestre de 2001 resulta essencialmente da melhoria de resultados da Global Telecom (+36,4 milhões de euros).

Custos extraordinários com o programa de redução de efectivos

O custo estimado com o programa de redução de efectivos no corrente exercício e reconhecido no primeiro semestre ascendeu a 17,9 milhões de euros, o que corresponde a um nível de custos idêntico ao do primeiro semestre de 2001.

6.2. Situação financeira

A situação financeira do grupo em 30 de Junho de 2002 encontra-se significativamente afectada pela desvalorização do real brasileiro, que implicou uma redução dos capitais próprios do grupo no montante de 756,1 milhões de euros na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, e pela constituição de uma provisão para fazer face ao impairment do investimento financeiro na Telesp Celular Participações, registada por con-

trapartida de resultados transitados, no montante de 500 milhões de euros. As principais variações ocorridas na estrutura finan-

ceira do grupo no primeiro semestre de 2001 encontram-se seguidamente analisadas:

Balanço

	valores expressos em milhares de euros			
	30.06.02	31.12.01	30.06.02*	31.12.01*
BALANÇO				
Activo				
Activo circulante	3 537 450	3 628 143	3 347 717	3 511 466
Investimentos financeiros	1 785 642	2 000 267	2 116 548	1 947 177
Imobilizações corpóreas	4 901 114	5 491 278	4 247 127	4 500 547
Imobilizações incorpóreas	4 383 467	4 934 428	4 233 722	4 754 163
Impostos diferidos de médio e longo prazo	356 304	500 532	153 954	238 745
Custos diferidos – benefícios de reforma	732 852	761 855	732 852	761 855
Outros activos de médio e longo prazo	273 486	319 752	198 759	177 208
TOTAL DO ACTIVO CONSOLIDADO	15 970 315	17 636 255	15 030 679	15 891 161
Passivo				
Passivo circulante	11 657 622	11 749 518	11 194 189	10 792 068
Empréstimos de médio e longo prazo	3 548 295	3 240 037	3 289 919	2 555 991
Provisões para benefícios de reforma	5 007 795	5 428 298	5 058 563	5 387 452
Impostos diferidos de médio e longo prazo	1 806 386	1 810 044	1 806 100	1 809 669
Proveitos diferidos – benefícios de reforma	10 795	577 332	10 795	577 332
Outros passivos de médio e longo prazo	18 722	22 955	18 722	22 955
Capital próprio				
Interesses minoritários	827 451	1 219 954	351 248	432 310
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES				
MINORITÁRIOS E DO PASSIVO CONSOLIDADO	15 970 315	17 636 255	15 030 679	15 891 161

* Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

O activo consolidado atingiu um montante de 15 970,3 milhões de euros em 30 de Junho de 2002, o que corresponde a uma diminuição de 1 665,9 milhões de euros em relação a 31 de Dezembro de 2001. Esta diminuição reflectiu-se essencialmente nas imobilizações corpóreas (-590,2 milhões de euros) e incorpóreas (-551 milhões de euros) e resultou fundamentalmente da desvalorização do real brasileiro ocorrida no primeiro semestre de 2002, que originou uma redução nas imobilizações corpóreas e incorpóreas de 421,5 milhões de euros e 529,4 milhões de euros, respectivamente. As imobilizações incorpóreas incluem essencialmente o goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em empresas participadas, que teve uma redução global no semestre de 544,5 milhões de euros.

O passivo atingiu um montante de 11 657,6 milhões de euros em 30 de Junho de 2002, o que representa uma diminuição de 91,9 milhões de euros em relação a 31 de Dezembro de 2001. Para esta diminuição contribuiu fundamentalmente a redução na dívida remunerada de 672,6 milhões de euros. Esta diminuição foi parcialmente compensada pela constituição de uma

provisão para fazer face ao impairment do investimento na Telesp Celular Participações (500 milhões de euros) e pelo reforço das provisões para investimentos financeiros em empresas associadas com capital próprio negativo (100,6 milhões de euros).

O capital próprio do grupo ascende a 3 485,2 milhões de euros em 30 de Junho de 2002, o que representa uma diminuição de 1 181,5 milhões de euros em relação a 31 de Dezembro de 2001, em resultado, essencialmente, do efeito combinado das seguintes situações: (i) resultado consolidado líquido do primeiro semestre de 2002 (+202,5 milhões de euros); (ii) distribuição de dividendos (-125,4 milhões de euros); (iii) registo da provisão para fazer face ao impairment do investimento na Telesp Celular Participações (-500 milhões de euros); e (iv) ajustamentos de conversão cambial negativos, no montante de aproximadamente 756,1 milhões de euros, resultantes da desvalorização do real brasileiro.

Os interesses minoritários atingiram 827,5 milhões de euros e respeitam essencialmente à proporção dos minoritários nos

capitais próprios da Telesp Celular Participações (476,2 milhões de euros) e da PT Multimedia (311,4 milhões de euros).

Investimento

O total do investimento consolidado do grupo, incluindo investimentos financeiros, atingiu 520,5 milhões de euros.

Para a realização deste nível de investimento contribuíram, fundamentalmente, os segmentos de negócio Telesp Celular Participações (144,6 milhões de euros), TMN (133,7 milhões de euros) e PT Comunicações (132,2 milhões de euros).

O investimento consolidado do grupo no primeiro semestre de 2002, incluindo os investimentos financeiros, teve a seguinte composição:

INVESTIMENTO CONSOLIDADO	valores expressos em milhares de euros			
	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
PT Comunicações	132 185	123 251	132 185	123 251
PT Prime	17 361	55 855	17 361	55 855
TMN	133 692	115 325	133 692	115 325
Telesp Celular Participações	144 608	699 897	122 507	288 599
PT Multimedia	55 649	860 657	55 649	860 657
Outros negócios	37 012	87 853	37 012	87 853
TOTAL	520 507	1 942 838	498 406	1 531 540

* Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

Investimento financeiro

O investimento financeiro consolidado situou-se nos 138,5 milhões de euros e está relacionado fundamentalmente com o

refinanciamento da Global Telecom (empresa consolidada pelo método de equivalência patrimonial).

INVESTIMENTO FINANCEIRO (incluindo goodwill)	valores expressos em milhares de euros			
	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
PT Comunicações	-	-	-	-
PT Prime	3 611	28 207	3 611	28 207
TMN	-	-	-	-
Telesp Celular Participações	107 000	491 092	107 000	202 500
PT Multimedia	15 643	804 915	15 643	804 915
Outros negócios	12 270	68 699	12 270	68 699
TOTAL	138 524	1 392 913	138 524	1 104 321

* Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

Investimento corpóreo e incorpóreo

O investimento consolidado do grupo em imobilizado corpóreo e incorpóreo (excluindo goodwill) atingiu 382 milhões de euros. O valor do investimento do grupo foi fundamentalmente orientado para: (i) o segmento de negócio TMN, com 133,7 milhões de euros, na ampliação e modernização da rede GSM/GPRS e na instalação e actualização de novos sistemas de informação e de plataformas de suporte aos serviços; e (ii) o segmento de negócio PT Comunicações, com 132,2 milhões de euros, na modernização das infra-estruturas de suporte aos

novos serviços e soluções e à expansão do serviço fixo de telefone e do serviço de aluguer de circuitos. De referir, ainda, o investimento realizado no segmento de negócio PT Multimedia, no montante de 40 milhões de euros, sendo 31,4 milhões de euros no negócio de TV Cabo. A diminuição no nível de investimento no segmento de negócio Telesp Celular Participações, é resultado, por um lado, do efeito da desvalorização cambial do real brasileiro, e, por outro, de uma selecção criteriosa dos projectos de investimento adaptada às actuais condições de mercado.

INVESTIMENTO CORPÓREO E INCORPÓREO

(excluindo goodwill)

	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
PT Comunicações	132 185	123 251	132 185	123 251
PT Prime	13 750	27 648	13 750	27 648
TMN	133 692	115 325	133 692	115 325
Telesp Celular Participações	37 608	208 805	15 507	86 099
PT Multimidia	40 006	55 742	40 006	55 742
Outros negócios	24 741	19 154	24 741	19 154
TOTAL	381 982	549 925	359 881	427 219

* Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

O investimento consolidado do grupo em imobilizado corpóreo e incorpóreo, em termos de percentagem de proveitos operacionais consolidados tem vindo progressivamente a diminuir, em consonância com a estratégia do grupo de maximização do cash flow, situando-se no primeiro semestre de 2002 em 13,4%, quando comparado com 19,6% no período homólogo de 2001.

Financiamento

A dívida consolidada líquida do grupo atingiu 4 762 milhões de euros e a dívida total 6 075 milhões de euros, o que corresponde a reduções em relação a 31 de Dezembro de 2001 de 694,1 milhões de euros e 672,6 milhões de euros, respectivamente. Assim, em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2001, a dívida líquida do grupo apresentava a seguinte composição:

ESTRUTURA DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Dívida de curto prazo

	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
	Saldo	%	Saldo	%
1 067 214	17,6	1 319 291	19,6	1 030 472
604 929	10,0	197 025	2,9	604 929
137 550	2,3	360 076	5,3	125 330
324 735	5,3	762 190	11,3	300 213

Dívida de médio e longo prazo

	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
	Saldo	%	Saldo	%
5 007 795	82,4	5 428 298	80,4	5 058 563
1 059 035	17,4	1 059 035	15,7	1 059 035
2 724 699	44,9	2 724 699	40,4	2 724 699
1 033 424	17,0	1 411 124	20,9	1 151 225
190 637	3,1	233 440	3,5	123 604
6 075 009	100,0	6 747 589	100,0	6 089 035
1 313 008	21,6	1 291 473	19,1	1 286 284
4 762 001	78,4	5 456 116	80,9	4 802 751

* Valores com a Telesp Celular Participações consolidada proporcionalmente.

A diminuição da dívida líquida resulta essencialmente das seguintes situações: (i) liquidação de instrumentos financeiros de cobertura cambial EUR/USD (285,9 milhões de euros); (ii) desvalorização da dívida em reais ou convertida para reais através de instrumentos derivativos contratados no Brasil (189,6 milhões de euros); (iii) reembolsos de dívida titulada por papel comercial (297 milhões de euros).

Ráculos

Os ráculos a seguir apresentados traduzem a situação económica e financeira do grupo no primeiro semestre de 2002.

Os ráculos económicos evidenciam a melhoria da performance operacional ocorrida no primeiro semestre de 2002, enquanto o gearing reflecte a redução do capital próprio, em resultado do efeito da desvalorização do real brasileiro e do registo da provisão para impairment, que não é totalmente compensada pela evolução favorável na dívida líquida.

RÁCIOS	1.º S 2002	1.º S 2001	1.º S 2002*	1.º S 2001*
Margem operacional (Resultado operacional/ /Proveitos operacionais)	21,9%	19,6%	22,1%	20,4%
Margem EBITDA (EBITDA ⁽¹⁾ /Proveitos operacionais)	39,4%	37,6%	39,1%	38,3%
Interest cover(EBITDA/encargos financeiros líquidos (n.º ×))	13,8	7,3	15,9	8,0
EBITDA menos CAPEX ⁽²⁾ (milhares de euros)	740 533	506 131	586 608	488 328
Gearing (dívida líquida/(Dívida líquida + Capital próprio))	57,7%	51,0%	57,9%	47,1%

* Valores com o grupo Telesp Celular Participações consolidado proporcionalmente.

(1) EBITDA=Resultado operacional+amortizações.

(2) CAPEX=Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

7. NOVO MODELO DE GOVERNO

O primeiro semestre de 2002 foi marcado pela implementação de um novo modelo de governo, cuja filosofia assenta essencialmente em três elementos: a eficácia, a simplicidade e a transparência. Pretende-se com este novo modelo tornar a Comissão Executiva do grupo mais operacional, reforçando a sua intervenção nas decisões-chave, bem como envolver as segundas linhas-chave no debate das questões críticas e garantir o envolvimento do Conselho de Administração no acompanhamento das questões estratégicas. Ainda neste contexto, os accionistas aprovaram em Assembleia Geral uma alteração dos estatutos da empresa, a qual permite que o Presidente do Conselho de Administração possa ser diferente do Presidente da Comissão Executiva, assegurando uma melhor separação entre as funções de supervisão e controle e as tarefas de gestão corrente. A referida alteração permite ainda que todos os membros da Comissão Executiva, incluindo o seu Presidente, sejam escolhidos pelo Conselho de Administração, de entre os seus membros.

Na sequência do referido anteriormente, em 28 de Maio último, o Conselho de Administração procedeu à escolha dos seus membros para integrarem a Comissão Executiva, a qual tem actualmente a seguinte composição:

Presidente

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Vogais

Zeinal Bava

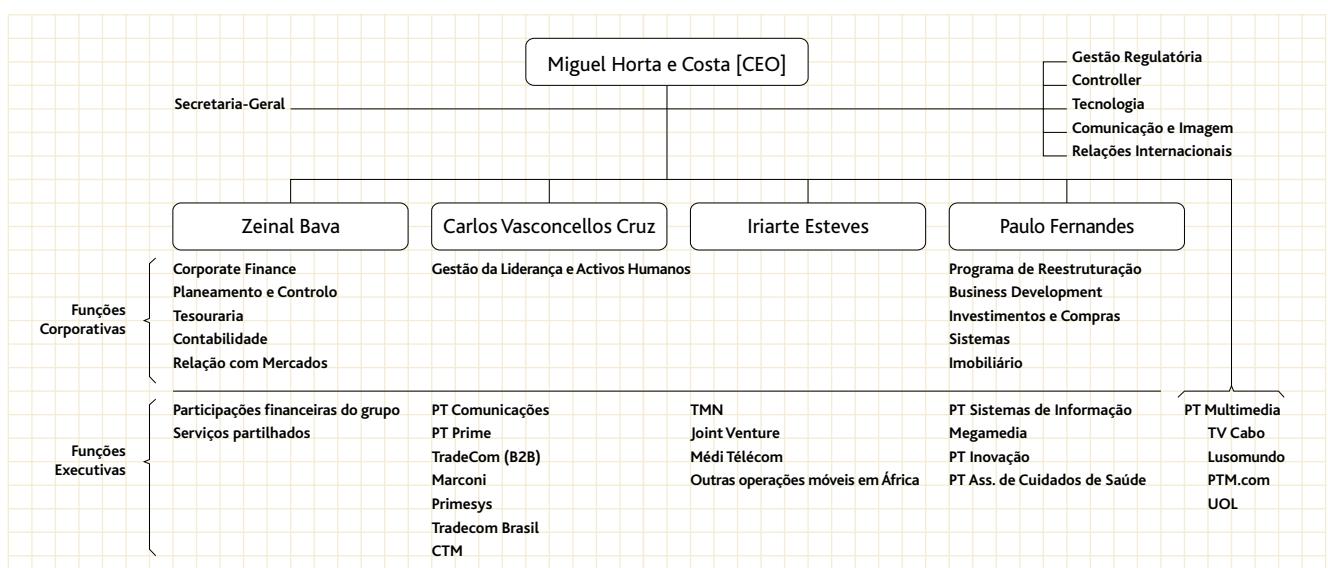
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz

Iriarte José de Araújo Esteves

Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes

Ao nível do Conselho de Administração da PT, também se verificaram alterações, sendo o mesmo composto actualmente por dezanove administradores, encontrando-se a respectiva composição descrita em anexo.

Indica-se no organograma seguinte a presente alocação de responsabilidades na Comissão Executiva:



8. PERSPECTIVAS FUTURAS

A PT dispõe de um posicionamento privilegiado no mercado doméstico, liderando uma carteira diversificada e completa de negócios. Com uma exposição limitada aos mercados emergentes, não procedeu a investimentos de vulto no UMTS e apresenta uma estrutura financeira extremamente sólida. O mercado tem reconhecido as virtualidades de uma estratégia de crescimento assente nestes vectores, dado o bom desempenho operacional da generalidade dos negócios e as potencialidades de crescimento futuro do mercado brasileiro.

A PT deverá consolidar no futuro esta estratégia. Deverá maximizar a capacidade de geração de fundos dos seus negócios no mercado doméstico, tirando partido da actual fase de desenvolvimento dos serviços e aprofundando a racionalização de custos operacionais e dos investimentos em todas as áreas de negócio. Deverá potenciar o lançamento da joint venture com a Telefónica para rendibilizar os investimentos realizados no mercado móvel brasileiro. Promover a produtividade e eficiência a todos os níveis, será a via para garantir a maximização dos níveis de retorno para os accionistas.

Nos negócios de rede fixa, a PT pretende preservar a sua posição de liderança destacada no mercado, através de uma fidelização dos clientes assente na qualidade da oferta, na competitividade dos preços e no customer care. Irá prosseguir o processo de racionalização de custos, permitindo aumentar o cash flow desta área de negócio, que no primeiro semestre de 2002 contribuiu com quase 44% do EBITDA do grupo.

Na TMN, tirando partido do potencial de crescimento ainda existente no mercado móvel nacional, proceder-se-á a uma melhoria progressiva das margens, através de uma gestão rigorosa dos SAC, do estímulo do consumo e do desenvolvimento de novos serviços, por forma a colmatar a pressão sobre o ARPU resultante da redução dos preços de interligação.

Na PT Multimedia, estão em curso iniciativas para aumentar as margens dos diferentes segmentos de negócio, nomeada-

mente rendibilizando a infra-estrutura instalada e a posição predominante na televisão por subscrição, reduzindo os custos de programação, simplificando todas as estruturas operacionais e integrando os media nas diferentes plataformas de negócio, deste modo potenciando as sinergias do grupo.

No Brasil, a rendibilização dos activos passará pela melhoria da eficiência operacional e financeira da Telesp Celular, para o que foram dados passos significativos neste semestre com o êxito do processo de aumento de capital na Telesp Celular Participações. A concretização da joint venture com a Telefónica será crucial pelas sinergias e economias de escala que trará para as operações e pelo contributo futuro para o crescimento da PT.

A PT prosseguirá a renovação, o reforço e a valorização dos seus recursos humanos, através da captação de quadros-chave para o grupo e da formação em áreas estratégicas, fomentando a eficiência da gestão, a coesão e o espírito de equipa.

Os resultados do semestre permitem-nos encarar com optimismo as metas estabelecidas para este ano ao nível operacional, bem como ao nível de redução da dívida e de neutralização dos riscos cambiais. Ainda assim, a PT está atenta e analisa em profundidade as implicações da actual conjuntura económica e de mercado que afectam as economias portuguesa e internacional e em particular o sector das telecomunicações. Consequentemente, estuda e pondera diversas alternativas que possam permitir minimizar os efeitos negativos dessa conjuntura e maximizar a criação e distribuição de valor para os seus accionistas.

Espera-se que a estratégia enunciada continue a reforçar a solidez e competitividade do grupo, assegurando no futuro um crescimento sustentado, níveis de rendibilidade mais elevados e uma estrutura financeira mais sólida, permitindo à PT a criação e distribuição de mais valor pelos accionistas.

Lisboa, 10 de Setembro de 2002.

A Comissão Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

BALANÇOS CONSOLIDADOS

em 30 de Junho de 2002 e 2001 e 31 de Dezembro de 2001

		valores expressos em euros					
ACTIVO		Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	30 de Junho 2002	31 de Dezembro 2001
						2001	Activo líquido
Imobilizado:							
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	27	90 549 621	(73 560 884)	16 988 737	27 550 411	26 948 164	
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	63 133 281	(41 302 827)	21 830 454	15 064 471	17 331 123	
Propriedade industrial e outros direitos	27	232 185 905	(102 316 444)	129 869 461	89 446 725	138 031 730	
Outras imobilizações incorpóreas	27	11 530 345	(6 643 268)	4 887 077	6 967 381	7 217 275	
Imobilizações em curso	27	147 303 278	–	147 303 278	114 592 340	138 004 013	
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	1 676 938	–	1 676 938	1 389 963	1 524 401	
Diferenças de consolidação	10 e 27	4 516 983 621	(456 072 936)	4 060 910 685	4 573 822 325	4 605 371 354	
		5 063 362 989	(679 896 359)	4 383 466 630	4 828 833 616	4 934 428 060	
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	117 816 988	(16 271 042)	101 545 946	112 562 608	108 029 603	
Edifícios e outras construções	27 e 42	902 697 825	(450 309 128)	452 388 697	445 625 950	453 503 885	
Equipamento básico	27 e 42	9 552 127 106	(5 776 488 926)	3 775 638 180	4 056 867 248	4 173 446 833	
Equipamento de transporte	27 e 42	55 678 817	(36 790 135)	18 888 682	15 425 007	19 488 963	
Ferramentas e utensílios	27 e 42	28 341 644	(18 076 453)	10 265 191	15 661 320	14 748 510	
Equipamento administrativo	27 e 42	708 864 835	(512 926 678)	195 938 157	206 155 487	235 815 577	
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	61 587 659	(47 010 117)	14 577 542	15 849 117	15 680 344	
Imobilizações em curso	27 e 42	330 909 767	–	330 909 767	550 962 395	467 309 854	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27 e 42	961 980	–	961 980	2 759 548	3 254 878	
		11 758 986 621	(6 857 872 479)	4 901 114 142	5 421 868 680	5 491 278 447	
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	27 e 46	16 500 701	(3 733 540)	12 767 161	316 840 354	2 289 681	
Partes de capital em empresas associadas	27 e 46	189 100 672	(8 302 262)	180 798 410	286 107 632	351 157 018	
Empréstimos a empresas associadas	27 e 46	997 800 427	–	997 800 427	10 951 281	1 003 304 147	
Partes de capital em outras empresas	27 e 46	283 951 679	(3 121 278)	280 830 401	447 563 925	397 304 550	
Empréstimos a outras empresas	27 e 46	109 884 045	(3 292 066)	106 591 979	186 636	2 279 081	
Títulos e outras aplicações financeiras	27	32 195 711	(12 686 688)	19 509 023	19 996 135	19 689 835	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	187 344 612	–	187 344 612	294 456 297	224 243 069	
		1 816 777 847	(31 135 834)	1 785 642 013	1 376 102 260	2 000 267 381	
Realizável a médio e longo prazo:							
Dívidas de terceiros a médio e longo prazo:							
Clientes, conta corrente	64	35 182 650	–	35 182 650	48 808 874	41 839 675	
Clientes de cobrança duvidosa	50	5 462 173	(2 638 840)	2 823 333	3 039 263	3 190 407	
Estado e outros entes públicos	46	66 029 082	–	66 029 082	48 802 097	60 380 376	
Outros devedores		14 977 110	(27 094)	14 950 016	11 884 793	15 823 717	
		121 651 015	(2 665 934)	118 985 081	112 535 027	121 234 175	
Circulante							
Existências:							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		25 786 909	(539 402)	25 247 507	36 817 498	29 414 463	
Produtos e trabalhos em curso		8 957 548	(43 622)	8 913 926	7 594 813	7 551 877	
Mercadorias		107 915 487	(15 537 997)	92 377 490	105 980 199	94 956 531	
Adiantamentos por conta de compras	46	28 718	–	28 718	305 313	78 257	
		142 688 662	(16 121 021)	126 567 641	150 697 823	132 001 128	
Dívidas de terceiros – curto prazo:							
Clientes, conta corrente	64	980 946 942	(54 757 036)	926 189 906	754 270 617	835 301 602	
Clientes, títulos a receber		242 717	–	242 717	17 394	881 938	
Clientes de cobrança duvidosa		339 993 968	(306 792 197)	33 201 771	36 490 883	35 336 272	
Empresas associadas		32 143 162	–	32 143 162	7 586 413	19 061 259	
Empresas participantes e participadas		21 930	–	21 930	23 460	34 508	
Outros acionistas		56 720	–	56 720	53 536	101 579	
Adiantamentos a fornecedores		39 803 401	–	39 803 401	55 950 048	30 583 667	
Estado e outros entes públicos	50	44 530 606	–	44 530 606	41 000 065	49 145 041	
Outros devedores	51	147 475 104	(15 817 580)	131 657 524	110 200 087	239 072 116	
		1 585 214 550	(377 366 813)	1 207 847 737	1 005 592 503	1 209 517 982	
Títulos negociáveis:							
Outros títulos negociáveis		409 818 941	(19 066)	409 799 875	1 123 003	600 496 303	
Outras aplicações de tesouraria	46 e 52	316 647 337	–	316 647 337	225 687 393	173 530 398	
		726 466 278	(19 066)	726 447 212	226 810 396	774 026 701	
Depósitos bancários e caixa:							
Depósitos bancários		575 929 818	–	575 929 818	667 530 215	513 177 067	
Caixa		10 631 192	–	10 631 192	3 646 681	4 269 190	
		586 561 010		586 561 010	671 176 896	517 446 257	
Acréscimos e diferimentos:							
Acréscimos de proveitos	53	383 306 702	–	383 306 702	559 987 716	444 104 490	
Custos diferidos	53	910 998 918	–	910 998 918	655 620 828	921 839 602	
Impostos diferidos	53	839 377 500	–	839 377 500	–	1 090 111 027	
		2 133 683 120		2 133 683 120	1 215 608 544	2 456 055 119	
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES							
TOTAL DE PROVISÕES							
TOTAL DO ACTIVO							
		23 935 392 092	(7 965 077 506)	15 970 314 586	15 009 225 745	17 636 255 250	

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2002.

BALANÇOS CONSOLIDADOS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

em 30 de Junho de 2002 e 2001 e 31 de Dezembro de 2001

		valores expressos em euros		
			30 de Junho 2001	31 de Dezembro 2001
	Notas	2002		
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO				
Capital	54	1 254 285 000	1 254 285 000	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	54	(150 000)	(757 700)	–
Acções próprias – descontos e prémios	54	(929 089)	(7 527 936)	–
Prémios de emissão de acções	54	2 149 565 000	2 149 565 000	2 149 565 000
Reservas:				
Reserva legal	54	144 184 287	128 814 507	128 814 507
Outras reservas	54	2 018 204 924	1 335 963 908	1 935 039 113
Ajustamentos de conversão cambial	54	(1 701 011 196)	(887 367 598)	(944 948 774)
Resultados transitados	54	(581 422 050)	436 455 568	(163 362 198)
		<u>3 282 726 876</u>	<u>4 409 430 749</u>	<u>4 359 392 648</u>
Resultado consolidado líquido do semestre/exercício	54	202 514 986	200 035 013	307 390 459
		<u>3 485 241 862</u>	<u>4 609 465 762</u>	<u>4 666 783 107</u>
Interesses minoritários	55	827 451 073	967 668 546	1 219 954 042
Passivo:				
Provisões para outros riscos e encargos:				
Provisões para benefícios de reforma	46	1 801 880 671	1 430 788 970	1 810 043 795
Provisões para impostos	46	40 885 805	59 714 220	67 153 725
Outras provisões para riscos e encargos	46	1 121 630 460	190 282 818	492 790 150
		<u>2 964 396 936</u>	<u>1 680 786 008</u>	<u>2 369 987 670</u>
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Convertíveis	34	1 059 035 000	509 035 000	1 059 035 000
Não convertíveis	34	2 724 699 474	2 124 699 474	2 724 699 474
Dívidas a instituições de crédito	34	1 033 423 601	1 165 158 014	1 411 123 759
Outros empréstimos obtidos	34	190 637 519	286 212 582	233 439 524
Empresas associadas		182 991	–	3 351 217
Fornecedores de imobilizado	47	21 375 833	18 778 931	25 610 360
Fornecedores conta corrente		63 854	–	–
Outros credores		3 828 745	2 250 402	3 361 972
		<u>5 033 247 017</u>	<u>4 106 134 403</u>	<u>5 460 621 306</u>
Dívidas a terceiros – curto prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Não convertíveis	34	604 929 473	49 879 790	197 024 625
Dívidas a instituições de crédito	34	137 549 954	1 159 210 366	360 075 494
Outros empréstimos obtidos	34	324 734 464	407 712 793	762 190 554
Fornecedores, conta corrente		363 956 245	374 592 828	428 161 887
Fornecedores – facturas em recepção e conferência		247 816 550	193 706 253	252 215 535
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		187 491 111	504 567 123	279 795 497
Fornecedores, títulos a pagar		246 364	315 257	299 330
Empresas associadas		8 862 803	13 916 456	13 103 460
Adiantamentos de clientes		1 522 677	1 426 481	1 341 000
Outros accionistas		5 268 180	1 726 704	746 362
Estado e outros entes públicos	50	160 853 984	221 504 878	153 576 386
Adiantamentos por conta de vendas		4 944 850	3 354 796	3 328 987
Outros credores	51	204 738 225	148 388 745	168 189 288
		<u>2 252 914 880</u>	<u>3 080 302 470</u>	<u>2 620 048 405</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	53	492 668 732	351 841 496	475 726 894
Proveitos diferidos	53	286 276 969	213 027 060	202 434 322
Impostos diferidos	53	628 117 117	–	620 699 504
		<u>1 407 062 818</u>	<u>564 868 556</u>	<u>1 298 860 720</u>
TOTAL DO PASSIVO		11 657 621 651	9 432 091 437	11 749 518 101
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO		15 970 314 586	15 009 225 745	17 636 255 250

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2002.

			valores expressos em euros	
CUSTOS E PERDAS		Notas	30 de Junho 2002	30 de Junho 2001
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias			227 794 617	299 106 450
Matérias			<u>53 037 969</u>	<u>69 163 794</u>
Fornecimentos e serviços externos			280 832 586	368 270 244
Custos com o pessoal:			968 320 341	998 084 167
Remunerações			288 178 761	273 208 602
Encargos sociais:				
Benefícios de reforma	58 e 59		91 439 590	69 304 815
Outros			<u>60 117 218</u>	<u>53 802 891</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27		498 885 310	504 392 278
Provisões	46		88 160 701	58 937 258
Impostos			50 332 474	44 936 857
Outros custos e perdas operacionais			14 324 428	17 736 956
(A)				
			64 656 902	62 673 813
			<u>2 340 591 409</u>	<u>2 388 674 068</u>
Custos e perdas financeiros:				
Perdas relativas a empresas associadas	44		156 355 615	181 204 758
Amortizações e provisões de investimentos financeiros	44		76 537 393	78 904 357
Juros e custos similares	44		<u>435 157 047</u>	<u>568 495 598</u>
(C)				
			668 050 055	828 604 713
			<u>3 008 641 464</u>	<u>3 217 278 781</u>
Custos e perdas extraordinários	45			
(E)			113 523 678	62 564 688
			<u>3 122 165 142</u>	<u>3 279 843 469</u>
Imposto sobre o rendimento	57		194 097 271	115 447 008
Interesses minoritários	55		<u>(85 882 713)</u>	<u>(63 512 362)</u>
(G)				
Resultado consolidado líquido do semestre			<u>3 230 379 700</u>	<u>3 331 778 115</u>
			202 514 986	200 035 013
			<u>3 432 894 686</u>	<u>3 531 813 128</u>
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas de mercadorias e produtos	36		237 895 284	293 918 863
Prestações de serviços	36		<u>2 616 648 600</u>	<u>2 516 445 847</u>
Variação da produção			2 854 543 884	2 810 364 710
Trabalhos para a própria empresa	56		1 794 699	2 358 148
Proveitos suplementares			59 263 560	76 949 658
Subsídios à exploração			25 239 118	19 818 813
Outros proveitos e ganhos operacionais			1 383 057	1 190 847
(B)			<u>400 453</u>	<u>88 080 887</u>
			2 942 624 771	102 351 585
Proveitos e ganhos financeiros:				
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas	44		11 611 068	9 932 102
Relativos a outras empresas	44		1 100 983	3 146 913
Outros juros e proveitos similares	44		<u>333 882 928</u>	<u>212 648 260</u>
(D)				
			346 594 979	225 727 275
Proveitos e ganhos extraordinários	45		<u>3 289 219 750</u>	<u>3 138 443 570</u>
(F)			143 674 936	393 369 558
			<u>3 432 894 686</u>	<u>3 531 813 128</u>
Resultados operacionais:		(B)-(A)		
Resultados financeiros:		(D-B)-(C-A)	602 033 362	524 042 227
Resultados correntes:		(D)-(C)	(321 455 076)	(602 877 438)
Resultados antes de impostos e interesses minoritários:		(F)-(E)	280 578 286	(78 835 211)
Resultado consolidado líquido do semestre:		(F)-(G)	310 729 544	251 969 659
			202 514 986	200 035 013

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2002.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

para os semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001

		valores expressos em euros	
	Notas	30 de Junho 2002	30 de Junho 2001
Vendas e prestações de serviços			
Custo das vendas e das prestações de serviços			
Resultados brutos			
Outros proveitos e ganhos operacionais	65. a)	2 854 671 796	2 811 174 774
Custos de distribuição		(1 663 200 791)	(1 843 858 376)
Custos administrativos			
Outros custos e perdas operacionais			
Resultados operacionais			
Custo líquido de financiamento	65. b)	46 029 510	30 919 275
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas		(146 429 331)	(86 361 958)
Perdas em outros investimentos		(272 149 457)	(220 448 434)
Resultados não usuais ou não frequentes	65. c)	(224 010 078)	(159 870 562)
Resultados correntes			
Impostos sobre os resultados correntes	65. e)	(89 952 970)	(355 844 415)
Interesses minoritários	65. f)	(183 514 225)	67 974 591
		(215 699)	(212 248)
Resultado consolidado líquido do semestre	65. g)	(17 743 398)	(8 336 649)
		303 485 357	235 135 998
	65. h)	(186 853 084)	(98 613 347)
		85 882 713	63 512 362
		202 514 986	200 035 013

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o semestre findo em 30 de Junho de 2002.

	Notas	30 de Junho 2002	30 de Junho 2001
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3 025 570 069	3 162 156 411
Pagamentos a fornecedores		(1 421 049 091)	(1 682 201 557)
Pagamentos ao pessoal		(394 158 247)	(343 942 423)
Fluxos gerados pelas operações		1 210 362 731	1 136 012 431
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(75 235 477)	(84 253 062)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional		(162 303 995)	(239 895 514)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		972 823 259	811 863 855
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	66. f)	40 419 886	3 000 878
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	66. f)	(17 590 522)	(38 837 732)
Fluxos das actividades operacionais (1)		995 652 623	776 027 001
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	66. b)	188 664 878	433 011 726
Imobilizações corpóreas		4 654 565	56 470 144
Imobilizações incorpóreas		–	15 322
Subsídios de investimento		31 555	2 147 152
Juros e proveitos similares		117 175 626	83 155 129
Dividendos	66. g)	17 880 725	16 988 101
Outros recebimentos de actividades de investimento		51 292	139 486
		328 458 641	591 927 059
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	66. a)	(163 406 500)	(620 724 270)
Imobilizações corpóreas		(459 870 357)	(570 219 611)
Imobilizações incorpóreas		(5 002 179)	(8 738 573)
Adiantamentos a empresas participadas		–	(290 855 388)
		(628 279 036)	(1 490 537 841)
Fluxos das actividades de Investimento (2)		(299 820 395)	(898 610 782)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	66. c)	5 211 937 929	3 226 962 230
Aumentos de capital e prémios de emissão		–	4 131 254
Venda de acções próprias		7 127 655	380 000
Subsídios		328 756	169 036
Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento		127 593	155 184
		5 219 521 933	3 231 797 704
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	66. d)	(5 360 446 757)	(2 352 361 299)
Amortizações de contratos de locação financeira		(1 401 567)	(1 124 729)
Juros e custos similares		(282 969 187)	(294 468 719)
Dividendos/distribuição de resultados		(126 016 582)	(37 791 358)
Aquisição de acções próprias		(7 036 761)	(3 875 088)
Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento		(120 517)	(251 452)
		(5 777 991 371)	(2 689 872 645)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(558 469 438)	541 925 059
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		137 362 790	419 341 278
Efeito das diferenças de câmbio		(64 467 021)	(16 218 122)
Caixa e seus equivalentes no início do período	66. e)	1 225 433 259	474 049 544
Caixa e seus equivalentes no fim do período	66. e)	1 298 329 028	877 172 700

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2002.

em 30 de Junho de 2002

NOTA INTRODUTÓRIA

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, S.A.) (“Portugal Telecom”) e as suas empresas subsidiárias e associadas (indicadas nas Notas 1 a 6), que integram o universo empresarial da Portugal Telecom (“grupo”), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro.

A empresa-mãe do grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A. (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto (“TLP”), S.A. e Teledifusora de Portugal (“TDP”), S.A.

Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“PT SGPS”), tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das operações de privatização realizadas em 1 de Junho de 1995, 11 de Junho de 1996, 9 de Outubro de 1997, 12 de Julho de 1999 e 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados, detendo o Estado e as entidades por si controladas, em 30 de Junho de 2002, 6,4% do capital e quinhentas acções da categoria A, que lhes conferem direitos especiais conforme descrito na Nota 54.

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisboa e na NYSE – New York Stock Exchange.

a) Actividade

O grupo opera no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e em outros países, nomeadamente no Brasil. Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone era efectuada directamente pela Portugal Telecom, nos termos do Contrato de Concessão estabelecido com o Estado Português em 20 de Março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95 de 15 de Fevereiro, o qual tem uma vigência inicial de trinta anos, passível de renovação por períodos sucessivos de quinze anos. Por força do Decreto-Lei n.º 219/2000, de 9 de Setembro, e no âmbito do processo de reorganização interna do grupo, este Contrato de Concessão foi transferido para a empresa

participada PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”). Nos termos do diploma supra referido, como contrapartida pela concessão, a PT Comunicações está obrigada a pagar anualmente ao Estado Português, a título de renda, o valor correspondente a 1% da receita bruta de exploração dos serviços objecto da concessão, deduzida de eventuais margens negativas decorrentes do cumprimento do serviço universal obrigatório.

A prestação do serviço móvel terrestre em Portugal é efectuada pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”), que obteve em 19 de Dezembro de 2000 uma licença para a exploração do sistema de telecomunicações móveis universais (“UMTS”), cujo custo ascendeu a 99 759 579 euros (Nota 27 a)).

A prestação do serviço de transmissão de dados, em Portugal, é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“PT Prime”), que desenvolve igualmente o serviço de Internet Service Provider (“ISP”) a grandes clientes.

O serviço de ISP para clientes residenciais é prestado pela Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A. (“Telepac”), empresa participada pela PT Multimedia.com – Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A. (“PT Multimedia.com”). A PT Multimedia.com concentra igualmente, através das suas participadas, serviços de concepção, disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

O grupo, através da sua subsidiária, TV Cabo Portugal, S.A. (“TV Cabo Portugal”), presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal Continental, Madeira e Açores.

A Lusomundo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A. (“Lusomundo”), através das suas participadas, desenvolve actividades nas áreas de audiovisuais, imprensa e rádio, sendo as áreas mais significativas a edição e venda de cassetes de vídeo, a exploração de cinemas, a distribuição de filmes e a edição e distribuição de jornais de grande circulação.

No Brasil, o grupo presta o serviço móvel terrestre no estado de São Paulo e nas cidades de Ribeirão Preto e Guatapará através da Telesp Celular, S.A. (“Telesp Celular”) e nos estados de Paraná e Santa Catarina através da Global Telecom, S.A. (“Global Telecom”), empresa participada pela Telesp Celular.

b) Impairment do investimento na Telesp Celular Participações

No final do exercício de 2001, estavam em curso avaliações da Telesp Celular Participações, S.A. ("TCP") no âmbito de uma joint venture com a Telefónica, S.A., que irá agrupar todos os investimentos em operadores de telecomunicações móveis detidos pelas duas empresas no Brasil, bem como um processo de aumento do capital daquela participada, que foi concluído já no segundo semestre de 2002 e permitiu à Portugal Telecom reduzir o valor contabilístico por acção dos seus investimentos financeiros na TCP. Atendendo ainda a que em 31 de Dezembro de 2001 não era conhecido o valor deste aumento de capital, o número e natureza das acções a emitir (preferenciais ou ordinárias), bem como qual a percentagem deste aumento de capital que viria a ser tomado pela Portugal

Telecom, àquela data não era possível concluir quanto à recuperabilidade do goodwill relativo ao investimento financeiro na TCP. Na sequência da conclusão das avaliações supra referidas e do desenvolvimento deste processo de aumento de capital da TCP, a Portugal Telecom apurou no primeiro semestre de 2002 um impairment do seu investimento na TCP no montante de 1 500 milhões de euros, o qual, deduzido do efeito fiscal associado, inerente à reestruturação societária dos negócios móveis que se encontra em curso, foi reconhecido mediante a constituição de uma provisão de 500 milhões de euros que, por ser considerada um ajustamento extraordinário e de grande significado às demonstrações financeiras do exercício de 2001, foi registada por contrapartida de resultados transitados (Notas 46 e 54).

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2001 são as seguintes:

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
Portugal Telecom (empresa-mãe) (Nota Introdutória)	Lisboa	Gestão de participações sociais.			
Academia Global – Serviços de Educação e Formação de Base Tecnológica, S.A. ("Academia Global")	Lisboa	Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica nas áreas da educação e formação profissional, incluindo serviços de apoio.	PT Multimédia.com (70%)	37,83%	37,37%
Açormedia – Comunicação Multimédia e Edição de Publicações, S.A. ("Açormedia")	Ponta Delgada	Edição de publicações, comunicação audiovisual, actividades editoriais multimédia e edição de livros.	Someios SGPS (90%)	36,46%	36,45%
Asle, SGPS, S.A. ("Asle") (Nota 14 a))	Funchal	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia (100%)	54,05%	54,05%
Cabo TV Açoreana, S.A.	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo na Região Autónoma dos Açores.	TV Cabo Portugal (83,82%)	45,30%	45,30%
Cabo TV Madeirense, S.A.	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo na Região Autónoma da Madeira.	TV Cabo Portugal (69%)	37,29%	37,29%
Cabo Verde Telecom, S.A. ("Cabo Verde Telecom")	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PTI (40%)	40,00%	40,00%
Clipanúncios – Serviços de Gestão de Informação, S.A.	Lisboa	Gestão electrónica de anúncios e implementação de serviços de comércio electrónico.	Lusomundo (75%)	40,53%	-
Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. ("Marconi")	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação de serviços de telecomunicações internacionais.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações.	Marconi (51%)	51,00%	51,00%
Deltapress – Sociedade Distribuidora de Publicações, S.A. ("Deltapress") ^[a]	Sintra	Distribuição de publicações diárias e não diárias, assim como de quaisquer outros produtos, bens e mercadorias.	-	-	42,95%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
Diário de Notícias, S.A. ("Diário de Notícias")	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (61,98%) Jornal de Notícias (38,02%)	40,46%	40,45%
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	PTI (100%)	100,00%	100,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%) Cabo Verde Telecom, S.A. (40%)	76,00%	76,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (75%) PT Ásia (5%)	80,00%	80,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (90%)	90,00%	90,00%
Distribuidora Jardim – Livros e Publicações, Lda. ^(a)	Loures	Comércio por grosso de livros, revistas e jornais.	–	–	42,95%
Diverfun – Centros de Recreio, Lda. ("Diverfun")	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	27,02%	27,02%
Editorial Notícias, Lda. ("Editorial Notícias")	Lisboa	Exercício da actividade editorial sob qualquer forma ou modalidade e respectiva comercialização.	Someios SGPS (100%)	40,51%	40,51%
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. ("EJV")	Lisboa	Criação e gestão de plataformas de comércio electrónico de bens e serviços.	PT Multimédia.com (73,00%)	39,45%	38,97%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda. ("Elta")	Luanda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (55%) PT Ásia (13%)	67,99%	67,99%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. ("Empracine")	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	53,97%	53,27%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("Empresa de Recreios Artísticos")	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (87,90%) Lusomundo (4,03%)	49,62%	49,00%
Empresa do Jornal de Notícias, S.A. ("Jornal de Notícias")	Porto	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (55,67%) Someios SGPS (43,97%)	40,37%	40,36%
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de tipografia, litografia, plastificação, gravura, encadernação, fotocomposição e offset.	Lusomundo Serviços (50%)	27,02%	27,02%
Foliver – Serviços de Telecomunicações e Transferência de Informação, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	PT Multimédia.com (74,88%)	40,47%	39,97%
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual.	Lusomundo Serviços (50%)	30,02%	30,02%
Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda.	Lisboa	Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não-periódicas.	Someios SGPS (100%)	40,51%	40,51%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrecentado, Lda.	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	78,75%	78,75%
Infordesporto – Informática e Desporto, S.A. ("Infordesporto") (Nota 3)	Lisboa	Desenvolvimento de soluções informáticas para o desporto e recolha e tratamento de dados estatísticos e de informação.	–	–	39,98%
Intertelecom, Lda. ("Intertelecom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda. ("Janela Digital")	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT Multimédia.com (50%)	27,02%	26,69%
Jornal do Fundão Editora, Lda.	Fundão	Edição de publicações jornalísticas.	Someios SGPS (51,34%)	20,80%	20,80%
Kabwe, Lda. ("Kabwe")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Multimédia.com (100%)	54,05%	53,38%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (60%)	60,00%	60,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ("Lusocine")	Vila Real de Santo António	Exibição cinematográfica.	Lusomundo Audiovisuais (82,75%)	54,04%	–
Lusomundo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A. ("Lusomundo") (Nota 14. a))	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia (39,18%) Asle (60,81%)	54,04%	54,03%
Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais.	Lusomundo Audiovisuais (100%)	54,04%	54,03%
Lusomundo – Audiovisuais, SGPS, S.A. ("Lusomundo Audiovisuais")	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Lusomundo (100%)	54,04%	54,03%
Lusomundo – Serviços, SGPS, S.A. ("Lusomundo Serviços")	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Lusomundo (100%)	54,04%	54,03%
Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII")	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo (97,62%) Lusocine (1,27%) Empracine (0,98%)	53,97%	53,27%
Lusomundo Cinemas, S.A. ("Lusomundo Cinemas")	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Audiovisuais (100%)	54,04%	54,03%
Lusomundo Editores, S.A.	Lisboa	Distribuição cinematográfica.	Lusomundo Audiovisuais (100%)	54,04%	54,03%
Lusomundo España, SL	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha.	Lusomundo Audiovisuais (100%)	54,04%	54,03%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (96,30%) Lusocine (1,97%) Empracine (1,53%)	53,87%	52,11%
Lusomundo Media, SGPS, S.A. ("Lusomundo Media")	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Lusomundo (74,97%)	40,51%	40,51%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Audiovisuais (90%) Lusomundo Cinemas (10%)	54,04%	54,03%
Lusomundo.net – Comércio Electrónico e Informática, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações e multimédia.	Lusomundo Serviços (100%)	54,04%	54,03%
Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited ("Mascom") ^(b)	Botswana	Prestação de serviços de telecomunicações móveis.	PTI (50,01%)	50,01%	66,41%
Megamédia, Soluções Multimédia, S.A. ("Megamédia") ^(c)	Lisboa	Serviços de consultoria, desenvolvimento, produção e comercialização de soluções de tecnologia de informação em sistemas interactivos, especialmente em comércio electrónico multimédia.	PT Prime SGPS (63,61%)	63,61%	75,00%
Mobitel, S.A. – Telecomunicações ("Mobitel") ^(d)	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações.	PT Brasil (56,96%)	56,96%	48,96%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, S.A. ("Motormédia")	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	PT Multimédia.com (74,90%)	40,48%	39,98%
Notícias Direct – Distribuição ao Domicílio, Lda.	Lisboa	Distribuição ao domicílio de publicações e outros bens e serviços.	Lusomundo Serviços (99%) Someios (1%)	53,91%	53,89%
Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.	Lisboa	Edição, distribuição de livros e outras publicações.	Editorial Notícias (51%)	20,66%	20,66%
Platoforma – Empresa de Trabalho Temporário, Lda. ("Platoforma")	Lisboa	Cedência temporária de pessoal para utilização de terceiros e selecção, orientação e formação profissional.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Portelcom Fixa, S.A. ("Portelcom Fixa")	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portelcom Participações, S.A. ("Portelcom Participações")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (59,83%) Ptelecom Brasil (25,80%) Intertelecom (14,37%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Angola, Lda. ("PT Angola") ^(e)	Luanda	Prestação e comercialização de serviços e produtos de telecomunicações, públicos e privados, participação no capital e gestão de outras sociedades.	–	–	100,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	Macau	Promoções e marketing de produtos e serviços de telecomunicações.	PTI (95,92%) Marconi (4,04%)	99,96%	99,96%
Portugal Telecom Brasil, S.A. ("PT Brasil")	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e de informação.	PTI (99,19%) Marconi (0,81%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa")	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, na que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda. (Nota 2)	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V. ("PTI Finance BV")	Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A. ("PTI")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos investimentos internacionais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Investment Company, Limited ("PT Investment")	Cayman Islands	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom, Inovação, S.A. ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Premium TV Portugal, S.A. ("Premium TV")	Lisboa	Lançamento, promoção e desenvolvimento de televisão por assinatura, multimédia e licenciamento de programação para televisão.	PT Conteúdos (46%) Lusomundo (8%)	29,18%	29,18%
Pressmundo – Editora de Publicações, S.A.	Lisboa	Edição de publicações, incluindo edições electrónicas.	Lusomundo Media (70%)	28,36%	28,35%
Primesys, S.A. ("Primesys")	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações.	PT Prime SGPS (100%)	100,00%	100,00%
PT – Sistemas de Informação, S.A. ("PT Sistemas de Informação")	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (94,8%) Marconi (0,1%) TMN (0,1%)	95,00%	95,00%
PT Comunicações (Nota Introdutória)	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact")	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e sua assistência técnica.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Conteúdos, SGPS, S.A. ("PT Conteúdos")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios de conteúdos multimédia.	PT Multimedia (100%)	54,05%	54,05%
PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios móveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PT Multimédia.com Brasil")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia.com (100%)	54,05%	53,38%
PT Multimédia.com, SGPS (Nota 14 a))	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios Internet.	PT Multimedia (100%)	54,05%	53,38%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	PT Prime SGPS (87,50%)	87,50%	87,50%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A. ("Tradecom")	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação.	Tradecom SGPS (66%)	66,00%	66,00%
PT Prime, SGPS, S.A. ("PT Prime SGPS")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Ptelecom Brasil, S.A. ("Ptelecom Brasil")	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PTI Serviços – Consultoria Telecomunicações, S.A.	Lisboa	Comercialização de produtos, equipamentos e serviços de telecomunicações, multimédia e tecnologias e sistemas de informação.	PTI (52%) Portugal Telecom (45%) PT Brasil (1%) PT Ásia (1%) PT Europa (1%)	99,99%	99,99%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
PT Multimedia – Serviço de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Portugal Telecom (54,05%)	54,05%	54,05%
Publicações Prodiário, S.A. ("Prodiário")	Lisboa	Edição de publicações periódicas ou unitárias.	Lusomundo Media (100%)	40,51%	40,51%
Rádio Notícias – Produções e Publicidade, S.A. ("Rádio Notícias")	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Someios SGPS (67,71%) Jornal de Notícias (10%) Diário de Notícias (5%)	33,49%	33,48%
Radiopress – Comunicação e Radiodifusão, Lda.	Porto	Radiodifusão, edições e comercialização discográficas e quaisquer outros suportes audiovisuais.	Rádio Notícias (100%)	33,49%	33,48%
RJN – Rádio Jornal do Norte, Lda.	Porto	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	33,49%	33,48%
Saber e Lazer – Informática e Comunicação, S.A. ("Saber e Lazer")	Lisboa	Gestão de informação e elaboração de produtos informáticos.	PT Multimedia.com (100%)	54,05%	53,38%
Satcom – Comunicações Móveis Via Satélite, S.A. (f)	Lisboa	Estudo, desenvolvimento e fabrico de sistemas de telecomunicações, engenharia e integração de sistemas de transmissão de dados e de telecomunicações móveis via satélite.	Marconi (90%) PTI (10%)	100,00%	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc")	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Someios – Edições e Publicidade, Lda. ("Someios")	Porto	Exercício de actividades promocionais e de publicidade e distribuição de publicações.	Jornal de Notícias (66,66%) Diário de Notícias (33,33%)	40,40%	40,39%
Someios – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. ("Someios SGPS")	Porto	Gestão de participações sociais.	Lusomundo Media (99,99%) Lusomundo Serviços (0,01)	40,52%	40,51%
Sport Notícias – Organizações Desportivas, Lda. ("Sport Notícias") (Nota 3)	Porto	Organização de provas desportivas.	–	–	40,37%
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A. (g)	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	PT Multimedia.com (99,98%)	54,04%	39,97%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, S.A. ("Superemprego")	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	PT Multimedia.com (63,75%)	34,46%	34,03%
TDC – Tecnologia das Comunicações, Lda. ("TDC")	Lisboa	Prestação de serviços e cooperação no domínio das telecomunicações e postal, bem como a transferência das respectivas tecnologias.	PTI (100%)	100,00%	100,00%
Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços, desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	PT Multimedia.com (100%)	54,05%	53,38%
Telesp Celular	São Paulo	Exploração do serviço móvel celular.	Telesp Celular Participações (100%)	41,23%	41,23%
Telesp Celular International, Ltd.	Cayman Islands	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Telesp Celular (100%)	41,23%	41,23%
Telesp Celular Overseas, Ltd.	Cayman Islands	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Telesp Celular (100%)	41,23%	41,23%
Telesp Celular Participações	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (27,18%) Portelcom Participações (14,05%)	41,23%	41,23%
A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (81,61%) Lusocine (0,08%) Empresa de Recreios Artísticos (0,08%)	44,13%	43,51%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Tradecom, SGPS, S.A. ("Tradecom SGPS")	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Prime SGPS (100%)	100,00%	100,00%
TSF – Rádio Jornal de Lisboa, Lda.	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	33,49%	33,48%
TV Cabo Audiovisuais, S.A. ("TV Cabo Audiovisuais")	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (100%)	54,05%	54,05%
TV Cabo Interactiva, S.A. ("TV Cabo Interactiva")	Lisboa	Televisão interactiva.	TV Cabo Portugal (100%)	54,05%	54,05%
TV Cabo Portugal, S.A. ("TV Cabo Portugal")	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de telecomunicações.	PT Multimedia (100%)	54,05%	54,05%
TV Cabo Porto, S.A. TV Cabo Lisboa, S.A. TV Cabo Guadiana, S.A. TV Cabo Sado, S.A. TV Cabo Douro, S.A. TV Cabo Mondego, S.A. TV Cabo Tejo, S.A.	Porto Lisboa Faro Almada Braga Coimbra Lisboa	Distribuição de televisão por cabo, exploração e prestação de serviços de telecomunicações.	TV Cabo Portugal (100%)	54,05%	54,05%
VoxPop – Música Interactiva, S.A. ("VoxPop")	Lisboa	Prestação de serviços e estabelecimento, desenvolvimento e exploração de um canal interactivo dedicado à música e à comercialização de artigos relacionados.	PT Multimedia.com (74,90%)	40,48%	39,98%
Warner Lusomundo Sociedade Ibérica de Cinemas, Lda.	Lisboa	Exploração de espectáculos e divertimentos públicos.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	27,02%	27,02%

(a) Empresa alienada no decorrer do primeiro semestre de 2002.

(b) No decorrer do primeiro semestre de 2002 o Grupo alienou 16,4% da participação.

(c) Em 1 de Janeiro de 2002, o Grupo alienou 15% do capital social e em 15 de Fevereiro de 2002, adquiriu 3,6075%.

(d) No decorrer do primeiro semestre de 2002 o Grupo adquiriu 8% do capital social.

(e) Empresa liquidada em 24 de Maio de 2002.

(f) Empresa em fase de liquidação.

(g) Em 28 de Março de 2002, esta participação foi transferida para a PT Multimedia.com.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho (maioria de direitos de voto), com excepção da Cabo Verde Telecom, as quais foram consolidadas com base na alínea c) do n.º 1 do Artigo 1.º daquele diploma (influência dominante com base em acordos parassociais ou em outros contratos).

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As empresas excluídas da consolidação em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2001 são como segue:

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
Academia Global, Lda. ("Academia Global Brasil") ^(a)	São Paulo	Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica, nas áreas de educação e formação profissional.	PT Multimedia.com Brasil (100%)	54,05%	53,38%
Bus Serviços de Telecomunicações, S.A. ("BUS Telecomunicações") (Nota 14 e))	São Paulo	Gestão de rede de dados interbancários.	Primesys (100%)	100%	73,93%
Canal 20 TV, S.A. ^(b)	Madrid	Distribuição de produtos televisivos.	Lusomundo (50%)	27,02%	27,02%
Cine Esplanada Ideal Olhanense, Lda. ^(b)	Olhão	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo (100%)	54,04%	54,03%
DirectMedia Ásia	Hong Kong	Publicação de directórios B2B e similares, em suporte de papel e/ou electrónico.	Directel (99%) PT Ásia (1%)	100,00%	100,00%
Empresa Cine Mourense, Lda. ^(b)	Moura	Exibição cinematográfica.	Lusomundo (99,46%)	53,75%	53,74%
Empresa Teatro Sá da Bandeira, Lda. ^(b)	Santarém	Exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo (60%)	32,43%	32,42%
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, S.A.R.L. ("Guiné Telecom") ^(c)	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	Marconi (51,14%)	51,14%	51,14%
GSF – Gestão e Serviços Financeiros	Lisboa	Prestação de serviços financeiros, gestão de investimentos e a realização de estudos económico-financeiros.	Lusomundo SII (100%)	53,97%	53,27%
Hotel Video – Prestação de Serviços, Lda. ^(b)	Lisboa	Instalação e exploração de sistemas para difusão de obras videográficas em hotéis e similares.	Lusomundo (60%)	32,43%	32,42%
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ("Lusocine")	V.R.S. António	Exibição cinematográfica.	–	–	44,71%
Marconi France Telecommunications SAS ("Marconi France") ^(b)	Paris	Prestação de serviços de telecomunicações.	Marconi (99,98%) PTI (0,02%)	100,00%	100,00%
Marconi Luxembourg Telecommunications, S.A.R.L. ("Marconi Luxembourg") ^(b)	Luxembourg	Prestação de serviços de telecomunicações.	Marconi (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Sprint – Serviços de Comunicação, Lda. ^(d)	Lisboa	Comercialização de serviços de telecomunicações de transmissão de dados e voz.	PTI (51%)	51,00%	51,00%
Marconi Suisse Telecommunications, S.A.R.L. ("Marconi Suisse") ^(b)	Lausanne	Prestação de serviços de telecomunicações.	Marconi (99,86%) PTI (0,14%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Argentina, S.A. ^(d)	Buenos Aires	Prestação de serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (10,01%) PTI (40%)	50,01%	50,01%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Lda. (Nota 1)	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	–	–	100,00%
Portugal Telecom North América, Inc. ^(e)	Washington	Promoção e marketing de produtos, elaboração de projectos, estudos e pareceres e desenvolvimento de projectos de investimento, no âmbito das telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia – Serviços de Apoio à Gestão, S.A. ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços de apoio à gestão.	PT Multimedia (100%)	54,05%	54,05%
Rádio Canal Aberto	Ponta Delgada	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Açormedia (76%) Rádio Comercial Açores (4%)	29,17%	28,87%
Rádio Comercial dos Açores, Lda. ^(b)	Ponta Delgada	Radiodifusão e comunicação.	Açormedia (100%)	36,46%	29,16%
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. ("Regiforum") ^(f)	Lisboa	Exploração do espaço Fórum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo, com a Portugal Telecom.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
S.D.I.M. – Sociedade Distribuidora de Imprensa da Madeira, Lda. ^(g)	Funchal	Distribuição de publicações.	–	–	26,09%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
SPN – Sociedade Produtora de Notícias, Lda. ^(g)	Funchal	Criação, gestão e exploração de órgãos de comunicação social e actividade de radiodifusão sonora.	–	–	23,49%
Sport Notícias – Organizações Desportivas, Lda. ^(h)	Porto	Organização de provas desportivas.	Jornal de Notícias (90%) Diário de Notícias (10%)	40,38%	40,37%
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 3)	Lisboa	Sociedade gestora de participações sociais.	–	–	27,02%
Teat Flower Trading Ltd. ^(b)	British Virgin Island	International business trading company.	Marconi (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. ^(b)	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%

(a) O investimento financeiro nesta empresa encontra-se registado pelo método da equivalência patrimonial, embora o grupo considere a possibilidade de encerrar a sua actividade no decurso do segundo semestre de 2002.

(b) Empresas excluídas da consolidação dado serem imateriais para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação económica e financeira e resultados consolidados (n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho).

(c) Esta empresa foi excluída da consolidação a partir de 1998, dadas as alterações ocorridas na Guiné-Bissau, tendo sido constituída uma provisão, correspondente à totalidade do valor do investimento financeiro.

(d) Esta empresa encontra-se sem actividade.

(e) Esta empresa foi excluída da consolidação porque existe a intenção de a dissolver e liquidar.

(f) Esta empresa não foi consolidada pelo método integral, mas antes pelo método da equivalência patrimonial, já que a sua actividade é distinta da prosseguida pelo grupo (n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91).

(g) Empresa alienada no decorrer do primeiro semestre de 2002.

(h) Esta empresa foi excluída do perímetro de consolidação em 2002 dado ser intenção do grupo encerrar a sua actividade no decurso do segundo semestre de 2002.

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2001 são como segue:

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
24 Horas INC	Newark	Edição de publicações.	Prodiário (51%)	20,66%	20,66%
Banco 1.net, S.A. ("Banco 1.net")	São Paulo	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT Multimédia.com Brasil (31,46%)	17,02%	16,81%
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. ("Banco Best")	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT Multimédia.com (34%)	18,38%	18,15%
Bus Holding, S.A. ("BUS Holding") (Nota 14 e))	São Paulo	Gestão de participações sociais.	–	–	2,30%
Bus Serviços de Telecomunicações, S.A. ("BUS Telecomunicações") (Nota 14 e))	São Paulo	Gestão de rede de dados interbancários.	–	–	73,93%
Cinerg – Sociedade Madeirense de Cinemas, Lda.	Funchal	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (100%)	53,97%	53,27%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. ("CTM")	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas.	Marconi (3%) PTI (25%)	28,00%	28,00%
Daini do Brasil, S.A. ("Daini") ^(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Telesp Celular Participações (83%)	34,22%	34,22%
Empresa do Diário de Notícias, Lda. (Funchal)	Funchal	Produção e comercialização de publicações.	Someios SGPS (40%)	16,21%	16,20%
Globaltelcom – Telecomunicações, S.A. ("Globaltelcom") ^(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Telesp Celular Participações (83%)	34,22%	34,22%
Hungaro Digitel KFT (HDT)	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações de empresa.	PTI (44,62%)	44,62%	44,62%
Idealyze, S.A. ("Idealyze")	São Paulo	Produção e comercialização de conteúdos para Internet.	PT Multimédia.com (33,33%)	18,02%	17,79%
Inepar, S.A. ("Inepar") ^(a)	Paraná	Gestão de participações sociais.	Telesp Celular Participações (83%)	34,22%	34,22%
Infodesporto – Informática e Desporto, S.A. ("Infodesporto") ^(b)	Lisboa	Desenvolvimento de soluções informáticas para o desporto e recolha e tratamento de dados estatísticos e de informação.	Sportinveste Multimédia (100%)	27,02%	39,98%
Lisboa TV – Informação e Multimédia, S.A. ("Lisboa TV")	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (40%)	21,62%	21,62%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa")	Lisboa	Agência noticiosa.	Lusomundo (23,35%)	12,62%	12,62%
Médi Télécum, S.A. ("Médi Télécom")	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	PTI (30,5%)	30,50%	30,50%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	17,50%	17,50%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda. ("Multitel")	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PTI (50%)	50,00%	50,00%
Mundifun – Centros de Recreio, Lda.	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	Diverfun (66,66%)	18,01%	18,01%
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica e edição de publicações.	Empresa Jornal Notícias (38,46%)	15,53%	15,52%
Octal TV, S.A. ("Octal")	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga.	PT Multimedia (20%)	10,81%	10,81%
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	PT Multimedia (24,75%) PTI (0,125%) PT Prime (0,125%)	13,61%	13,61%
Porto TV – Informação e Multimédia, S.A. ("Porto TV")	Porto	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (37,50%) Lusomundo (37,5%)	40,53%	40,53%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Previsão”)	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (31,56%)	31,56%	31,56%
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria a Empresas, S.A. (“SGPICE”)	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PTC (11,11%) PT Multimedia (11,11%) Tradecom SGPS (11,11%)	28,22%	28,22%
Sociedade Teatral Bejense, S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (84,8%)	45,77%	45,17%
Sport TV Portugal, S.A. (“Sport TV”)	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (33,33%)	18,01%	18,01%
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia (50%)	27,02%	—
TBS Celular Participações, S.A. (“TBS Celular Participações”)	São Paulo	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	Portelcom Fixa (23%)	23,00%	23,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A. (“Tele Larm”)	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	43,75%	43,75%
Teledata de Moçambique, Lda. (“Teledata”)	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PTI (50%)	50,00%	50,00%
Telesat – Satellite Communications, Limited (“Telesat”)	Macau	Operação de estações terrenas de satélite, comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações.	PTI (18,50%) PT Ásia (3,70%)	24,42%	24,42%
Tradecom International N.V.	Rotterdam	Desenvolvimento de negócio electrónico via Internet na América Latina.	Tradecom SGPS (20%)	20,00%	20,00%
TV Cabo Macau, S.A.	Macau	Distribuição de sinais de televisão e audio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo.	PTI (35%) PT Ásia (10%)	44,99%	44,99%
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, S.A. (“TV Lab”)	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT Multimedia.com (50%)	27,02%	19,99%
Unitel, S.A. (“Unitel”)	Luanda	Exploração do serviço móvel celular.	PTI (25%)	25,00%	25,00%
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. (“Vasp”) (Nota 14 a))	Sintra	Distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais de qualquer natureza.	Lusomundo Serviços (33,33%)	18,01%	—
Warner Lusomundo Sogecable Cines de Espanha, S.A.	Madrid	Exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Espanha (33,33%)	18,01%	18,01%
WebLab, SGPS, S.A. (“Web-Lab”) ^(c)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (20%)	20%	20,00%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda. (“WT Vision”)	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	PT Multimedia.com (50%)	27,02%	19,99%

(a) Em 30 de Junho de 2002, estas empresas detêm a totalidade do capital da Global Telecom.

(b) Em 28 de Março de 2002, esta participação foi alienada à Sportinveste Multimédia.

(c) Em 30 de Junho de 2002, o investimento financeiro nesta empresa participada encontra-se totalmente provisionado (Nota 46).

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas, cujas participações em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2001, são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação, são como segue:

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
Centro Publicitário, Lda.	Lisboa	Exploração de espaços publicitários.	Lusomundo, SGPS (30%)	16,21%	16,21%
Cineasso – Cinemas Associados, Lda.	Lisboa	Exploração de espaços públicos para realização de espectáculos.	Lusomundo (16,66%)	9,91%	9,01%
Companhia de Pesca e Comércio de Angola, SARL	Luanda	Sem actividade	Lusomundo (15,78%)	8,53%	–
Filmes Mundáfrica, SARL	Luanda	Sem actividade	Lusomundo (33,33%)	18,01%	18,01%
Gesgráfica – Projectos Gráficos, Lda.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica.	Empresa Recreios Artísticos (20%)	18,36%	9,80%
Hipormédica – Material de Cirurgia e Medicina, Lda.	Lisboa	Distribuição de material hospitalar, ortopédico, farmacêutico e óptico.	Lusomundo, SGPS (40%)	21,62%	21,61%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. (Nota 3)	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	–	–	17,50%
Notícias Alfândega 8 – Serviços de Comunicação, Lda. ^(a)	Funchal	Prestação de serviços de apoio na área da comunicação social.	–	–	16,20%
Senda Investments B.V.	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	PT Móveis (50%)	50%	50%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda.	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos e organização e exploração de espectáculos.	Lusomundo, SGPS (45%)	24,32%	24,31%
Subtel – Sociedade Portuguesa de Cabos Submarinos Telefónicos, Lda. ^(b)	Lisboa	Estudo, instalação e gestão do sistema de telecomunicações por cabo submarino.	Marconi (50%)	50,00%	50,00%
Turismo da Samba (Tusal), SARL	Luanda	Sem actividade.	Lusomundo (30%)	16,21%	16,21%

(a) Empresa alienada no decorrer do primeiro semestre de 2002.

(b) Empresa em fase de liquidação.

5. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

As empresas que em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2001 foram incluídas na consolidação pelo método proporcional, são as seguintes:

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
Distodo – Distribuição e Logística, Lda. ^(a)	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	Lusomundo Serviços (50%)	27,02%	27,02%
Investnews, S.A. ("Investnews") ^(a)	São Paulo	Serviços de informação económico-financeira via Internet.	PT Multimedia.com Brasil (50,00%)	27,02%	26,69%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método proporcional, uma vez que a PT Multimedia detém indirectamente uma participação de 50% no respectivo capital, sendo a gestão partilhada com os outros acionistas. Por este facto, é entendimento do grupo que, nas actuais condições, o método de consolidação proporcional é aquele que melhor se adequa à realidade económica e financeira subjacente.

6. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2001, para além das participações referidas nas notas anteriores, o grupo detinha directa e indirectamente as seguintes participações financeiras:

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.02	Total 30.06.02	Total 31.12.01
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. ("Caixanet")	Lisboa	Concepção, implementação e exploração de soluções nos domínios das tecnologias de informação aplicadas a canais de distribuição de produtos financeiros e de seguros.	PT Prime (10%) PT Multimedia (5%) PT Sistemas de Informação (5%)	16,20%	16,20%
DCSI – Dados, Computadores e Soluções Informáticas, Lda.	Lisboa	Exploração de centros de processamento e base de dados.	Portugal Telecom (11%)	11,00%	11,00%
HarII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	Timor	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (11,26%)	11,26%	11,26%
Talentum – Sociedade de Consultoria de Gestão, S.A.	Lisboa	Estudos, consultoria de gestão, prestação de serviços especializados, formação e representação de terceiros.	Portugal Telecom (10%)	10,00%	10,00%
UOL, Inc. ("UOL")	São Paulo	Prestação de serviços de Internet Service Provider, produção e disponibilização de conteúdos para Internet.	PT Multimedia.com Brasil (17,64%) Kabwe (0,30%)	9,69%	9,57%
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento de aplicações informáticas, consultadoria e serviços de Internet, no âmbito do sector da construção.	PT Prime Tradecom (13,75%)	9,08%	9,08%

Estas empresas estão registadas ao custo de aquisição deduzido de uma provisão para perdas estimadas, quando aplicável.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o primeiro semestre de 2002, o número médio de pessoal ao serviço do grupo foi de aproximadamente 21 500 empregados.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO ACTIVAS

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de goodwill decorrentes de aquisições de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, respeitantes à diferença positiva entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios dessas empresas na data da sua aquisição. Em 30 de Junho de 2002, o saldo desta rubrica e das correspondentes amortizações acumuladas (Nota 27), tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Telesp Celular Participações:		
Telesp Celular Participações	2 586 815 219	166 372 046
Portelcom Participações	150 832 657	4 626 245
Intertelecom	<u>112 745 322</u>	<u>3 458 054</u>
2 850 393 198		174 456 345
Grupo Lusomundo:		
Lusomundo (Nota 14 a))	587 898 916	44 083 701
Jornal de Notícias	26 820 995	13 072 280
Diário de Notícias	5 687 403	2 303 737
Rádio Press	4 020 740	1 789 020
Pressmundo	1 566 719	222 551
Prodiário	1 423 414	189 961
Vasp	2 452 949	–
Outras empresas	<u>3 176 752</u>	<u>1 212 460</u>
633 047 888		62 873 710
Outras participações:		
Global Telecom	207 943 403	102 076 166
BUS Telecomunicações (Nota 14 e))	182 366 607	13 346 554
PT Multimedia.com (Nota 14 a))	181 489 493	4 800 550
PT Multimedia	165 296 632	8 719 642
Marconi	133 542 589	47 594 420
Bancor.net	33 609 128	8 402 282
Ceterp Celular, S.A.	29 924 559	4 738 055
Unitel	39 327 032	6 554 505
Investnews	21 195 901	7 065 300
Cabo Verde Telecom	10 226 699	3 498 603
PT Sistemas de Informação	8 046 455	2 413 936
Megamedia	6 283 378	2 386 160
Idealyste	6 318 051	1 491 762
Outras empresas	<u>7 972 608</u>	<u>5 654 946</u>
1 033 542 535		218 742 881
	4 516 983 621	456 072 936

Quando uma empresa subsidiária é alienada, os valores de goodwill e respectivas amortizações acumuladas são anulados por contrapartida de resultados extraordinários.

Amortização do goodwill

O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em operadores de telecomunicações é amortizado a partir da data de aquisição, no período remanescente da concessão ou licença. O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em outras empresas é amortizado no período de recuperação esperada do investimento. São os seguintes os métodos e prazos de amortização do goodwill adoptados:

Empresa	Método de contabilização	Período de tempo
Telesp Celular Participações, Portelcom Participações e Intertelecom	Progressivo, em função do número de clientes esperado da Telesp Celular	Período da licença (25 anos à data das primeiras aquisições)
Lusomundo	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
BUS Telecomunicações	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (10 anos)
PT Multimedia.com	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Multimedia	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Marconi	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Ceterp Celular, S.A.	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (10 anos)
Unitel	Quotas constantes	Período de concessão (9 anos, à data de aquisição do investimento)
Cabo Verde Telecom	Quotas constantes	Período de concessão (19 anos, à data de aquisição do investimento)
Outras empresas participadas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (no máximo em 20 anos)

Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócio das empresas participadas e pelos resultados previsionais aí considerados, entende que em 30 de Junho de 2002 o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do goodwill, líquido de amortizações acumuladas), líquido da provisão constituída para a estimativa do impairment do seu investimento na Telesp Celular Participações (Notas Introdutória e 54), é inferior ao respectivo valor estimado de realização (fair value).

14. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002 verificaram-se as seguintes alterações de relevo na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

a) Aquisições

> Em 12 de Abril de 2002, a PT Multimedia reforçou a sua participação na PT Multimedia.com para 100%, através da concretização da Oferta Pública de Aquisição Potestativa anunciada no dia 8 de Março de 2002. O custo total desta operação, que se traduziu na aquisição de 4 186 593 acções da PTM.com,

ascendeu a 8 113 738 euros. Em resultado desta operação, foi registado um goodwill de 7 308 935 euros.

> No decurso do primeiro semestre de 2002, a Asle, com o objectivo de retirar a condição de sociedade aberta da Lusomundo, adquiriu 1 355 acções ordinárias e 1 465 acções preferenciais sem voto por um montante total de 181 291 euros, operação na qual reconheceu um goodwill no montante de 179 060 euros. Em 30 de Junho de 2002, a participação total da PT Multimedia na Lusomundo, directa e indirectamente, é de 99,99%.

> Em Junho de 2002, a Lusomundo Serviços subscreveu quotas da Vasp com o valor nominal de 1 109 830 euros representativas de 33,33% do seu capital, pelo montante de 3 511 527 euros, com o objectivo de alargar a sua intervenção na área de distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais. Em resultado desta operação, foi reconhecido um goodwill de 2 452 949 euros.

b) Aumentos de capital

> Em Fevereiro de 2002, o capital do BES – Banco Espírito Santo (“BES”) foi aumentado em 500 milhões de euros. Na sequência deste aumento, a PT SGPS subscreveu 1 400 mil novas acções.

C) Alienações

- > Em 1 de Janeiro de 2002, a PT Prime SGPS alienou 15% do capital social da Megamédia ao BES.com, SGPS, S.A. pelo montante de 1 536 778 euros.
- > A PT Prime SGPS alienou 6 500 mil acções da Telefónica, S.A. (“Telefónica”), originando uma mais-valia no grupo de 30 519 163 euros (Nota 45).
- > A PTI alienou acções representativas de 16,4% do capital da Mascom Wireless Botswana Limited, pelo montante de 2 212 503 euros, tendo sido originada uma mais-valia de 199 532 euros.
- > Em Junho de 2002, a Lusomundo Serviços alienou a totalidade da sua participação na Deltapress pelo montante de 3 174 833 euros, tendo reconhecido uma mais-valia no montante de 5 403 370 euros (Nota 45). Esta empresa era detentora das participações da Distribuição Jardim – Livros e Publicações, Lda. e da SDIM – Sociedade Distribuidora de Imprensa da Madeira, Lda.

d) Liquidações

- > Em 24 de Maio de 2002, realizou-se a escritura de dissolução e liquidação da PT Angola.
- > Liquidação da ICO-Global, cuja participação financeira se encontrava totalmente provisionada (Nota 45).

e) Outras situações

- > Em 28 de Junho de 2002, e após aprovação pela ANATEL da transferência do controlo da BUS Telecomunicações para a Primesys, foi firmado o “Acordo de Fechamento” entre as partes – Unibanco, Banco Bradesco, PT Prime SGPS, BUS Telecomunicações, BUS Holding, Primesys e PT SGPS –, através do qual foi efectuado o resgate e cancelamento de 23 191 acções preferenciais classe “B” de emissão da Bus Holding e de titularidade da Primesys, mediante a entrega a esta de 266 701 acções ordinárias da BUS Telecomunicações e de titularidade da BUS Holding, equivalente a 80,01% do capital votante e 26,67% do capital total. Desta forma, a Primesys, àquela data, passou a ser detentora de 100% do capital votante e total detentora da BUS Telecomunicações, e o Unibanco e o Banco Bradesco tornaram-se conjuntamente detentores de 100% do capital votante e total da BUS Holding. Esta operação gerou um goodwill sobre a BUS Telecomunicações no montante de 137 700 mil reais brasileiros.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO

DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS

As empresas do grupo que detêm investimentos financeiros em empresas associadas e em outras empresas participadas adoptam a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, esses investimentos financeiros:

> Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9. Segundo este método, os investimentos financeiros são inicialmente contabilizados pelo seu custo de aquisição, que é posteriormente ajustado pela diferença entre esse custo e o valor proporcional dos capitais próprios da empresa participada à data da aquisição. Por sua vez, essa diferença é registada na rubrica “Ajustamentos de parte de capital em filiais e associadas”, caso seja negativa, ou no imobilizado incorpóreo, na rubrica “Diferenças de consolidação”, caso seja positiva (“goodwill”) (Nota 10).

> De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e em outras variações no capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Outras reservas”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

> As diferenças de consolidação apuradas nas aquisições de empresas participadas são amortizados durante o período médio estimado de recuperação daqueles investimentos (Nota 10).

> Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

> Os empréstimos concedidos a empresas associadas são registados, pelo seu valor nominal, na rubrica “Empréstimos de financiamento”.

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

Em 30 de Junho de 2002, o grupo tinha assumido compromissos de compra perante fornecedores, essencialmente relativos a equipamentos, no montante de aproximadamente 64 800 mil euros.

Em Outubro de 2000, o grupo, através da sua participada Médi Télécom, celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio liderado pela International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale, num total de 1 bilião de euros. Os empréstimos, que têm uma duração média de oito anos, destinaram-se a refinanciar a dívida de curto prazo contraída para atribuição da licença de operador de telecomunicações móveis em Marrocos, em Agosto de 1999, e à cobertura do investimento ligado à instalação e desenvolvimento da rede GSM. Nos termos destes contratos, a Médi Télécom obriga-se perante o sindicato bancário a atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom – PTI (30,5% do capital), Telefonica Intercontinental, S.A. (30,5% do capital) e Grupo Banque Marrocaine di Commerce Exterieur (20% do capital) –, assinaram um Shareholder Support Deed, segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos de accionistas), se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Este compromisso dos accionistas de referência está limitado, durante a vigência dos empréstimos, a um máximo acumulado de 210 milhões de euros e cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio Endividamento/EBITDA inferior a 3% em quatro trimestres consecutivos.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2002, o grupo tinha apresentado avales, garantias e cartas-conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

valores expressos em euros

Avalés	17 819 034
Garantias bancárias a favor de tribunais	1 926 411
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas por:	
Grupo PT Multimédia	83 837 794
PT Comunicações	14 133 439
TMN ao regulador de telecomunicações em Portugal (Anacom)	2 493 989
PTI à Botswana Telecommunications Authority	1 155 580
TV Cabo Portugal à Hispasat	1 100 000
Outras	1 430 089
	123 896 336
Cartas conforto a favor de terceiros:	
Carta conforto relativa a financiamento prestado à TV Cabo Macau	10 025 063
Outras	5 461 072
	15 486 135

Em 30 de Junho de 2002, o montante das garantias bancárias prestadas pelo grupo PT Multimedia são essencialmente a favor

de instituições de crédito sendo que o valor das garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela PT Comunicações refere-se essencialmente a garantias prestadas à Administração Fiscal, relativas a liquidações adicionais de IRC impugnadas pela empresa (Nota 57).

A Telesp Celular Participações prestou um aval a favor da Global Telecom relativo ao empréstimo obtido por esta empresa junto do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) no Brasil, cujo saldo em 30 de Junho de 2002 ascendia a aproximadamente 336 milhões de reais brasileiros. Nesta mesma data, algumas metas financeiras (“covenants”) estabelecidas neste contrato de financiamento, sobretudo as relacionadas com o nível de endividamento e de capitalização, não estavam a ser cumpridas pela Global Telecom, mas esta situação será regularizada a curto prazo (Nota 67).

A Portugal Telecom emitiu uma carta conforto ao Banco CitiBank, S.A. a favor da Global Telecom tendo em vista a concretização por esta empresa de operações de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro, com um valor de capital equivalente a 299 692 669 euros.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), de acordo com a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações), em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência (salvo conforme explicado na Nota 43), da materialidade e da subsistência sobre a forma e consideraram igualmente determinados ajustamentos e reclassificações contabilísticos, decorrentes da uniformização com as políticas contabilísticas seguidas pela empresa-mãe.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao grupo, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

É ainda de referir que a Portugal Telecom preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas em formato internacional, incluídas em anexo, com a finalidade de serem apresentadas junto da Securities and Exchange Commission of the United States of America ("US SEC") e da New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova Iorque). Aquelas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os mesmos valores de activo, capital próprio e resultado líquido que as presentes, mas diferem destas na sua apresentação, por incluírem determinadas reclassificações para as tornar mais próximas de demonstrações financeiras elaboradas nos Estados Unidos da América. No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações de resultados na versão preparada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade ("versão POC") e na versão internacional, apresenta-se de seguida uma reconciliação para os itens relevantes: proveitos operacionais, resultado operacional e resultado antes de impostos e interesses minoritários.

Princípios de consolidação

As empresas do grupo referidas na Nota 1 foram consolidadas pelo método de integração global, pelo que as transacções, saldos e fluxos de caixa significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nessas empresas é apresentado no balanço consolidado e na demonstração consolidada de resultados na rubrica "Interesses minoritários" (Nota 55).

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (Nota 3) encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 18).

Os ganhos e perdas financeiros decorrentes de operações de aumentos de capital em empresas do grupo e em empresas associadas bem como os decorrentes de outras operações que originem alterações da percentagem de participação do grupo, são registados na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do grupo, são diferidas até ao momento da sua alienação para o exterior do grupo.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

	valores expressos em euros
Proveitos operacionais (versão POC)	
Custos e proveitos extraordinários ^(a)	2 942 624 771
Trabalhos para a própria empresa ^(b)	(1 932 046)
Proveitos suplementares ^(b)	(59 263 560)
Subsídios à exploração ^(b)	(25 239 118)
Outros proveitos e ganhos operacionais ^(b)	(1 383 057)
Proveitos operacionais (versão internacional)	<u>(2 195 152)</u>
	2 852 611 838
Resultado operacional (versão POC)	
Custos e proveitos extraordinários, deduzidos aos proveitos operacionais ^(a)	602 033 362
Outros custos e proveitos extraordinários ^(c)	(1 932 046)
Resultado operacional (versão internacional)	<u>24 587 474</u>
	624 688 790
Resultado antes de impostos e interesses minoritários (versão POC)	
Excesso de estimativa de imposto ^(d)	310 729 544
Resultado antes de impostos e interesses minoritários (versão internacional)	<u>(7 244 187)</u>
	303 485 357

(a) Na versão internacional estes valores são deduzidos aos proveitos operacionais.

(b) Na versão internacional estes valores são registados a deduzir aos custos operacionais.

(c) Estes valores respeitam a custos e proveitos extraordinários, dos quais se destacam os itens de subsídios para investimento e formação profissional e a constituição/reversão de provisões extraordinárias, que na versão internacional constituem custos ou redução aos custos operacionais.

(d) Este valor constitui um proveito extraordinário na versão POC, enquanto na versão internacional é incluído na rubrica de imposto sobre o rendimento do período.

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por diferenças de consolidação, despesas de instalação, trespasses comerciais, direitos de superfície, propriedade industrial e outros direitos e despesas de investigação e desenvolvimento. As diferenças de consolidação são amortizadas de acordo com os critérios explicados na Nota 10. As restantes imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês da sua utilização (Nota 43), num período que varia entre três e seis anos. O valor da licença UMTS (Nota 27) e todos os custos inerentes à entrada em exploração da rede UMTS, serão amortizados no período da licença, a partir da data de entrada em funcionamento desta rede.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição (adicionado das despesas imputáveis à compra),

de produção ou reavaliado com base em coeficientes oficiais de correção monetária, de acordo com as disposições legais (Nota 41).

As amortizações dos activos corpóreos patrimoniados até 2000 são calculadas sobre o valor do custo ou reavaliado, a partir do ano de entrada em funcionamento ou de início de utilização, de acordo com o método das quotas constantes e com o critério de uma anuidade no ano em que o bem é afecto à exploração, independentemente do mês em que tal se verifica. Os activos corpóreos patrimoniados a partir de 2001, passaram a ser amortizados por duodécimos desde o início da sua utilização ou entrada em funcionamento (Nota 43). No ano da transmissão, inutilização ou termo da vida útil dos bens, os duodécimos registados correspondem ao número de meses decorridos até ao mês anterior ao da verificação desses eventos.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico:	
Cabos submarinos	15-20
Estações de rádio convencionais, equipamentos e instalações	6
Equipamento de comutação	5-10
Equipamento terminal	5-10
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	5-25
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3-10
Equipamento de transporte	4-8
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	3-10

Os bens que, nos termos da cláusula 5.^a do Contrato de Concessão, se encontrem afectos à concessão (incluindo terrenos) e cuja vida útil seja superior ao período da concessão, são integralmente amortizados nesse período, dado que, de acordo com o n.^º 1 da cláusula 42.^a do referido contrato, todos os bens e direitos afectos à concessão revertem, no seu termo e em caso de não renovação da concessão, gratuita e automaticamente para o Estado Português. Os bens afectos de modo permanente à actividade de distribuição de televisão por cabo e prestação de serviços subsidiários são amortizados de acordo com os limites máximos permitidos pela legislação fiscal em vigor, ou até ao final do período remanescente da licença, se este for menor. De acordo com o contrato de licenciamento, no fim da licença e em caso da sua não renovação, as infra-estruturas de televisão por cabo instaladas

e operadas pelas empresas detidas pela TV Cabo Portugal podem estar sujeitas a reversão ou transferência para terceiros, sem compensação. Nos termos do Decreto-Lei n.^º 241/97, de 18 de Setembro, as infra-estruturas próprias que sejam construídas em propriedade de um operador de serviço público de telecomunicações, ou instaladas no domínio público, ou ainda instaladas em edifícios ou suas fracções, reverterão para esse operador, para a respectiva autoridade pública ou ainda para o utente do edifício/fracção, consoante o caso, salvo disposição legal ou contratual em contrário.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são provisionadas por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias do imobilizado corpóreo são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as taxas referidas na Nota 23 b). As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 47).

d) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

A provisão para depreciação de existências inclui o valor dos materiais sem utilização prevista, por motivo de obsolescência tecnológica, bem como a diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso que respeitam à instalação de equipamentos de telecomunicações para clientes, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui principalmente os custos com os equipamentos e materiais diversos utilizados nessas instalações, bem como os custos com o pessoal envolvido nas mesmas.

e) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é constituída/reforçada tendo em consideração a avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas (Nota 53).

g) Subsídios para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos em resultados extraordinários proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Registo de receitas

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto, sendo os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, registados com base em estimativas. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas e outras, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas.

As receitas decorrentes do serviço de televisão por cabo e satélite resultam essencialmente de: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço; (ii) valores facturados pela instalação do serviço; (iii) publicidade colocada nos

canais de televisão por cabo; e (iv) aluguer de equipamento. As receitas provenientes da assinatura mensal e da instalação são reconhecidas no período em que o serviço é prestado ao cliente. As receitas de publicidade são reconhecidas no período em que a mesma é inserida. As receitas de aluguer de equipamento são reconhecidas no período do aluguer.

Os custos incorridos com a programação dos canais de televisão por cabo são apurados em função do número de subscriptores e são reconhecidos no período em que o serviço é prestado. As receitas provenientes do serviço ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no momento em que são facturadas.

As receitas relativas à exibição cinematográfica decorrem da venda de bilhetes de cinema e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

As receitas de publicidade relativas à publicação de revistas e jornais são reconhecidas no período da sua inserção.

As receitas relativas às vendas de publicações são reconhecidas no momento da venda, à excepção das assinaturas, que são reconhecidas no período da duração das mesmas.

Os proveitos decorrentes da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, dos valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização da rede ao que acresce a facturação das chamadas telefónicas efectivamente efectuadas, bem como outros serviços complementares de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestação de serviços	No mês da venda ou carregamento
Telemóveis e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

i) Repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

j) Pensões de reforma

(i) Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 219/00, de 9 de Setembro, os regimes jurídicos aplicáveis em virtude das disposições do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio (diploma regulamentador da criação da Portugal Telecom, S.A.) continuarão a produzir efeitos relativamente aos empregados transferidos da Portugal Telecom para a PT Comunicações e aos pensionistas e reformados abrangidos por esses regimes. Assim sendo, a PT Comunicações, tem o compromisso de conceder:

	Benefícios
A reformados e empregados oriundos e admitidos pelos CTT até 14 de Maio de 1992	Pensão de reforma
A reformados e empregados oriundos dos TLP e da TDP	Complemento de pensão de reforma ou sobrevivência

Os empregados oriundos da Telecom Portugal, mas admitidos pelos CTT após 14 de Maio de 1992, ou ainda pela Telecom Portugal, assim como os empregados admitidos directamente pela Portugal Telecom e pela PT Comunicações, encontram-se excluídos do âmbito dos benefícios acima referidos, estando abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

As responsabilidades por serviços passados respeitantes aos empregados no activo, pré-reformados e reformados são determinadas com base em estudos actuariais, elaborados por uma empresa independente de actuários internacionais. Para a cobertura destas responsabilidades existem três fundos de pensões autónomos, um para cada uma das empresas fundidas na Portugal Telecom, e provisões específicas. Os fundos de pensões são geridos autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

(ii) A Marconi tem um regime especial de Segurança Social através da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia

Portuguesa Rádio Marconi (“Caixa”), entidade independente, tutelada pela Secretaria de Estado da Segurança Social do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aplicável a todos os empregados admitidos até 1 de Fevereiro de 1998. Os empregados admitidos após 1 de Fevereiro de 1998 encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social.

Para cobertura das responsabilidades com os empregados abrangidos por este esquema especial de segurança social, a Marconi tem os seguintes fundos:

> Fundo de Pensões Regulamentares, cujo objectivo consiste na cobertura das responsabilidades com as pensões de reforma dos empregados.

> Fundo de Melhoria, que consiste basicamente na atribuição de um suplemento de 15% às pensões de invalidez e velhice, tendo para isso a Marconi que efectuar uma contribuição adicional de 1,55% sobre a massa salarial.

> Fundo de Complementos, que assegura um complemento das pensões de reforma e das pensões de sobrevivência concedidas aos cônjuges sobrevivos dos reformados. Este fundo atribui, igualmente, um complemento de pensão aos empregados abrangidos pela Caixa, desde que tenham anteriormente contribuído para a Caixa Geral de Aposentações mas não estejam abrangidos pelo regime de pensão unificada.

(iii) A Lusomundo, através das suas participadas Diário de Notícias e Jornal de Notícias, está obrigada a complementar as pensões de reforma e sobrevivência aos empregados admitidos até 1979, no caso do Diário de Notícias, e até 16 de Novembro de 1994, no caso do Jornal de Notícias, quando estes atingem a idade da reforma.

(iv) A PT Sistemas de Informação tem, também, responsabilidades em complementar pensões de reforma de determinados empregados.

A PT Comunicações, a Marconi, a Lusomundo e a PT – Sistemas de Informação adoptam como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades por pagamentos de pensões e complementos, os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade de as empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No fim de cada exercício, a PT Comunicações, a Marconi, a Lusomundo e a PT Sistemas de Informação obtêm estudos

actuariais elaborados de acordo com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data, o custo com pensões a registar nesse exercício e a previsão dos custos a reconhecer no exercício seguinte.

(v) A Telesp Celular, em conjunto com outras empresas do antigo Sistema TELEBRÁS, é patrocinadora de um plano de pensões o qual é administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL (“SISTEL”). Até Dezembro de 1999, todas as patrocinadoras do plano administrado pela SISTEL eram solidárias. Em 28 de Dezembro de 1999, essas patrocinadoras negociaram condições para a criação de planos individuais de pensões por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os reformados que se encontravam em tal condição em 31 de Janeiro de 2000, o que foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Estado Brasileiro, em 13 de Janeiro de 2000. Em resultado deste acordo, em Dezembro de 2000 a Telesp Celular implementou, através da SISTEL, um plano individual de contribuição definida (“TCP PREV”) que abrange 99% dos empregados e que é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, as quais são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telesp Celular é responsável por todas as despesas administrativas e de manutenção deste plano e pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições da Telesp Celular para o Plano TCP PREV são iguais às dos participantes, variando de 1% a 8% do salário de participação, em função da percentagem escolhida pelo participante.

Os custos do plano TCP PREV, são registados pela Telesp Celular na data em que se vencem as contribuições a efectuar pela empresa.

Na sequência da quebra de solidariedade do fundo SISTEL ocorrida em Dezembro de 1999, a Telesp Celular patrocina individualmente um plano de benefícios definidos destinado a atribuir um suplemento de pensão a custo partilhado, aos empregados beneficiários (“PBS Telesp Celular”). Este plano abrange aproximadamente 1% dos empregados da Telesp Celular. A contribuição para o plano é determinada com base num estudo actuarial elaborado por actuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o da capitalização e a contribuição devida

pela patrocinadora é de 12% sobre a folha de salários dos empregados participantes do plano.

(vi) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do grupo não se encontram abrangidos pelos benefícios sociais acima referidos.

1) Responsabilidades com cuidados de saúde

(i) A PT Comunicações mantém um plano de saúde aplicável a todos os seus empregados activos, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, o qual é gerido pela associação denominada Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), criada para o efeito em 29 de Setembro de 1995. O referido plano entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1996, ainda no quadro da Portugal Telecom, S.A.

Para o financiamento do Plano de Saúde contribuem:

- > Os beneficiários titulares (beneficiários de algum dos regimes de saúde anteriormente vigentes na empresa), com 0,25% dos ordenados, no primeiro ano, evoluindo gradualmente até 1,5%, que é a percentagem actual.
- > O Serviço Nacional de Saúde (“SNS”), com 162,55 euros por beneficiário do plano.
- > A Portugal Telecom, com o valor restante, necessário à cobertura da totalidade dos custos.

(ii) A Marconi, de acordo com os regulamentos vigentes, suporta também parte significativa dos custos com a assistência médica e medicamentosa aos seus empregados admitidos até 1 de Fevereiro de 1998 e reformados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, sendo a gestão deste plano de saúde efectuada igualmente pela PT ACS, desde 1 de Julho de 1997.

O cálculo das responsabilidades e dos custos é efectuado de forma idêntica aos custos com as reformas, referidos na alínea anterior. Para cobertura dessas responsabilidades, o grupo constituiu provisões específicas (Nota 59).

Os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma foram registados na rubrica “Custos com o pessoal – Encargos sociais”, com base nas estimativas constantes dos estudos actuariais elaborados por uma entidade independente.

O subsídio do SNS e as quotizações dos empregados da PT Comunicações e da Marconi são registados como redução de custos do período a que respeitam.

(iii) A PT Sistemas de Informação tem, também, responsabilidades com cuidados de saúde a prestar a determinados empregados, a partir da idade de reforma.

A Portugal Telecom, a PT Comunicações, a Marconi e a PT – Sistemas de Informação adoptam como política contabilística para reconhecimento das responsabilidades com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19, reconhecendo os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados, tal como acontece com as pensões de reforma.

(iv) Os empregados da Telesp Celular encontram-se abrangidos pelo plano de assistência médica aos empregados aposentados (PAMA) gerido pela Fundação Sistel, sendo o financiamento do fundo assegurado pelas empresas resultantes do processo de cisão da Telebrás e pelos seus empregados participantes. As características do plano de benefícios e do fundo são idênticas às referidas para o fundo de pensões SISTEL existente antes daquebra de solidariedade desse fundo. Sendo este um fundo com características de multi-empregador, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma são reconhecidos em resultados à medida que as contribuições vão sendo devidas.

(v) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do grupo encontram-se fora do âmbito dos benefícios acima referidos.

m) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos seus empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, o grupo regista como custos extraordinários (Nota 45) a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes (Notas 58 e 59).

n) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

o) Férias e subsídios de férias e Natal

Os encargos com férias e subsídios de férias e Natal e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento, sendo incluídos no balanço na rubrica “Acréscimos de custos”.

p) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2000, a Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Desde o exercício de 2001, o grupo regista o imposto sobre o rendimento de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do semestre, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que tais impostos diferidos activos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam originados.

Não estão a ser registadas eventuais diferenças tributárias resultantes do goodwill nem de activos ou passivos cujas transacções, no seu reconhecimento inicial, não afectaram nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, foi registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do semestre.

À data a que se reporta o balanço, os impostos diferidos são actualizados por alterações na taxa de tributação que se espera vir a estar em vigor à data da sua reversão, bem como por outras eventuais alterações da legislação fiscal relevante.

q) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por depósitos e aplicações a prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado.

r) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, excepto no que respeita às seguintes transacções:

> As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura do risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, bem como da conversão cambial de empréstimos que financiem investimentos financeiros denominados em moeda estrangeira (hedging), são registados na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, tal como preconizado na NIC n.º 21, desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido pela NIC n.º 39. Esta última norma define como eficiente um hedging cujo quociente entre a variação cambial no item coberto e a verificada no instrumento de cobertura se situe entre 80% e 125%; no caso de as variações não se encontrarem dentro dos limites referidos, o impacto das mesmas é registado como ganho ou perda na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

> As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, tal como preconizado na NIC n.º 21.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- > taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- > taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados;
- > taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);
- > taxas de câmbio históricas, para a conversão das restantes rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

De acordo com o preconizado pela NIC n.º 21, na data de alienação para o exterior do grupo de participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas localizadas no estrangeiro, as correspondentes diferenças de câmbio incluídas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” são transferidas para resultados extraordinários.

s) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de swap de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de forward e opções cambiais (Nota 60). Os prémios recebidos ou pagos bem como os encargos com estas operações são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

t) Planos de incentivos

As responsabilidades assumidas no âmbito dos planos de incentivos da Portugal Telecom com os Administradores e determinados quadros ao serviço das empresas do grupo (Nota 61) são reconhecidas em cada período, tendo em conta o tempo decorrido para o vencimento do direito de exercício das opções ou de atribuição das acções.

A respectiva provisão é constituída/reforçada atendendo ao faseamento dos direitos atribuídos e dos inerentes encargos, pelo período do plano. Estes encargos correspondem à diferença entre o valor estimado de aquisição das acções pela empresa e o seu preço de venda aos empregados. Os custos correspondentes são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, sendo os custos com as respectivas operações de hedging registados na rubrica “Custos e perdas financeiros” (Notas 46 e 61).

II) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na formação do activo imobilizado são objecto de capitalização e contabilizados na demonstração de resultados na rubrica “Trabalhos para a própria empresa”.

No semestre findo em 30 de Junho de 2002, as demonstrações de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio médio do euro relativamente a tais moedas:

Designação	Código	Cotação
Dobra São-tomense	STD	8 110,40
Dólar Americano	USD	0,8979
Dólar de Hong Kong	HKD	7,0031
Dirham Marroquino	MAD	10,3103
Escudo Cabo-verdiano	CVE	110,265
Forint Húngaro	HUF	243,48
Franco CFA	XOF	655,957
Franco Suíço	CHF	1,4692
Kuanza Angolano	AOA	34,7412
Metical Moçambicano	MZM	20 855,4
Pataca Macaense	MOP	7,2125
Peso Argentino	ARS	2,5677
Pula do Botswana	BWP	5,8648
Real Brasileiro	BRL	2,1962
Xelim Queniano	KES	71,0368
Xelim Ugandês	UGX	1 621,55

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO

DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 30 de Junho de 2002, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio do euro relativamente a tais moedas, divulgadas pelo Banco de Portugal.

Designação	Código	Cotação
Coroa Dinamarquesa	DKK	7,4292
Coroa Norueguesa	NOK	7,4305
Coroa Sueca	SEK	9,1015
Dirham Marroquino	MAD	10,5668
Direito de Saque Especial	DSE	0,7497
Dobra São-tomense	STD	8 702,02
Dólar Americano	USD	0,9975
Dólar Australiano	AUD	1,7702
Dólar Canadiano	CAD	1,5005
Dólar de Hong Kong	HKD	7,7805
Escudo Cabo-verdiano	CVE	110,265
Forint Húngaro	HUF	244,93
Franco CFA	XOF	655,957
Franco Suíço	CHF	1,4721
Kuanza Angolano	AOA	42,6371
Libra Esterlina	GBP	0,6498
Metical Moçambicano	MZM	22 819,4
Pataca Macaense	MOP	8,0139
Peso Argentino	ARS	3,7997
Pula do Botswana	BWP	6,1441
Rand Sul-africano	ZAR	10,3043
Real Brasileiro	BRL	2,8159
Xelim Queniano	KES	78,5581
Xelim Ugandês	UGX	1 807,47
Yene Japonês	JPY	118,20

27. ACTIVO IMOBILIZADO

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, os movimentos ocorridos no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram como segue:

valores expressos em euros

	Imobilizado bruto					
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	92 456 693	(219 817)	1 187 239	(1 732 433)	(1 142 061)	90 549 621
Despesas de investigação e desenvolvimento	52 639 566	(333 297)	5 772 231	(3 003)	5 057 784	63 133 281
Propriedade industrial e outros direitos	233 510 200	(2 706 186)	13 047 530	(41 475 882)	29 810 243	232 185 905
Outras imobilizações incorpóreas	12 464 863	(3 574)	2 496	(1 041 758)	108 318	11 530 345
Imobilizações em curso	138 004 013	–	7 949 559	(1 622 618)	2 972 324	147 303 278
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	1 524 401	–	152 537	–	–	1 676 938
Diferenças de consolidação (Nota 10)	5 072 071 666	–	13 865 603	(615 703 541)	46 749 893	4 516 983 621
	5 602 671 402	(3 262 874)	41 977 195	(661 579 235)	83 556 501	5 063 362 989
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	123 025 450	(116 594)	20 047	(4 981 647)	(130 268)	117 816 988
Edifícios e outras construções	884 859 156	(1 435 946)	11 008 487	(1 282 280)	9 548 408	902 697 825
Equipamento básico	9 829 232 812	(2 532 567)	177 556 003	(557 152 940)	105 023 798	9 552 127 106
Equipamento de transporte	55 590 621	(1 935 867)	4 523 141	(1 339 036)	(1 160 042)	55 678 817
Ferramentas e utensílios	32 971 338	(108 920)	169 040	(4 656 603)	(33 211)	28 341 644
Equipamento administrativo	712 092 577	(2 125 284)	26 291 171	(28 589 651)	1 196 022	708 864 835
Outras imobilizações corpóreas	60 655 330	(54 760)	794 670	(108 738)	301 157	61 587 659
Imobilizações em curso	467 309 854	135 426	187 919 513	(95 235 395)	(229 219 631)	330 909 767
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	3 254 878	–	17 490	–	(2 310 388)	961 980
	12 168 992 016	(8 174 512)	408 299 562	(693 346 290)	(116 784 155)	11 758 986 621

valores expressos em euros

	Amortizações acumuladas					
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	(65 508 529)	222 311	(9 770 205)	384 789	1 110 750	(73 560 884)
Despesas de investigação e desenvolvimento	(35 308 443)	110 222	(6 153 066)	2 600	45 860	(41 302 827)
Propriedade industrial e outros direitos	(95 478 470)	2 670 454	(23 521 853)	14 007 043	6 382	(102 316 444)
Outras imobilizações incorpóreas	(5 247 588)	1 455	(1 800 092)	228 875	174 082	(6 643 268)
Diferenças de consolidação (Nota 10)	(466 700 312)	–	(76 300 189)	86 283 343	644 222	(456 072 936)
	(668 243 342)	3 004 442	(117 545 405)	100 906 650	1 981 296	(679 896 359)
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	(14 995 847)	–	(1 275 195)	–	–	(16 271 042)
Edifícios e outras construções	(431 355 271)	419 062	(20 221 305)	410 645	437 741	(450 309 128)
Equipamento básico	(5 655 785 979)	1 569 885	(379 200 161)	243 654 555	13 272 774	(5 776 488 926)
Equipamento de transporte	(36 101 658)	1 456 894	(3 693 443)	660 725	887 347	(36 790 135)
Ferramentas e utensílios	(18 222 828)	79 020	(910 627)	950 403	27 579	(18 076 453)
Equipamento administrativo	(476 277 000)	1 766 946	(50 583 240)	11 245 274	921 342	(512 926 678)
Outras imobilizações corpóreas	(44 974 986)	53 930	(1 756 123)	70 993	(403 931)	(47 010 117)
	(6 677 713 569)	5 345 737	(457 640 094)	256 992 595	15 142 852	(6 857 872 479)

A rubrica “Imobilizações incorpóreas em curso” inclui um montante de 99 759 579 euros referente ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença UMTS. A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócios da TMN para o UMTS, entende que este valor é recuperável durante o período de duração da licença, que termina em Dezembro de 2015.

Os valores apresentados na coluna “Alteração do perímetro de consolidação” respeitam aos saldos das rubricas de imobilizações e amortizações acumuladas da PT Angola, da Infordeporto, da Deltapress, da Distribuidora Jardim e da Sport Notícias, excluídas da consolidação a 30 de Junho de 2002, e aos saldos iniciais das empresas Clip Anúncios – Serviços de Gestão de Informação, S.A. e da Lusocine, incluídas pela primeira vez no perímetro de consolidação (Nota 1).

O aumento de amortizações ocorrido durante o primeiro semestre de 2002, no valor de 589 323 836 euros, tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Amortização do exercício do imobilizado corpóreo	457 640 094
Amortização do exercício do imobilizado incorpóreo	41 245 216
	498 885 310
Amortização das diferenças de consolidação (Nota 44)	76 300 189
	575 185 499

Em 30 de Junho de 2002, o detalhe da rubrica de equipamento básico era o seguinte:

	valores expressos em euros
Valor de custo ou reavaliado:	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	5 246 049 610
Equipamento de comutação	2 166 839 859
Equipamento terminal	1 016 182 368
Cabos submarinos	237 016 176
Estações, equipamentos e instalações de satélites	62 724 029
Outros equipamentos de telecomunicações	558 303 056
Outro equipamento básico	265 012 008
	9 552 127 106
Amortizações acumuladas:	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	2 935 407 803
Equipamento de comutação	1 511 924 776
Equipamento terminal	651 276 971
Cabos submarinos	84 433 854
Estações, equipamentos e instalações de satélites	60 611 840
Outros equipamentos de telecomunicações	404 754 733
Outro equipamento básico	128 078 949
	5 776 488 926
Valor líquido:	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	2 310 641 807
Equipamento de comutação	654 915 083
Equipamento terminal	364 905 397
Cabos submarinos	152 582 322
Estações, equipamentos e instalações de satélites	2 112 189
Outros equipamentos de telecomunicações	153 548 323
Outro equipamento básico	136 933 059
	3 775 638 180

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso são de referir as seguintes situações, expressas pelos respectivos valores líquidos contabilísticos em 30 de Junho de 2002:

> A existência de imobilizações corpóreas instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia, no valor total de aproximadamente 126 925 mil euros. Adicionalmente, existe equipamento básico relativo a redes de clientes e redes de distribuição de televisão por cabo, que se encontra implantado em propriedade alheia ou de domínio público, representando um valor de aproximadamente 194 940 mil euros.

> Das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de aproximadamente 30 300 mil euros.

> Os bens afectos à Concessão, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40/95, de 15 de Fevereiro, e que, como tal, reverterão para a posse do Estado Português, sem qualquer contrapartida, no termo do período de concessão e em caso de não renovação desta, que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo do grupo, ascendiam em 30 de Junho de 2002 a aproximadamente 2 203 689 mil euros; neste valor encontram-se incluídos os bens de Domínio Público do Estado que, de acordo com o n.º 5 do artigo 12.º da Lei n.º 91/97, de 1 de Agosto, são constituídos pelas infra-estruturas que integram a rede básica de telecomunicações, as quais em 30 de Junho de 2002 ascendiam a aproximadamente 1 614 733 mil euros.

> Em Dezembro de 2001, a TMN efectuou uma operação com investidores americanos, os quais actuaram através de dois trusts, pela qual vendeu a cada trust, com reserva de propriedade, determinados equipamentos da sua rede GSM, pelo montante global de 233 270 276 euros, sendo que o valor líquido contabilístico desses equipamentos ascendia a 174 475 787 euros.

Esta operação de cross border lease, que se encontra descrita detalhadamente no relatório e contas de 2001, configura globalmente uma operação de sale and lease-back, pelo que o grupo não reconheceu a venda destes equipamentos, tal como previsto nas Directrizes Contabilísticas n.os 25 e 26, mantendo-os registados no seu activo.

Em Maio de 2002, a TMN efectuou uma nova transacção com as mesmas características da efectuada em Dezembro de 2001, pelo montante global de 210 839 093 euros, sendo que o valor líquido contabilístico desses equipamentos ascendia a 155 718 508 euros.

Em simultâneo, cada trust celebrou um contrato de leasing dos equipamentos que cada um adquiriu, com duas sociedades holandesas constituídas especialmente para o efeito, por um período de dezasseis anos, sendo que cada uma destas tem duas opções de compra dos respectivos equipamentos, a primeira, aproximadamente, no décimo segundo ano de vida da transacção, e a segunda no final do período da locação. Por sua vez, cada uma destas empresas celebrou com a TMN um contrato de venda condicional desses equipamentos (Conditional Sale Agreements) por um valor idêntico ao valor por que a TMN havia vendido os equipamentos aos trusts.

A TMN mantém legalmente a posse desses equipamentos, pelo menos, até à cessação dos Conditional Sale Agreements, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possa vir a efectuar.

Esta operação de cross border lease configura globalmente uma operação de sale and lease-back, pelo que o grupo não reconheceu a venda destes equipamentos, tal como previsto nas Directrizes Contabilísticas n.os 25 e 26, mantendo-os registados no seu activo.

No âmbito desta operação de cross border lease, a TMN comprometeu-se a substituir todos os equipamentos abrangidos

pela transacção que durante o período dos contratos de leasing venham a encontrar-se não operacionais ou obsoletos, bem como quaisquer equipamentos que a TMN pretenda alienar a terceiros, por novos equipamentos de igual valor. Adicionalmente, a TMN e a Portugal Telecom celebraram um put option agreement com cada trust, pelo qual a TMN e a Portugal Telecom, concederam a cada trust o direito de cada um poder provocar a aquisição pela TMN ou pela Portugal Telecom das posições das empresas holandesas na transacção.

Pela venda destas opções, a TMN e a Portugal Telecom receberam, cada uma, um prémio de 465 080 euros. Nas demonstrações financeiras do grupo, estes prémios, que totalizam 930 160 euros, foram registados em proveitos diferidos até à maturidade da opção ou, no caso de um eventual exercício da opção pelos investidores das empresas holandesas, até à data em que ocorra essa situação.

Pela celebração da operação de cross border lease, a TMN cobrou uma comissão de 12 588 096 euros, a qual foi registada como um proveito extraordinário do exercício (Notas 45 e 51). Em simultâneo, esta operação originou diversos custos com a sua operacionalização, que se estimam em 3 milhões de euros (Nota 45), os quais foram registados como custos extraordinários por contrapartida de acréscimo de custos.

b) Investimentos financeiros

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001 as partes de capital em empresas do grupo excluídas da consolidação (Nota 2) tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	2002	30 de Junho 2001	31 de Dezembro 2001
BUS Serviços de Telecomunicações			
Guiné Telecom, S.A.R.L. ^(a)	11 795 218	–	–
Regiforum ^(b)	3 716 555	3 716 555	3 716 555
Marconi Luxembourg ^(b)	382 966	498 815	518 483
Portugal Telecom North América, Inc. ^(c)	292 092	350 000	350 000
Primesys, S.A.	127 501	127 501	127 501
PT Inovação Brasil	–	315 195 330	–
Outras ^(c)	186 369	685 693	563 385
	16 500 701	320 573 894	6 023 221
Provisão para investimentos financeiros			
	(3 733 540)	(3 733 540)	(3 733 540)
	12 767 161	316 840 354	2 289 681

(a) Investimento totalmente provisionado, conforme descrito na Nota 2.

(b) Investimentos registados pelo método da equivalência.

(c) Investimentos registados ao custo de aquisição.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, as partes de capital em empresas associadas (Nota 3), tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho	31 de Dezembro	
	2002	2001	2001
TBS Celular Participações	52 938 573	75 639 224	72 078 958
CTM	38 136 238	44 827 635	48 968 119
Médi Télécom	35 221 723	95 866 606	66 859 849
Banco Best	11 873 684	11 023 480	9 876 863
Warner Cines de España	9 652 429	9 952 664	10 051 101
Web-Lab (a)	8 192 526	9 077 609	8 191 047
Lisboa TV	4 905 372	4 708 958	4 827 431
Bancoi.net	4 515 937	8 927 729	7 394 056
Unitel	2 650 039	3 717 267	1 846 286
Idealyse	2 591 452	7 035 812	5 618 895
SGPICE	2 324 829	3 630 812	2 930 995
Lusa	2 081 034	216 852	2 902 181
Páginas Amarelas	2 059 166	2 243 324	5 366 629
Naveprinter, S.A.	1 922 203	2 924 213	2 423 359
Hungaro Digitel KFT (HDT)	1 700 819	2 026 360	2 052 416
Previsão	1 422 895	607 894	1 421 141
Vasp (Nota 14 a))	1 058 578	—	—
Tradecom Internacional	914 408	—	5 091 157
WT Vision	655 087	—	533 677
TV Cabo Macau	623 916	360 654	706 373
Octal	513 790	122 054	282 821
Sportinveste	461 829	—	2 499 998
Teledata de Moçambique	433 071	595 402	596 960
Tele Larm	334 562	323 514	327 821
BUS Holding (Nota 14 e))	—	—	71 780 315
BUS Telecomunicações (Nota 14 e))	—	—	13 621 442
Porto TV	—	926 638	715 270
Empresa Diário de Notícias do Funchal, Lda.	213 787	868 821	586 344
Outras	1 702 725	593 846	1 715 250
Provisão para investimentos financeiros	189 100 672	286 217 368	351 266 754
	(8 302 262)	(109 736)	(109 736)
	180 798 410	286 107 632	351 157 018

(a) Investimento financeiro totalmente provisionado.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, as partes de capital em outras empresas tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho		31 de Dezembro
	2002	2001	2001
UOL ^(a)	187 727 023	269 457 194	258 316 933
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") ^(b)	55 300 000	47 600 000	47 600 000
Intelsat ^(c)	13 127 252	–	13 127 252
Celular CRT Participações, S.A. ^(d)	4 641 419	5 861 542	5 991 186
New Skies Satellites N.V. ^(e)	4 674 500	4 674 500	4 674 500
Eutelsat ^(f)	4 439 710	–	4 439 710
Spy Glass Entertainment LP	3 016 754	3 016 755	3 016 754
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC") ^(g)	2 992 787	2 992 787	2 992 787
Telefónica (Nota 14 c))	2 156 034	108 488 123	54 244 061
Inmarsat Holding, Ltd. ^(h)	1 640 663	1 640 663	1 640 663
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	1 296 875	1 296 875	1 296 875
Vortal – Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.	687 517	687 517	687 517
HARII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	498 798	498 798	498 798
I-CO Global Communications, Ltd. ("I-CO Global") ⁽ⁱ⁾	–	19 847 611	19 847 611
Outras empresas	1 752 347	4 470 451	1 898 793
Provisão para investimentos financeiros	283 951 679	470 532 816	420 273 440
	(3 121 278)	(22 968 891)	(22 968 890)
	280 830 401	447 563 925	397 304 550

(a) A principal informação financeira da UOL reportada a 30 de Junho de 2002, extraída das respectivas demonstrações financeiras a essa data, é a seguinte:

Activo	186 720 000
Capital próprio	22 106 000
Proveitos totais	97 932 000
Resultado líquido	(54 534 000)

(b) Este investimento financeiro resulta de um acordo estratégico celebrado com o BES em 5 de Abril de 2000, pelo qual a Portugal Telecom poderá subscrever até 3% do capital desta entidade, podendo o BES reforçar a sua posição até 6% do capital da Portugal Telecom. Em 30 de Junho de 2002, este investimento financeiro corresponde a 1,4% do capital do BES (Nota 14 b)).

(c) A percentagem de capital detido pela Marconi nesta empresa é de 0,62872%.

(d) Investimento financeiro registado pelo método da equivalência patrimonial.

(e) A percentagem de capital detido pela Marconi nesta empresa é de 0,662496%.

(f) A percentagem de capital detido pela Marconi nesta empresa é de 0,443971%.

(g) Investimento financeiro totalmente provisionado.

(h) A percentagem de capital detido pela Marconi nesta empresa é de 0,23798%.

(i) Empresa liquidada no decorrer do primeiro semestre de 2002, sendo que a participação encontrava-se totalmente provisionada.

Os empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, os empréstimos de financiamento a empresas associadas e outras eram como segue:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho		31 de Dezembro
	2002	2001	2001
Global Telecom ^(a)	917 000 000	–	810 000 000
UOL ^(b)	106 495 409	–	113 468 740
Idealyse	40 174 111	–	45 471 016
Sportinveste	19 381 155	–	19 381 155
Sport TV	12 975 958	9 975 958	9 975 958
Web-Lab	4 886 562	–	4 886 562
INESC ^(c)	3 292 066	3 292 066	3 292 066
Marconi Suisse	1 775 987	–	1 469 105
Marconi France	1 500 000	–	750 000
Outras empresas	203 224	1 174 321	180 692
Provisão para investimentos financeiros	1 107 684 472	14 442 345	1 008 875 294
	(3 292 066)	(3 304 428)	(3 292 066)
	1 104 392 406	11 137 917	1 005 583 228

(a) Este empréstimo refere-se à subscrição pela PTI Finance BV, no exercício de 2001 e em Março de 2002, de três Floating Rate Notes emitidas pela Global Telecom, nos montantes de 710 milhões e 100 milhões de euros em 2001 e de 107 milhões de euros em 2002, respectivamente, com vencimento em 2004 e 2005. As condições financeiras reflectem uma taxa de juro que varia entre 3,6% e 4%. Aquelas emissões permitem à subscritora um put option no final de cada período de juros.

(b) Este empréstimo refere-se a 6 017 141 obrigações convertíveis emitidas pela UOL, inicialmente subscritas pela PT Multimedia.com e alienadas à PT SGPS no decorrer do primeiro semestre de 2002. Estas obrigações podem ser convertidas, a pedido da empresa, em qualquer momento no decurso de um prazo máximo de dez anos, em igual número de acções da UOL. No final dos cinco primeiros anos, a empresa pode solicitar à UOL o pagamento do montante total das obrigações acrescido de juros capitalizados calculados à taxa anual de 6,76%. Se, nessa data, a UOL não resgatar as obrigações nem pagar os respectivos juros, o empréstimo obrigacionista é automaticamente renovado, nos mesmos termos e condições, exceptuando a taxa de juro, que é reduzida para 6,5%, por novo período de cinco anos, recebendo a empresa 2 226 864 acções da UOL como forma de pagamento dos juros. No final do segundo período de cinco anos, a empresa poderá solicitar novamente à UOL o pagamento do montante total das obrigações. Se, nessa data, a UOL não resgatar as obrigações nem pagar os respectivos juros, serão automaticamente emitidas e entregues à empresa 6 017 141 acções da UOL, ou, caso as acções dessa empresa estejam cotadas, o número de acções necessário para, com base no seu respectivo valor de mercado nessa data, pagar à empresa o montante total do empréstimo, desde que o número de acções assim emitidas seja superior àquele.

(c) Empréstimo totalmente provisionado.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, os títulos e outras aplicações financeiras, tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho		31 de Dezembro
	2002	2001	2001
Investimentos em imóveis			
Outros	31 295 652 900 059 <u>32 195 711</u>	31 610 675 1 862 293 <u>33 472 968</u>	31 220 130 919 189 <u>32 139 319</u>
Amortização acumulada	(12 686 688) <u>19 509 023</u>	(13 476 833) <u>19 996 135</u>	(12 449 484) <u>19 689 835</u>

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, os adiantamentos por conta de investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho		31 de Dezembro
	2002	2001	2001
Global Telecom ^(a)	98 031 591	131 859 236	134 910 460
Médi Télécom ^(b)	88 384 461	38 996 301	88 384 461
UOL	—	117 924 302	—
Outros	928 560 <u>187 344 612</u>	5 676 458 <u>294 456 297</u>	948 148 <u>224 243 069</u>

(a) Adiantamento, no montante de 276 milhões de reais brasileiros, para futuro aumento de capital nas empresas "holdings" Daini, Globaltelcom e Inepar, que controlam directamente a Global Telecom.

(b) Adiantamentos para futuros aumentos de capital.

33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos tinham a seguinte composição (Nota 34):

	valores expressos em euros		
	30 de Junho		31 de Dezembro
	2002	2001	2001
Dívidas a instituições de crédito			
Empréstimos por obrigações	381 285 110 1 000 000 000 <u>1 381 285 110</u>	673 924 477 1 000 000 000 <u>1 673 924 477</u>	648 472 869 1 000 000 000 <u>1 648 472 869</u>

34. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	valores expressos em euros					
			30 de Junho		31 de Dezembro	
	2002	2001	2001	2001	2001	2001
Empréstimos bancários (a):						
Empréstimos internos	19 255 872	10 721 715	32 984 516	52 257 960	35 398 099	36 015 096
Empréstimos externos	103 614 888	1 022 701 886	1 105 411 256	1 112 900 054	258 254 668	1 375 108 663
Descobertos bancários	14 679 194	–	20 814 594	–	66 422 727	–
	137 549 954	1 033 423 601	1 159 210 366	1 165 158 014	360 075 494	1 411 123 759
Empréstimos por obrigações convertíveis (b):						
Exchangeable Bonds	–	1 059 035 000	–	509 035 000	–	1 059 035 000
Empréstimos por obrigações não convertíveis (c):						
Obrigações PT/96	–	–	49 879 790	–	–	–
Obrigações PT/97 – 2.ª Emissão	–	124 699 474	–	124 699 474	–	124 699 474
Global Medium Term Notes/Floating Rate Notes	604 929 473	2 600 000 000	–	2 000 000 000	197 024 625	2 600 000 000
	604 929 473	2 724 699 474	49 879 790	2 124 699 474	197 024 625	2 724 699 474
Outros empréstimos obtidos:						
Papel comercial (d)	281 084 772	64 487 979	371 385 542	69 527 006	712 526 475	39 987 979
Empréstimos internos	228 094	–	–	–	739 239	195 023
Empréstimos externos (e)	43 421 598	126 149 540	36 327 251	216 685 576	48 924 840	193 256 522
	324 734 464	190 637 519	407 712 793	286 212 582	762 190 554	233 439 524
TOTAL	1 067 213 891	5 007 795 594	1 616 802 949	4 085 105 070	1 319 290 673	5 428 297 757

(a) Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	valores expressos em euros					
			30 de Junho		31 de Dezembro	
	2002	2001	2001	2001	2001	2001
Valores em divisas						
Euros	1 220 848 756	1 220 848 756	1 105 534 457	1 105 534 457	1 576 715 999	1 576 715 999
Dólares Americanos (USD)	112 875 563	113 158 460	611 648 418	721 282 130	112 466 616	127 614 452
Ienes Japoneses (JPY)	17 735 919	150 050	–	–	17 570 756	152 352
Reais Brasileiros (BRL) (i)	(535 072 459)	(190 018 274)	903 219 878	460 404 171	78 032 768	38 131 728
Outras	26 834 563	–	37 147 622	–	28 584 722	–
	1 170 973 555		2 324 368 380		1 771 199 253	

(i) Este montante inclui 225 019 873 euros relativos à actualização cambial de instrumentos financeiros derivados, cuja dívida associada se encontra registada na rubrica de obrigações não convertíveis (GMTN).

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos eram as seguintes:

	valores expressos em euros		
			30 de Junho
	2002	2001	31 de Dezembro
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento			
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	287 598 095	333 551 812	310 549 327
	12 772 608	14 230 812	13 501 709

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro 2001, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, estão compreendidas entre os seguintes limites:

	percentagem		
	30 de Junho		31 de Dezembro
	2002	2001	2001
Taxa de juro máxima	5,90%	8,09%	5,90%
Taxa de juro mínima	3,10%	3,10%	3,10%

Em 18 de Junho de 2001, o grupo, através da Portugal Telecom e da PTI Finance BV, procedeu à contratação de um Multicurrency Revolving Credit Facility (“Facility”) no montante de 560 milhões de euros, com uma maturidade de três anos. Esta Facility destinou-se a refinanciar a dívida existente na Global Telecom. A taxa a vigorar para a Facility é igual à Euribor do período da contagem de juros, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada contagem de juros, acrescida de 0,45%. Em 30 de Junho de 2002, encontram-se utilizados 510 milhões de euros desta Facility.

(b) Em 7 de Junho de 1999, o grupo procedeu, através da PTI Finance BV, à emissão de Exchangeable Bonds no valor total de 509 435 mil euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (American Depository

Shares) da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 10,725 euros por acção, no termo da emissão (53,625 euros antes do stock split). À data de 30 de Junho de 2002, o preço de conversão é de 10,515 euros por acção, em consequência dos aumentos de capital ocorridos até essa data. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 7 de Junho de 2004, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas, ou se a conversão houver sido previamente efectuada. Em 24 de Abril de 2001 foi pedida a conversão antecipada de 76 obrigações, equivalentes a 35 431 acções da Portugal Telecom, sendo o montante das obrigações em circulação em 30 de Junho de 2002 de 509 035 mil euros. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 1,5%, sendo o pagamento dos juros anual.

Em 6 de Dezembro de 2001, o grupo procedeu, através da PTI Finance BV, a nova emissão de Exchangeable Bonds no valor total de 550 milhões de euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS da Portugal Telecom ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção, no termo da emissão. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas, ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 2%, sendo o pagamento de juros anual. O montante das obrigações em circulação em 30 de Junho de 2002 é de 550 milhões de euros.

(c) Em 30 de Junho de 2002, as principais condições e taxas de juro dos empréstimos por obrigações não convertíveis podem ser resumidas no quadro seguinte:

Empréstimos	Taxas de juro anuais	Datas de pagamento de juros	Amortizações	Outras condições
Obrigações Portugal Telecom/97 2.ª Emissão (124 699 474 euros)	3,475% (i) (ii)	17 de Maio e 17 de Novembro	17 de Novembro de 2004	Possibilidade de amortização antecipada, total ou parcial, em 17 de Novembro de 2002 e 2003

(i) Em 19 de Novembro de 1999 procedeu-se à redenominação de 25 milhões de obrigações integrantes deste empréstimo, nos seguintes termos:

> o valor nominal é de um centímo;

> o montante total da emissão é de 124 699 474,24 euros; e

> a quantidade de obrigações redenominadas é de 12 469 947 426.

(ii) A taxa de juro deste empréstimo é variável e indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,25%, pelo que a taxa anual de juro em vigor é de 3,475%.

Em 7 de Abril de 1999, o grupo procedeu, através da PTI Finance BV, à emissão de Global Medium Term Notes, no valor de 1 bilião de euros. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, acessíveis no mercado do euro, com uma maturidade de dez anos e uma taxa de juro de 4,625%. Adicionalmente, este empréstimo foi objecto de swap para dólares americanos.

Em 21 de Fevereiro de 2001, o grupo procedeu, através da PTI Finance BV, a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes, no valor de 1 bilião de euros. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, acessíveis no mercado do euro, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro de 5,75%.

Nos dias 24 e 25 de Outubro de 2001, o grupo procedeu, através da PTI Finance BV, à emissão de duas emissões particulares de obrigações (zero coupon) nos montantes de 145 milhões de euros e 6 biliões de ienes japoneses, ambas com maturidade de um ano. Estas emissões foram contratadas com spreads entre 0,30% e 0,32% sobre a Euribor (seis meses e doze meses). Em 16 de Novembro de 2001, o grupo procedeu, através da PTI Finance BV, a uma emissão de Floating Rate Notes, no valor de 600 milhões de euros. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, com uma maturidade de três anos e três meses e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor a três meses acrescida de 0,75%.

No primeiro trimestre de 2002, o grupo procedeu, através da PTI Finance BV, à emissão de duas emissões particulares de obrigações no montante global de 100 milhões de euros, com maturidade de um ano. Estas emissões foram contratadas com taxas fixas de 3,694% e de 3,725%. O grupo procedeu ainda neste período, através da PTI Finance BV, à emissão de três emissões particulares de obrigações no montante global de 105 milhões de euros e de 30 milhões de libras estrelinas, todas com maturidade de um ano. Estas emissões foram contratadas com spreads até 0,24% sobre a Euribor doze meses. No segundo trimestre de 2002, o grupo procedeu, através da PTI Finance BV, à emissão de três emissões particulares de obrigações no montante global de 158 milhões de euros, todas com maturidade de seis meses e uma taxa fixa de 3,7%.

(d) Em 30 de Junho de 2002, o saldo de papel comercial respeita basicamente a programas de papel comercial emitidos pelas seguintes empresas do grupo:

	valores expressos em euros
Portugal Telecom ⁽ⁱ⁾	274 584 772
Lusomundo	70 987 979
	345 572 751

(i) Programa de papel comercial de curto prazo subscrito pelo montante de 425 milhões de euros, encontrando-se utilizada uma tranches de 219 256 265 euros e outra de 55 328 507 euros, ambas subscritas em Junho de 2002 e com liquidação em Julho de 2002. As taxas de juro praticadas são 3,489% e 3,487%, respectivamente.

(e) Em 30 de Junho de 2002, o saldo de empréstimos externos inclui um empréstimo obtido pela Telesp Celular junto do BNDES, no montante de 146 218 315 euros.

(f) Em 30 de Junho de 2002, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	valores expressos em euros
Segundo semestre de 2003	73 092 741
2004	1 231 724 951
2005	809 997 409
2006	1 478 156 452
Primeiro semestre de 2007	33 538 931
Segundo semestre de 2007 e anos seguintes (Nota 33)	1 381 285 110
	5 007 795 594

(g) Em 30 de Junho de 2002, existiam os seguintes principais condicionalismos financeiros (“covenants”) relativos aos empréstimos obtidos, os quais àquela data estavam a ser cumpridos:

Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Portugal Telecom deverá providenciar para que a dívida líquida consolidada não exceda 3,25 vezes o EBITDA consolidado.

Controlo das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada “Material Subsidiaries”, entendendo-se por tal aquelas empresas cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

Gearing

Em consequência de qualquer aquisição, investimento ou fusão efectuada por qualquer empresa englobada na consolidação do grupo, a Portugal Telecom não deverá apresentar, por um período superior a três meses, um gearing (rácio correspondente à dívida líquida a dividir pelo capital próprio mais dívida líquida) superior a 66%.

Alienações

Existem algumas restrições à alienação de activos (cujo valor seja superior a 850 milhões de euros e/ou a 10% do valor do imobilizado líquido da Portugal Telecom e da PT Comunicações) sem prévia autorização das entidades financiadoras.

Negative pledge

Existem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do grupo.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços consolidadas do primeiro semestre de 2002 e 2001 excluem as transacções intragrupo, pelo que não são directamente comparáveis com os valores constantes da Nota 62, e repartem-se da seguinte forma:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
PT Comunicações Prestações de serviços Vendas	1 008 554 430 996 436 530 12 117 900	1 109 046 791 1 091 350 788 17 696 003
PT Prime Prestações de serviços Vendas	120 294 142 117 263 409 3 030 733	102 504 899 97 948 664 4 556 235
TMN Prestações de serviços Vendas	605 344 030 546 269 923 59 074 107	532 186 763 457 365 025 74 821 738
Telesp Celular Participações Prestações de serviços Vendas	734 052 769 638 270 827 95 781 942	720 186 925 604 783 933 115 402 992
PT Multimedia Prestações de serviços Vendas	305 227 105 241 351 512 63 875 593	271 216 892 200 700 811 70 516 081
Outros negócios: Prestações de serviços Vendas	81 071 408 77 056 399 4 015 009	75 222 440 64 296 626 10 925 814
Total das vendas e prestações de serviços	2 854 543 884	2 810 364 710

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

No primeiro semestre de 2002 e 2001, as remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Portugal Telecom foram as seguintes:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Conselho de Administração	5 106 664	2 038 751
Conselho Fiscal	85 968	96 124
Assembleia Geral	3 217	15 757
Total	5 195 849	2 150 632

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração estão abrangidos pelos planos de incentivos (Nota 61).

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E AJUSTAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS (LEGISLAÇÃO)

Em anos anteriores, as empresas incluídas na consolidação procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas, basicamente ao abrigo da legislação aplicável em Portugal, nomeadamente:

- > Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril;
- > Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro;
- > Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
- > Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- > Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
- > Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
- > Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
- > Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

Conforme referido na Nota 18, as participações financeiras em empresas associadas foram ajustadas nas demonstrações financeiras individuais das detentoras pela aplicação do método da equivalência patrimonial, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 9, de 19 de Novembro de 1992, e com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

42. REAVALIAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO

Em 30 de Junho de 2002, o detalhe dos custos históricos líquidos do activo immobilizado e correspondente reavaliação, é o seguinte:

	valores expressos em euros		
	Custos históricos líquidos	Reavaliações líquidas	Valores contabilísticos líquidos reavaliamos
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	58 757 980	42 787 966	101 545 946
Edifícios e outras construções	353 371 382	99 017 315	452 388 697
Equipamento básico	3 681 832 756	93 805 424	3 775 638 180
Equipamento de transporte	18 888 682	–	18 888 682
Ferramentas e utensílios	10 264 237	954	10 265 191
Equipamento administrativo	195 923 361	14 796	195 938 157
Outras imobilizações corpóreas	14 538 390	39 152	14 577 542
Imobilizado em curso	330 909 767	–	330 909 767
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	961 980	–	961 980
	4 665 448 535	235 665 607	4 901 114 142
Investimentos financeiros (Nota 27):			
Terrenos e recursos naturais	3 396 382	3 148 783	6 545 165
Edifícios e outras construções	8 171 648	3 892 151	12 063 799
	11 568 030	7 040 934	18 608 964

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultantes das reavaliações (excepto as reavaliações resultantes do Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril), não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 33 455 308 euros (Nota 57 c)).

43. CONTAS NÃO COMPARÁVEIS

COM O SEMESTRE HOMÓLOGO

Desde o encerramento anual das contas do exercício de 2001, o grupo passou a adoptar o critério de amortizar os activos immobilizados corpóreos e incorpóreos adquiridos no exercício por duodécimos, ao invés de por uma quota anual, independente da data de aquisição ou de início de utilização dos bens, como fazia em exercícios anteriores. O impacto desta alteração correspondeu a uma redução das amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2002 de aproximadamente 27 742 320 euros. Aplicando as disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28, o grupo registou pela primeira vez no encerramento anual das contas do exercício de 2001 os impostos diferidos

resultantes das diferenças temporais entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal. Em consequência da aplicação desta norma, em 31 de Dezembro de 2001 o grupo reconheceu activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectiva e aproximadamente, 1 090 111 mil euros e 620 700 mil euros, sendo 149 541 mil euros registados por contrapartida de capitais próprios (incluindo 95 270 mil euros registados no resultado do exercício) e 319 870 mil euros por contrapartida de interesses minoritários. No primeiro semestre de 2002, o grupo reconheceu custos por impostos diferidos no montante de cerca de 62 898 050 euros (Nota 57 c)) (aos quais correspondem interesses minoritários de 13 231 950 euros), por contrapartida de uma redução dos impostos diferidos activos de 111 247 300 euros, de um aumento dos ajustamentos de conversão cambial negativos de 52 757 400 euros e de um aumento dos impostos diferidos passivos de 4 408 150 euros.

Consequentemente, as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de Junho de 2002 não são integralmente comparáveis às demonstrações financeiras do semestre homólogo do exercício anterior.

44. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros consolidados do primeiro semestre de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Custos e perdas		
Juros suportados (a)	224 590 268	234 370 313
Perdas relativas a empresas associadas (b)	156 355 615	181 204 758
Diferenças de câmbio desfavoráveis (c)	151 833 397	294 609 862
Amortizações de investimentos financeiros (d)	76 537 393	78 904 357
Descontos de pronto pagamento concedidos	3 363 780	1 987 941
Outros custos e perdas financeiros (e)	55 369 602	37 527 482
Resultados financeiros	668 050 055	828 604 713
	(321 455 076)	(602 877 438)
	346 594 979	225 727 275
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos (f)	143 379 039	89 389 529
Diferenças de câmbio favoráveis (c)	185 503 298	109 920 811
Ganhos relativos a empresas associadas e outras (g)	11 611 068	9 932 102
Ganhos em participações de capital	1 100 983	3 146 913
Descontos de pronto pagamento obtidos	384 015	763 223
Outros proveitos e ganhos financeiros	4 616 576	12 574 697
	346 594 979	225 727 275

(a) A rubrica "Juros suportados" inclui juros suportados por empresas participadas instrumentais do grupo, que no semestre findo em 30 de Junho de 2002 ascenderam a aproximadamente 91 500 mil euros.

(b) No semestre findo em 30 de Junho de 2002, a rubrica "Perdas relativas a empresas associadas" tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Global Telecom	100 980 822
Médi Télécom	29 813 794
BUS Telecomunicações	6 873 230
Porto TV	2 977 000
Sport TV	2 211 763
Sportinveste	2 038 169
Idealyse	1 931 780
Best – Banco Electrónico de Serviço Total	1 599 700
Tradecom Internacional	1 426 268
Bancol.net	1 036 961
TV Cabo Macau	861 925
SGPICE	777 825
Marconi France	752 582
Academia Global	677 503
Marconi Suisse	507 997
Outras	1 888 296
	156 355 615

(c) No primeiro semestre de 2002, a rubrica "Diferenças de câmbio desfavoráveis" inclui um montante de 106 622 278 euros decorrente da actualização cambial de empréstimos concedidos à Telesp Celular e à Telesp Celular Participações. A rubrica "Diferenças de câmbio favoráveis" inclui um montante de aproximadamente 123 884 mil euros relativos a actualização de swaps da Portugal Telecom e um montante de 34 264 192 euros referentes à actualização cambial de outros instrumentos financeiros derivados da Telesp Celular e da Telesp Celular Participações.

(d) No primeiro semestre de 2002, a rubrica "Amortizações de investimentos financeiros" tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Amortização de diferenças de consolidação (Nota 27 a))	
Telesp Celular:	
Telesp Celular Participações	19 266 492
Grupo Lusomundo:	
Lusomundo	14 697 709
Jornal de Notícias	670 525
Diário de Notícias	142 185
Rádio Press	100 519
Pressmundo – Editora de Publicação	39 168
Prodiário	35 585
Outras	161 529
	15 847 220
Outras participações:	
BUS Telecomunicações	8 556 270
Móbil	4 505 046
PT Multimedia	4 132 416
Global Telecom	3 946 621
PT Multimedia.com	3 922 841
Bancol.net	3 591 049
Marconi	3 437 927
Investnews	2 264 728
Unitel	2 184 835
Ceterp Celular, S.A.	1 918 417
PT Sistemas de Informação	804 645
Megamédia	710 751
Idealysé	526 504
Cabo Verde Telecom	269 124
Outras	415 303
	41 186 477
Amortização de investimentos em imóveis	237 204
	76 300 189

(e) No semestre findo em 30 de Junho de 2002, a rubrica "Outros custos e perdas financeiros" inclui o reforço da provisão para perdas em instrumentos financeiros derivados no montante de 18 497 930 euros (Nota 46) e encargos suportados pela Telesp Celular e Telesp Celular Participações, no montante aproximado de 12 700 mil euros, com instrumentos financeiros derivados.

(f) No semestre findo em 30 de Junho de 2002, a rubrica "Juros obtidos" inclui juros obtidos por empresas participadas instrumentais que ascenderam a aproximadamente 99 696 620 euros.

(g) No semestre findo em 30 de Junho de 2002, a rubrica "Ganhos relativos a empresas associadas e outras" tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
CTM	7 891 167
Unitel	1 416 046
Cellular CRT Participações	603 373
Páginas Amarelas	544 673
TBS Celular Participações	304 083
Octal	230 969
Diário de Notícias do Funchal	138 519
Wisdown Television	121 407
Hungaro Digitel KFT (HDT)	99 466
Lisboa TV	77 941
TV Lab	40 253
Previsão	30 158
Outras	113 013
	11 611 068

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários consolidados dos primeiros semestres de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Custos e perdas		
Aumentos de provisões (Nota 46)	46 159 560	9 865 736
Perdas em imobilizações (a)	23 916 372	2 951 374
Correcções relativas a exercícios anteriores	8 809 109	8 778 909
Dívidas incobráveis	9 385 840	17 746 516
Donativos	935 457	1 773 144
Perdas em existências	509 258	1 344 987
Multas e penalidades	270 599	384 306
Outros custos e perdas extraordinários (b)	23 537 483	19 719 716
Resultados extraordinários	113 523 678	62 564 688
	30 151 258	330 804 870
	143 674 936	393 369 558
Proveitos e ganhos		
Ganhos em imobilizações (c)	42 359 070	319 117 605
Redução de provisões (Nota 46)	41 679 190	18 139 233
Correcções relativas a exercícios anteriores	6 432 466	2 566 281
Benefícios de penalidades contratuais	9 045 716	2 924 861
Recuperação de dívidas	2 247 651	3 256 998
Ganhos em existências	468 263	280 178
Redução de amortizações	272 804	140 404
Restituição de impostos	84 080	57 957
Outros proveitos e ganhos extraordinários (d)	41 085 696	46 886 041
	143 674 936	393 369 558

(a) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Perdas em imobilizações” inclui o montante de 19 847 611 euros referente à liquidação da empresa ICO-Global cuja participação estava totalmente provisionada (Nota 14 c)).

(b) No primeiro semestre de 2002 e 2001, a rubrica “Outros custos e perdas extraordinários” é composta como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Custo com estimativa de reformas antecipadas e pré-reformas:		
Pensões	6 440 550	9 410 820
Cuidados de saúde	316 680	750 691
Insuficiência de estimativa para impostos sobre o rendimento	711 689	5 108 878
Compensações por rescisões de contratos por mútuo acordo	1 303 960	756 437
Outros (i)	14 764 604	3 692 890
	23 537 483	19 719 716

(i) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Outros” inclui o montante de 5 259 941 euros, relativo a uma compensação paga no âmbito da aquisição de uma empresa participada em 2001, e um montante aproximado de 3 milhões de euros referente a um contrato de cross-border lease celebrado entre a TMN e investidores norte-americanos (Nota 27 a)).

(c) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Ganhos em imobilizações” inclui essencialmente a mais-valia, no montante de 30 519 163 euros, obtida pelo grupo com a alienação de 6 500 mil acções da Telefónica e o ganho extraordinário no montante de 5 403 370 euros, que respeita à mais-valia gerada na alienação da participação financeira na Deltapress (Nota 14 c)).

(d) No primeiro semestre de 2002 e 2001, a rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” é composta como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Subsídios para investimentos e formação profissional (Nota 23 g))		
Excesso de estimativa para impostos sobre o rendimento	13 908 873	16 891 074
Outros (i)	7 955 877	21 942 545
	19 220 946	8 052 422
	41 085 696	46 886 041

(i) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Outros” inclui um ganho de 12 588 096 euros decorrente de um contrato de cross-border lease celebrado entre a TMN e investidores norte-americanos (Nota 27 a)).

46. MOVIMENTOS NAS PROVISÕES

Durante o primeiro semestre de 2002, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldos iniciais	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Utilizações /transferências /regularizações	Ajustamentos cambiais	valores expressos em euros Saldos finais
Provisões para riscos e encargos:							
Benefícios de reforma:							
Pensões (Nota 58)	1 173 915 256	–	39 165 032	–	(59 289 945)	(54 818)	1 153 735 525
Cuidados de saúde (Nota 59)	636 128 539	–	26 062 759	–	(13 920 036)	(126 116)	648 145 146
Impostos	67 153 725	–	2 730 530	(15 930 270)	(814 873)	(12 253 307)	40 885 805
Processos judiciais em curso	7 653 111	–	759 178	(2 822)	(348 664)	(2 742)	8 058 061
Imobilizado	35 768 526	–	2 130 895	(223 846)	(577 269)	(1 625 323)	35 472 983
Outras provisões para riscos e encargos	449 368 513	(120 905)	761 077 263	(4 477 803)	(19 831 719)	(107 915 933)	1 078 099 416
Subtotal	2 369 987 670	(120 905)	831 925 657	(20 634 741)	(94 782 506)	(121 978 239)	2 964 396 936
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa							
	345 610 216	(1 156 605)	66 980 258	(966 470)	(9 946 392)	(20 488 260)	380 032 747
Provisões para depreciação de existências							
	15 984 208	–	5 834 333	(230 367)	(1 089 239)	(4 377 914)	16 121 021
Provisões para investimentos financeiros							
	30 104 232	–	8 192 526	(19 847 612)	–	–	18 449 146
Provisões para títulos negociáveis (Nota 52)							
	19 066	–	–	–	–	–	19 066
Subtotal	391 717 722	(1 156 605)	81 007 117	(21 044 449)	(11 035 631)	(24 866 174)	414 621 980
TOTAL	2 761 705 392	(1 277 510)	912 932 774	(41 679 190)	(105 818 137)	(146 844 413)	3 379 018 916

As “Provisões para impostos” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações de advogados e outros consultores, decorrentes de contingências de natureza fiscal que se encontram pendentes em 30 de Junho de 2002, respeitantes às seguintes empresas do grupo:

valores expressos em euros

Telesp Celular (a)	29 958 701
Ptelecom Brasil	3 085 333
PT SGPS	2 575 565
PT Prime	1 406 450
PT Comunicações (Nota 57 b))	1 254 456
Marconi	1 069 518
Outras	1 535 782
40 885 805	

(a) Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica inclui um montante de 23 195 670 euros referente a Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) reclamado pelas Autoridades Fiscais Brasileiras, mas cuja constitucionalidade está a ser questionada pela Telesp Celular. No entanto, para cobrir o risco de um desfecho desfavorável desta situação foi registada uma provisão pelo valor do ICMS reclamado.

As “Provisões para processos judiciais em curso” destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intencionados contra o grupo, estimadas com base em informações dos advogados.

As “Provisões para imobilizado” destinam-se essencialmente a cobrir perdas emergentes da substituição de equipamento de redes de telecomunicações e de estações e extensões terrestres, antes do termo da sua vida útil, resultante da evolução tecnológica.

As “Outras provisões para riscos e encargos” têm a seguinte composição:

valores expressos em euros

Provisão para impairment do investimento na Telesp Celular Participações (Notas Introdutória e 54)	500 000 000
Provisões para perdas em associadas (i)	405 996 159
Provisões para perdas em instrumentos financeiros (ii)	96 660 586
Provisões para planos de incentivos (Notas 23 t) e 61)	5 581 382
Outras provisões	69 861 289
	1 078 099 416

(i) As “Provisões para perdas em associadas” resultam da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo as responsabilidades do grupo em empresas associadas com capitais próprios negativos. Em 30 de Junho de 2002, esta provisão tem a seguinte composição:

valores expressos em euros

Global Telecom	379 466 118
Sport TV	18 541 317
Porto TV	2 261 820
Marconi France	1 998 193
Marconi Suisse	1 795 362
Outras	1 933 349
	405 996 159

(ii) A “Provisão para perdas em instrumentos financeiros” foi constituída para fazer face a um equity swap contratado sobre ações da PT Multimedia e corresponde à diferença entre o preço do exercício do equity swap e a cotação da ação da PT Multimedia.

O reforço de provisões verificado no primeiro semestre de 2002 foi registado nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados e de capitais próprios:

	valores expressos em euros
Provisões:	
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	65 197 029
Provisões para imobilizado	2 130 895
Provisões para outros riscos e encargos	18 120 151
Provisões para impostos	2 191 850
Provisão para processos judiciais em curso	326 787
Provisão para depreciação de existências	193 989
	88 160 701
Custos com o pessoal:	
Planos de incentivos	552 298
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões	29 859 072
Provisão para cuidados de saúde	21 719 245
	52 130 615
Custos diferidos:	
Provisão para cuidados de saúde	714 668
	3 161 946
Proveitos diferidos:	
Provisão para cuidados de saúde	108 280 194
	129 033 504
Custos e perdas financeiros:	
Provisões para outros riscos e encargos (perdas em empresas associadas)	18 497 929
Provisão para perdas em instrumentos financeiros	2 255 381
Planos de incentivos	538 680
	46 159 560
Custos e perdas extraordinários (Nota 45):	
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	1 783 228
Provisões para impostos	9 305 960
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões	466 900
Provisão para cuidados de saúde	8 192 526
Provisões para instrumentos financeiros	19 799 530
Provisão para outros riscos e encargos	5 640 344
Provisão para depreciação de existências	432 392
	46 159 560
Capitais próprios:	
Resultados transitados (Nota 54)	500 000 000
Ajustamentos de conversão cambial	93 571 780
	593 571 780
	912 932 774

A “Utilização da provisão para pensões” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Pagamento de prestações de pré-reformas e de suspensões de contrato e afins (Nota 58)	53 139 841
Contribuição extraordinária para os fundos de pensões (Nota 58)	6 150 104
	59 289 945

A “Utilização da provisão para cuidados de saúde”, no montante de 13 920 036 euros, diz respeito a pagamentos com os cuidados de saúde a reformados, efectuados durante o primeiro semestre de 2002, líquido da participação do Serviço Nacional de Saúde e das quotizações dos reformados (Nota 59).

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2002, o grupo dispunha de diverso equipamento administrativo e de transporte em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração, sendo as suas responsabilidades como locatário relativas a rendas não vencidas como segue:

	valores expressos em euros		
	Capital	Juros	Total
2002 (segundo semestre)	4 119 899	663 544	4 783 443
2003	7 191 916	1 058 867	8 250 783
2004	6 410 515	745 105	7 155 620
2005	4 257 600	495 516	4 753 116
2006 e seguintes	8 405 797	805 947	9 211 744
	30 385 727	3 768 979	34 154 706

49. FUNDOS COMUNITÁRIOS

No âmbito das candidaturas aos fundos comunitários, durante o primeiro semestre de 2002 foram recebidos subsídios no valor de 1 111 436 euros.

50. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	valores expressos em euros					
	30 de Junho			31 de Dezembro		
	2002		2001		2001	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	17 478 680	74 829 902	13 688 226	138 095 185	15 357 660	76 601 676
Descontos concedidos a reformados (líquido da renda a pagar ao Estado) (b)	66 029 082	–	48 802 097	–	60 380 376	–
Imposto sobre o Valor Acrescentado	26 900 245	59 248 265	27 206 879	55 935 196	33 588 093	55 694 634
Segurança Social	–	11 893 541	–	10 684 755	–	9 742 135
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	–	12 294 798	–	11 714 393	–	9 175 629
Tributação das Autarquias Locais	–	2 027 840	–	4 058 777	–	1 792 944
Processo de Electrotécnicos e Equiparados (c)	111 576	–	99 650	–	111 576	–
Outros	40 105	559 638	5 310	1 016 572	87 712	569 368
	110 559 688	160 853 984	89 802 162	221 504 878	109 525 417	153 576 386

(a) Em 30 de Junho de 2002, o saldo credor do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas inclui:

	valores expressos em euros
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do semestre	77 797 350
Retenções efectuadas a terceiros	534 381
Pagamentos por conta	(204 780)
Retenções efectuadas por terceiros	(3 297 049)
	74 829 902

A estimativa do imposto corrente sobre o rendimento foi registada por contrapartida das seguintes rubricas:

	valores expressos em euros
Imposto sobre o rendimento (Nota 57 c))	131 199 206
Ajustamentos de conversão cambial (Notas 23 p) e 54)	(53 906 983)
Outros credores (imposto sobre o rendimento de empresas do grupo sedeadas no estrangeiro)	(6 039 629)
Excesso de estimativa do exercício anterior (i)	6 549 711
Outros	(4 955)
	77 797 350

(i) Refere-se essencialmente à liquidação da ICO-Global, em que a Marconi procedeu à utilização da provisão que havia constituído para o investimento financeiro e à consequente reversão do imposto deferido associado. Tendo esta liquidação ocorrido no exercício de 2001, o ganho associado a um excesso de estimativa do ano transacto foi registado directamente em imposto corrente.

Em 30 de Junho de 2002, o saldo devedor do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas inclui um montante de 9 964 533 euros referente a uma reclamação efectuada pela Portugal Telecom relacionada com um pagamento em excesso ao Estado efectuado pela Inbrug (empresa fundida na PT Investimentos, que por sua vez foi fundida na Portugal Telecom).

(b) Em 30 de Junho de 2002, o valor correspondente a descontos concedidos a reformados, por conta do Estado Português,

de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro, ascende a 74 481 596 euros. Esta dívida do Estado Português será parcialmente regularizada por dedução na renda a pagar pela PT Comunicações, conforme previsto no Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações, a qual no primeiro semestre de 2002 ascendeu a 8 452 514 euros. A diferença entre o total da dívida do Estado e a renda a pagar, no montante de 66 029 082 euros, foi classificada nas demonstrações financeiras como dívida a receber a médio e longo prazo. A empresa está a procurar resolver esta situação com o Estado Português, tendo enviado uma carta ao Secretário de Estado do Orçamento em 24 de Agosto de 2000 solicitando a sua resolução. Esta carta mereceu resposta do Secretário de Estado do Orçamento, aprovada pelo Ministro das Finanças, através do Despacho n.º 745/00 de 9 de Outubro de 2000, que indica a disponibilidade do Estado Português para regularizar esta dívida. (c) O montante registado na rubrica “Processo de electrotécnicos e equiparados” corresponde ao valor das indemnizações pagas pela PT Comunicações durante os anos de 1998 a 2001, e ainda não reembolsadas pelo Estado Português até 30 de Junho de 2002, decorrentes das acções de natureza laboral em que esteve envolvida com um conjunto de empregados. Em 30 de Junho de 2002, as indemnizações pagas pela PT Comunicações já reembolsadas pelo Estado Português, nos termos do Despacho n.º 138/97 SETF, ascendiam a 25 057 331 euros. Eventuais indemnizações adicionais que a PT Comunicações possa vir a pagar deverão igualmente ser objecto de reembolso pelo Estado Português, ao abrigo do Despacho n.º 138/97 SETF.

51. OUTROS DEVEDORES E CREDORES DE CURTO PRAZO

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho	31 de Dezembro	
	2002	2001	2001
Outros devedores			
Estados de países estrangeiros ^(a)	55 516 312	57 899 219	73 666 090
Subsídios comunitários	10 629 630	9 906 308	9 327 790
Empréstimos correntes concedidos	–	6 154 827	–
Facturação diversa	7 283 221	3 412 521	7 410 078
Pessoal	4 319 875	4 027 858	4 701 495
Outros ^(b)	69 726 066	48 956 026	158 780 687
Menos: Provisão para devedores duvidosos	147 475 104	130 356 759	253 886 140
	(15 817 580)	(20 156 672)	(14 814 024)
	131 657 524	110 200 087	239 072 116
Outros credores			
Estados de países estrangeiros ^(c)	55 469 748	74 860 044	67 947 529
Contribuições a pagar aos fundos de pensões ^(d)	26 837 762	8 765 961	23 761 349
PT ACS	18 597 546	13 213 937	16 168 629
Caixa Geral de Aposentações	6 919 447	6 667 826	6 855 042
Outros ^(e)	96 913 722	44 880 977	53 456 739
	204 738 225	148 388 745	168 189 288

(a) Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica inclui o montante de 24 687 264 euros de impostos a recuperar pela Telesp Celular, referente a aquisições efectuadas por esta empresa participada e o montante de 26 499 387 euros de impostos a recuperar pela Telesp Celular Participações, referentes a instrumentos e aplicações financeiras.

(b) Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica inclui os seguintes principais saldos: (i) valor a receber pela Telesp Celular Participações da Global Telecom relativo a pagamento por sua conta, de encargos financeiros com instrumentos de cobertura, no montante de 14 058 847 euros, (ii) valor a receber de uma instituição financeira no montante de 12 250 mil dólares, por conta da Telesp Celular Participações, e que se destina a liquidar dívida da Telesp Celular Participações à Portugal Telecom, (iii) um montante de 3 963 697 euros referentes a fees por receber no âmbito do novo contrato de cross-border lease celebrado pela TMN, e (iv) um valor a receber da Sportinveste de 4 642 013 euros, pela venda da Infodesporto.

(c) Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica inclui o valor a pagar pela Telesp Celular ao Estado Brasileiro, no montante de 35 587 341 euros, referente essencialmente a impostos sobre a receita.

(d) O montante registado nesta rubrica em 30 de Junho de 2002, respeita a contribuições de 2002 por entregar aos Fundos de Pensões, no montante de 33 768 991 euros (Nota 58), deduzido dos adiantamentos efectuados pela PT Comunicações ao Fundo de Pensões, no montante de 6 931 229 euros.

(e) Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica inclui essencialmente um valor a pagar de 55 743 561 euros relativos a operações de curto prazo relacionados com compra e venda de moeda e um montante de 5 940 508 euros referente a comissões a pagar a agentes.

52. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho	31 de Dezembro	
	2002	2001	2001
Títulos negociáveis e outras aplicações			
Aplicações de tesouraria expressas em moeda local	409 818 942	1 142 069	600 515 369
Aplicações de tesouraria expressas em moedas estrangeiras	306 715 891	221 328 537	163 441 714
	9 931 445	4 358 856	10 088 684
Menos: Provisões para títulos negociáveis (Nota 46)	726 466 278	226 829 462	774 045 767
	(19 066)	(19 066)	(19 066)
	726 447 212	226 810 396	774 026 701

53. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho		31 de Dezembro
	2002	2001	2001
Acréscimos de proveitos:			
Valores a facturar a clientes	178 908 997	229 835 666	235 963 817
Instrumentos financeiros (a)	135 452 928	306 644 183	156 757 987
Juros a receber	49 399 633	3 261 647	36 212 138
Comparticipação do SNS (b)	14 399 207	14 530 123	9 514 350
Outros	5 145 937	5 716 097	5 656 198
	383 306 702	559 987 716	444 104 490
Custos diferidos:			
Benefícios de reforma (c):			
Pensões	540 302 253	369 082 202	563 756 796
Cuidados de saúde	192 549 455	111 216 967	198 097 585
Publicação de listas	37 183 303	36 341 269	55 448 540
Despesas com contratos plurianuais	46 586 495	37 201 489	46 979 000
Encargos financeiros (d)	21 667 467	49 418 760	22 817 188
Impostos – Taxa do Fistel (e)	19 579 175	–	10 136 781
Subcontratos	14 518 165	651 885	469 336
Rendas e alugueres	5 950 478	9 753 077	5 702 344
Conservação plurianual	3 139 553	6 153 884	5 008 894
Subsídios de refeição	1 692 020	1 839 472	1 733 662
Outros	27 830 554	33 961 823	11 689 476
	910 998 918	655 620 828	921 839 602
	839 377 500	–	1 090 111 027
Activos por impostos diferidos (Nota 57)			
Acréscimos de custos:			
Outros fornecimentos e serviços externos	212 739 791	125 861 930	167 800 626
Encargos financeiros	102 243 950	66 332 045	154 667 646
Encargos com férias e subsídios de férias e Natal e outros encargos com o pessoal	89 500 154	81 904 659	89 150 044
Correcções à facturação emitida	25 634 621	22 331 845	13 730 800
Comissões a pagar a agentes	18 577 099	16 617 323	18 770 160
Encargos com pensões (Nota 58)	4 505 190	8 236 420	–
Juros compensatórios (Nota 57)	1 123 313	1 123 313	1 123 313
Outros	38 344 614	29 433 961	30 484 305
	492 668 732	351 841 496	475 726 894
Proveitos diferidos:			
Subsídios para investimentos em imobilizado (f)	85 403 317	116 003 841	98 288 347
Benefícios de reforma (c):			
Pensões	18 722 045	21 798 466	19 797 375
Cuidados de saúde	–	3 249 668	3 157 391
Facturação antecipada	23 694 227	13 146 239	15 153 469
Diferenças de câmbio (g)	13 312 589	23 370 883	21 316 385
Prémio de contrato de hedge (h)	9 191 536	19 282 409	15 566 495
Publicação de listas	5 500 181	174 328	9 990 385
Outros (i)	130 453 074	16 001 226	19 164 475
	286 276 969	213 027 060	202 434 322
	628 117 117	–	620 699 504

(a) Este montante refere-se essencialmente à actualização cambial de instrumentos financeiros.

(b) Os acréscimos de proveitos relacionados com a comparticipação do SNS correspondem ao montante que o grupo prevê vir a receber relativo à participação nos cuidados de saúde de empregados no activo, reformados e pré-reformados.

(c) Em 30 de Junho de 2002, os montantes registados nas rubricas “Benefícios de reforma”, em custos e proveitos diferidos, têm a seguinte composição:

					valores expressos em euros
BENEFÍCIOS DE REFORMA COM PENSÕES NA PT COMUNICAÇÕES, MARCONI E LUSOMUNDO		Responsabilidades à data de transição	Serviços passados	Ganhos e perdas actuariais diferidos	Total
Custos diferidos					
Saldo em 1 de Janeiro de 2002		49 012 241	6 204 555	508 540 000	563 756 796
Amortização corrente do semestre		(2 045 000)	(378 853)	(18 960 000)	(21 383 853)
Amortização extraordinária referente à estimativa de pré-reformas, reformas antecipadas e suspensões de contratos		(595 690)	–	(1 475 000)	(2 070 690)
Saldo em 30 de Junho de 2002		46 371 551	5 825 702	488 105 000	540 302 253
Proveitos diferidos					
Saldo em 1 de Janeiro de 2002		12 647 375	6 300 000	850 000	19 797 375
Amortização corrente do semestre		(705 000)	(255 000)	–	(960 000)
Amortização extraordinária referente à estimativa de pré-reformas, reformas antecipadas e suspensões de contratos		(75 330)	–	(40 000)	(115 330)
Saldo em 30 de Junho de 2002		11 867 045	6 045 000	810 000	18 722 045

					valores expressos em euros
BENEFÍCIOS DE REFORMA COM CUIDADOS DE SAÚDE NA PT COMUNICAÇÕES E MARCONI		Responsabilidades à data de transição	Ganhos e perdas actuariais diferidos	Total	
Custos diferidos					
Saldo em 1 de Janeiro de 2002		60 444 329	137 653 256	198 097 585	
Amortização corrente do semestre		(2 321 118)	(2 880 332)	(5 201 450)	
Amortização extraordinária referente à estimativa de pré-reformas, reformas antecipadas e suspensões de contratos		(160 790)	(185 890)	(346 680)	
Saldo em 30 de Junho de 2002		57 962 421	134 587 034	192 549 455	
Proveitos diferidos					
Saldo em 1 de Janeiro de 2002		–	3 157 391	3 157 391	
Amortização corrente do semestre		–	(3 157 391)	(3 157 391)	
		–	–	–	–

(d) Em 30 de Junho de 2002, os custos diferidos relativos a encargos financeiros correspondem essencialmente a encargos suportados com a obtenção de determinados financiamentos externos, os quais serão reconhecidos durante o período dos empréstimos.

(e) A partir de Janeiro de 2001, a Telesp Celular passou a diferir as taxas do Fistel incidentes sobre as activações de novos clientes, pelo período estimado de fidelização dos clientes.

(f) Em 30 de Junho de 2002, dos proveitos diferidos relativos a subsídios para investimentos em imobilizado, 20 351 833 euros serão reconhecidos como proveito no curto prazo e o remanescente em anos seguintes.

(g) Este montante diz respeito a diferenças de câmbio favoráveis relativas à actualização cambial de contas a receber de clientes considerados de cobrança difícil e como tal não reconhecidas como proveitos.

(h) Este montante respeita ao diferimento do prémio recebido pela Telesp Celular pela venda a uma instituição financeira de uma opção de compra de 300 milhões de dólares americanos, o qual está a ser diferido pelo período da operação, que termina em Setembro de 2004.

(i) Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica inclui um montante de 108 904 013 euros relativo ao valor de prémios recebidos por reestruturação efectuada, de contratos de swaps. Este montante será reconhecido em resultados durante o período dos contratos.

54. CAPITAL PRÓPRIO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, o movimento verificado nas rubricas de capital próprio foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	valores expressos em euros Saldo final
Capital (Nota Introdutória)	1 254 285 000	–	–	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	–	1 984 301	(2 134 301)	(150 000)
Acções próprias – descontos e prémios	–	12 077 314	(13 006 403)	(929 089)
Prémios de emissão de acções	2 149 565 000	–	–	2 149 565 000
Reserva legal	128 814 507	15 369 780	–	144 184 287
Outras reservas	1 935 039 113	84 782 005	(1 616 194)	2 018 204 924
Ajustamentos de conversão cambial	(944 948 774)	53 906 983	(809 969 405)	(1 701 011 196)
Resultados transitados	(163 362 198)	166 592 179	(584 652 031)	(581 422 050)
Resultado consolidado líquido	307 390 459	202 514 986	(307 390 459)	202 514 986
	4 666 783 107	537 227 548	(1 718 768 793)	3 485 241 862

Capital

Em 30 de Junho de 2002, o capital da Portugal Telecom ascendia a 1 254 285 mil euros e estava representado por 1 254 285 mil acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1 euro cada e com a seguinte distribuição:

- > Um milhar de milhão, duzentos e cinquenta e quatro milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentas acções ordinárias;
- > Quinhentas acções de Categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos Estatutos da Portugal Telecom, conferem direitos especiais, como segue:

- > Eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração.
- > Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros anuais distribuíveis da Portugal Telecom.

- > Aumentos de capital e outras alterações aos Estatutos da Portugal Telecom.
- > Emissão de obrigações e outros títulos de crédito.
- > Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital da empresa (Nota Introdutória).
- > Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas da Portugal Telecom e das opções estratégicas, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço.
- > Definição dos princípios gerais de política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

Acções próprias

No semestre findo em 30 de Junho de 2002, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Número de acções	Variações			valores expressos em euros
		Valor nominal	Descontos e prémios	Valor	
Saldo inicial					
Compras	2 134 301	2 134 301	13 006 403	15 140 704	
Alienações	(1 984 301)	(1 984 301)	(12 077 314)	(929 089)	(14 061 615)
Saldo final	150 000	150 000	929 089	1 079 089	

As alienações do semestre findo em 30 de Junho de 2002 têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Valor de venda	14 191 589
Valor de custo ^(a)	14 061 615
Mais-valia/(menos-valia) ^(b)	129 974

(a) O critério valorimétrico adoptado é o LIFO (last in first out).

(b) As mais-valias foram registadas em reservas livres, tal como previsto nas normas de contabilidade portuguesas.

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados nesta rubrica estão sujeitos ao

regime da reserva legal, pelo que só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos, não podendo ser distribuídos aos accionistas, excepto no caso de liquidação da empresa.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

As variações verificadas nesta rubrica no primeiro semestre de 2002 resultam dos seguintes movimentos:

	valores expressos em euros		
	Variações		Total
	Positivas	Negativas	
Resultados atribuídos/resultados distribuídos ^(a)	84 652 031	–	84 652 031
Mais-valias na alienação de acções próprias	129 974	–	129 974
Outras variações	–	(1 616 194)	(1 616 194)
	84 782 005	(1 616 194)	83 165 811

(a) Transferências efectuadas de resultados transitados, referentes à diferença entre os lucros de 2001 das empresas do grupo e associadas que foram considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial e os resultados que vieram a ser distribuídos por essas empresas em 2002.

Ajustamentos de conversão cambial

O saldo desta rubrica inclui o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas localizadas no estrangeiro, bem como das diferenças cambiais resultantes da conversão cambial de empréstimos que financiam investimentos financeiros denominados em moeda estrangeira. O valor líquido dos

ajustamentos de conversão cambial negativos, apurado no primeiro semestre de 2002 referente aos investimentos financeiros no Brasil ascende a aproximadamente 757 milhões de euros. Este valor inclui o efeito positivo de 53 906 983 euros de imposto corrente (Nota 50) e o efeito negativo de 52 833 225 euros referentes a impostos diferidos (Nota 57 c)), relativos essencialmente a variações cambiais de instrumentos financeiros.

Resultados transitados

As variações verificadas no primeiro semestre de 2002 na rubrica de resultados transitados resultam dos seguintes movimentos:

	valores expressos em euros		
	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Aplicação de resultados de 2001	166 592 179	–	166 592 179
Resultados atribuídos/resultados distribuídos	–	(84 652 031)	(84 652 031)
Provisão para impairment do investimento na Telesp Celular Participações (Nota Introdutória e 46)	–	(500 000 000)	(500 000 000)
	166 592 179	(584 652 031)	(418 059 852)

Resultado líquido

O resultado líquido do exercício de 2001 foi aplicado como segue:

	valores expressos em euros		
Resultados transitados		166 592 179	
Dividendos		125 428 500	
Reserva legal		15 369 780	
		307 390 459	

55. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 30 de Junho de 2002 e 2001 e em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica de balanço tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	30 de Junho		31 de Dezembro
	2002	2001	2001
Telesp Celular Participações (a)			
PT Multimedia (a)	476 202 731	766 676 898	787 644 053
Cabo Verde Telecom	292 241 747	112 275 470	372 164 297
Lusomundo (c)	21 995 333	19 778 060	22 679 487
Mascom	13 812 037	16 054 264	15 637 256
PT Prime (a)	7 925 229	4 882 866	4 122 933
Cabo TV Madeirense, S.A.	4 639 615	5 303 800	5 046 959
CST – Companhia Santomense, S.A.R.L.	3 874 354	3 235 321	3 772 739
Kénya Postel Directories, Ltd.	1 639 750	1 772 130	1 817 431
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	1 556 140	1 867 394	1 308 552
Cabo TV Açoreana, S.A.	1 498 585	2 216 898	2 078 870
PT Multimedia.com (b) (Nota 14 a))	1 486 928	1 273 162	1 412 478
Outros	–	39 232 342	804 803
	578 624	(6 900 059)	1 464 184
	827 451 073	967 668 546	1 219 954 042

Os lucros/(perdas) atribuíveis a interesses minoritários no primeiro semestre de 2002 e 2001 são como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Cabo Verde Telecom		
Mascom	3 074 722	2 881 194
Kénya Postel Directories, Ltd.	1 850 412	713 959
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	975 883	(227 595)
Cabo TV Madeirense, S.A.	722 948	818 335
Cabo TV Açoreana, S.A.	324 814	348 707
CST	154 546	131 377
Telesp Celular Participações (a)	66 411	177 631
PT Multimedia (a)	(55 548 868)	(67 407 219)
PT Multimedia.com (b)	(35 913 517)	(7 333 335)
Lusomundo (c)	–	9 215 562
PT Prime (a)	(519 667)	267 410
Outros	(157 344)	590 671
	(913 053)	(3 689 069)
	(85 882 713)	(63 512 372)

(a) Os interesses minoritários nestas empresas correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos seus capitais próprios e resultado, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros detidos por estas empresas.

(b) Os interesses minoritários nesta empresa correspondem apenas à participação directa de accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da mesma.

(c) Os interesses minoritários nesta empresa correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários das empresas consolidadas pelo método integral da Lusomundo.

56. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Nos primeiros semestres de 2002 e 2001, a rubrica “Trabalhos para a própria empresa” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Mão-de-obra interna:		
Equipamento básico	13 054 882	16 129 033
Outras imobilizações	4 962 476	5 593 119
	18 017 358	21 722 152
Consumo de materiais:		
Equipamento básico	40 827 724	54 305 384
Outras imobilizações	287 321	204 886
	41 115 045	54 510 270
Transportes internos:		
Equipamento básico	130 459	710 219
Outras imobilizações	698	7 017
	131 157	717 236
TOTAL	59 263 560	76 949 658

57. IMPOSTOS E TAXAS

(a) A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação, sedeadas em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a uma taxa de 30%, acrescida de, aproximadamente, 9% de Derrama. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

No semestre findo em 30 de Junho de 2002, o grupo Portugal Telecom será tributado de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que a Portugal Telecom detém, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC.

(b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para os exercícios até 1997 e dez anos para a Segurança Social). O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende

que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes à presente data quanto à resolução das situações abaixo descritas.

As situações objecto de provisão foram as seguintes:

> Imposto relacionado com liquidações adicionais recebidas em 2002 e referentes aos exercícios de 1999 e 2000, para o qual estão provisionados os valores referentes a impostos e respectivos juros (Nota 46) **1 254 456 euros**

> Juros compensatórios relativos a regularizações de imposto dos exercícios de 1997 a 1999 (Nota 53) **1 123 313 euros**

> Imposto relacionado com mais-valias não reinvestidas nos anos de 1994 a 1996 e respectivos juros **877 506 euros**

> Outras contingências em sede de IRC **500 000 euros**

Outras situações que merecem destaque:

> Existem processos de reclamação e impugnação judicial em curso relativamente às liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal ao IRC de 1990 a 1993 dos ex-TLP e de 1993 da ex-Telecom Portugal, no montante de 17 137 135 euros. A opinião dos consultores legais da empresa é de que existe uma expectativa razoável de que a decisão lhe seja favorável.

> Estão em curso processos de impugnação/reclamação relativamente à liquidação de taxas de licença de ocupação da via pública, efectuada pelas Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa, nos montantes de 598 512 euros e 102 481 euros, respectivamente. A Lei de Bases publicada em 1997 veio confirmar a isenção da Portugal Telecom, S.A. e, em virtude do Decreto-Lei n.º 219/00, da PT Comunicações relativamente a taxas e outros encargos municipais a incidir sobre a ocupação e utilização de vias públicas por infra-estruturas de telecomunicações, já consagrada no artigo 29º do Contrato de Concessão, pelo que a Portugal Telecom considera que aquelas acções são infundadas.

(c) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal foram reconhecidos a 30 de Junho de 2002 activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectivamente, 839 377 500 euros e 628 117 117 euros, sendo o detalhe dos seus saldos e movimentos ocorridos no semestre findo naquela data conforme segue:

	valores expressos em euros					
	Aumento/(redução)			Variação cambial	Regularizações (i)	Saldo final (Nota 53)
	Saldo inicial (Nota 53)	Resultado líquido	Capitais próprios			
Impostos diferidos activos						
Provisões	430 209 808	4 459 202	—	—	(317 658)	434 351 352
Prejuízos fiscais reportáveis	12 473 493	(622 788)	—	—	908 044	12 758 749
Instrumentos financeiros	90 935 522	(45 644 517)	(45 034 615)	—	—	256 390
Contribuição adicional para os Fundos de Pensões	26 158 836	(2 377 433)	—	—	—	23 781 403
Outras diferenças temporárias (ii)	530 333 368	(22 027 166)	—	(140 076 596)	—	368 229 606
	1 090 111 027	(66 212 702)	(45 034 615)	(140 076 596)	590 386	839 377 500
Impostos diferidos passivos						
Reavaliação de imobilizações corpóreas (Nota 42)	35 158 631	(2 016 383)	(75 814)	—	388 874	33 455 308
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	576 465 152	(700 449)	—	—	2 620 581	578 385 284
Instrumentos financeiros	—	(693 057)	7 798 610	—	—	7 105 553
Lucros não atribuídos	9 075 142	95 561	—	—	—	9 170 703
Outras diferenças temporárias	579	(310)	—	—	—	269
	620 699 504	(3 314 638)	7 722 796	—	3 009 455	628 117 117
	469 411 523	(62 898 064)	(52 757 411)	(140 076 596)	(2 419 069)	211 260 383

(i) Parte significativa deste valor é resultante da alteração do perímetro de consolidação.

(ii) A 31 de Dezembro de 2001 esta rubrica inclui um montante de 1 085 274 205 reais brasileiros, relativos a impostos diferidos activos registados pela Telesp Celular, os quais no decurso do primeiro semestre de 2002 foram reduzidos pela respectiva actualização cambial, no montante de 140 076 596 euros, registados por contrapartida de ajustamentos de conversão cambial.

No primeiro semestre de 2002, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	valores expressos em euros
Resultado consolidado antes de impostos	310 729 544
Taxa nominal de imposto	33,00%
Imposto esperado	102 540 749
Diferenças permanentes (a)	80 746 739
Alteração da taxa de imposto (b)	236 332
Ajustamentos à colecta	(311 675)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	10 885 126
	194 097 271
Taxa efectiva de imposto	62,47%
O imposto sobre o rendimento do semestre tem a seguinte composição:	
Imposto corrente (Nota 50 (a))	131 199 207
Imposto diferido	62 898 064
	194 097 271

(a) Este valor respeita essencialmente a:

	valores expressos em euros
Amortização do goodwill (Nota 44)	76 300 189
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 44)	144 744 547
Amortizações não aceites como custo fiscal	2 351 462
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	11 077 213
Outras	10 213 677
	244 687 088
Impacto fiscal (33%)	80 746 739

(b) Este valor engloba o efeito da alteração da taxa de derrama em algumas empresas do grupo, bem como o impacto de empresas sujeitas a taxas de imposto diferenciadas.

58. BENEFÍCIOS DE REFORMA – PENSÕES

(a) Conforme referido na Nota 23 j), a PT Comunicações, a Marconi, a PT Sistemas de Informação e a Lusomundo (através do Diário de Notícias e Jornal de Notícias) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades são estimadas com base em estudos actuariais elaborados por actuários independentes.

Os estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 2001 assentaram sobre os seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

	percentagem
Taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo	6%
Taxa anual de actualização	6%
Taxa anual de crescimento salarial	3%
Taxa de crescimento de pensões (*)	2%
Taxa de inflação	2%

(*) Excepto para o Diário de Notícias onde não se considera crescimento de pensões.
Método actuarial – Projected Unit Credit.

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade:

Activos e pré-reformados:	
Homens	A 67/70 – deduzido de dois anos
Mulheres	FA 75/78 – deduzido de dois anos
Pensionistas:	
Homens	PA (90) – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90) – deduzido de dois anos
Tábuas de invalidez:	Swiss Reinsurance Company
Rotação de empregados:	Nula

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas reportadas a 31 de Dezembro de 2001 eram como segue:

	valores expressos em euros
Valor actual das responsabilidades projectadas	2 938 690 979
Valor de mercado dos fundos	<u>(1 731 994 829)</u>
Responsabilidades não financiadas	<u>1 206 696 150</u>

Em 30 de Junho de 2002, as responsabilidades não financiadas com pensões encontram-se registadas nas seguintes rubricas:

	valores expressos em euros
Provisões (Nota 46)	1 153 586 372
Outros credores (Nota 51)	33 768 991
Acréscimos de custos (Nota 53)	<u>4 505 190</u>
	<u>1 191 860 553</u>

O custo estimado do programa de redução do número de efectivos (excluindo os encargos com rescisões de contratos de trabalho) para o primeiro semestre de 2002 foi registado em custos extraordinários e ascende a 15 746 510 euros, com a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Custos com pré-reformas	7 401 280
Custos com reformas antecipadas	5 100 880
Custos com suspensões de contratos e outros	<u>3 244 350</u>
	<u>15 746 510</u>

Os custos correntes com pensões de reforma e os custos extraordinários com pré-reformas, reformas antecipadas e suspensões de contratos registados nos primeiros semestres de 2002 e 2001, constantes dos relatórios do actuário independente, são como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Custos com pensões de reforma:		
Custo com os serviços do semestre	9 553 000	9 503 621
Custo financeiro do semestre	84 655 000	78 242 202
Rendimento estimado dos fundos	<u>(51 290 000)</u>	<u>(52 288 984)</u>
Amortizações das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	<u>20 443 852</u>	<u>12 016 041</u>
	<u>63 361 852</u>	<u>47 472 880</u>
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	<u>15 746 510</u>	<u>12 103 331</u>
	<u>79 108 362</u>	<u>59 576 211</u>

Os custos assim estimados foram registados nas demonstrações de resultados do primeiro semestre de 2002 e 2001, como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Custos com o pessoal	63 361 852	47 472 880
Custos extraordinários	<u>15 746 510</u>	<u>12 103 331</u>
	<u>79 108 362</u>	<u>59 576 211</u>

As contribuições entregues aos fundos de pensões e as prestações pagas a pré-reformados no primeiro semestre de 2002 e 2001, foram como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Contribuições pagas aos fundos de pensões:		
Contribuições da PT Comunicações e Marconi	18 820 619	60 754 671
Contribuições dos empregados	<u>4 660 976</u>	<u>441 214</u>
	<u>23 481 595</u>	<u>61 195 885</u>
Prestações pagas a pré-reformados e empregados na situação de suspensão de contrato e prémios de aposentação (Nota 46)	<u>53 139 841</u>	<u>45 120 345</u>

As contribuições da PT Comunicações e Marconi no primeiro semestre de 2002, além de respeitarem à cobertura dos custos do ano, incluem contribuições extraordinárias para os fundos de pensões que totalizam 6 150 104 euros, e correspondem a utilizações de provisões constituídas em exercícios anteriores (Nota 46).

As prestações pagas a pré-reformados e a empregados na situação de suspensão de contrato são registadas como utilização directa da provisão para pensões.

(b) Na Telesp Celular, os custos com pensões referentes às contribuições para o Fundo de Pensões Sistel ascenderam a 378 465 euros no primeiro semestre de 2002, tendo este montante sido registado em “Custos com o pessoal”. Adicionalmente, e de acordo com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, a Telesp Celular constituiu uma provisão para reflectir os passivos actuariais dos seus planos de pensões, a qual, a 30 de Junho de 2002, ascendia a 149 153 euros (Nota 46), tendo sido reforçada em 17 303 euros, durante o semestre.

59. BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE

(a) Conforme referido na Nota 23 l), a PT Comunicações, a Marconi e a PT Sistemas de Informação são responsáveis pelo financiamento dos planos de saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis.

As responsabilidades das empresas são estimadas com base em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais se reporta a 31 de Dezembro de 2001. Este estudo actuarial assenta sobre os seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

percentagem

Taxa anual de crescimento dos custos com saúde:	
Primeiros 12 anos	3,5%
Anos seguintes	3,0%
Taxa anual de actualização	6,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%
Taxa de crescimento de pensões	2,0%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade:	
Activos e pré-reformados:	
Homens	A 67/70 – deduzido de dois anos
Mulheres	FA 75/78 – deduzido de dois anos
Pensionistas:	
Homens	PA (90) – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90) – deduzido de dois anos
Tábuas de invalidez:	Swiss Reinsurance Company
Rotação de empregados:	Nula

De acordo com o estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2001, o valor das responsabilidades por pagamentos futuros aos reformados, actuais e futuros, e aos pré-reformados, era de 635 680 395 euros. Tendo em vista a cobertura destas respon-

sabilidades, estavam registadas provisões que àquela data ascendiam a 635 196 euros e que em 30 de Junho de 2002 ascendiam a 647 302 euros (Nota 46).

Nos primeiros semestres de 2002 e 2001, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma tiveram por base os valores estimados pelo actuário independente e são como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Custo com os serviços do semestre	3 164 558	2 643 629
Custo financeiro do semestre	18 695 000	15 091 130
Amortização das responsabilidades a recuperar e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	5 767 743	3 481 609
	<u>27 627 301</u>	<u>21 216 368</u>
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	813 580	1 478 936
	<u>28 440 881</u>	<u>22 695 304</u>

Os custos assim estimados foram registados na demonstração de resultados dos primeiros semestres de 2002 e 2001, como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Custos com o pessoal	27 627 301	21 216 368
Custos extraordinários	813 580	1 478 936
	<u>28 440 881</u>	<u>22 695 304</u>

As despesas correntes com reformados, registadas como utilização directa da provisão para cuidados de saúde, ascenderam a 13 920 036 euros (Nota 46) e 12 213 241 euros, respectivamente, nos primeiros semestres de 2002 e 2001.

(b) Na Telesp Celular, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, referentes a contribuições para o Fundo de Assistência Médica Sistel, foram de 42 052 euros no primeiro semestre de 2002, tendo este montante sido registado em “Custos com o pessoal.” Adicionalmente, e de acordo com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, a Telesp Celular constituiu uma provisão para reflectir os passivos actuariais dos seus cuidados de saúde, a qual a 30 de Junho de 2002 ascendia a 337 844 euros (Nota 46), tendo sido reforçada em 12 617 euros, durante o semestre.

60. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Em 30 de Junho de 2002, encontrava-se contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivativos com o intuito de

minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo grupo. O valor de mercado (Fair Value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras.

Risco de taxa de juro

O grupo Portugal Telecom contratou swaps de taxa de juro com instituições financeiras, de forma a diversificar o risco de taxa de juro, ou a aproveitar condições vantajosas de mudança de taxa variável para taxa fixa. Considerando o facto de as taxas de juro se situarem a níveis historicamente bastante reduzidos e tendo em conta as perspectivas de evolução futura, a Portugal Telecom contratou novos swaps de taxa de juro e reestruturou a carteira existente, de modo a aumentar o peso da componente de dívida a taxa fixa. Desta forma e relativamente aos financiamentos contratados, reduziu-se significativamente o impacto que uma eventual subida das taxas de juro terá nos encargos financeiros futuros. Em 30 de Junho de 2002, o total da dívida da Portugal Telecom sujeita a operações de swaps de taxa de juro era de 1 799,4 milhões de euros, com uma maturidade média de 2,6 anos.

Em 30 de Junho de 2002, a Telesp Celular mantinha swaps de taxa de juro no valor de, aproximadamente, 19,6 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 0,4 anos.

Exposição aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 30 de Junho de 2002 cross currency swaps com componente cambial e de taxa de juro.

Naquela data, o total da dívida sujeita a contratos desta natureza era de 870 milhões de euros de swaps de euros para

dólares americanos, de 220 milhões de euros de swap de euros para reais brasileiros e de 100 milhões de dólares americanos de swap de dólares americanos para reais brasileiros, com uma maturidade média, respectivamente, de 6,8, de 0,8 e de 0,8 anos.

Em 30 de Junho de 2002, a Telesp Celular e a Telesp Celular Participações dispunham de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de cobrir o risco de taxa de câmbio inerente a dívida em dólares americanos e euros.

Em 30 de Junho de 2002, a Telesp Celular possuía cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 620,8 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 3,1 anos, e vendeu opções de compra no montante de 300 milhões de dólares americanos, com maturidade de 2,2 anos. Adicionalmente, a Telesp Celular e a Telesp Celular Participações mantinham opções de compra de 50 milhões de dólares americanos com maturidade de 0,8 anos, e mantinham cross currency swaps de euros para reais brasileiros no valor de, aproximadamente, 415,4 milhões de euros, com uma maturidade de 1,5 anos.

Equity swaps

(a) Em períodos anteriores, a Portugal Telecom contratou equity swaps sobre acções próprias, para cobertura de planos de stock options em vigor, que minimizam a exposição da empresa ao risco de variações no valor das suas acções (Nota 61).

(b) Conforme mencionado na Nota 46, a Portugal Telecom contratou um equity swaps sobre acções da PT Multimedia, cuja data de liquidação é 6 de Maio de 2003.

Fair value dos instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2002, o fair value dos instrumentos financeiros e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de euros):

	Valor contabilístico	Fair value
Instrumentos financeiros relacionados com cobertura de risco:		
Taxa de juro	(0,7)	(39,7)
Taxa de juro e taxa de câmbio	349,6	58,1
Equity swaps:		
Acções próprias	(5,6)	(34,2)
Outros	(98,1)	(80,8)

61. PLANOS DE INCENTIVOS

Em 30 de Junho de 2002 existiam os seguintes planos de incentivos:

(a) Em 21 de Abril de 1998, a Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom aprovou a criação de um plano de incentivos para Administradores e quadros da Portugal Telecom e de empresas participadas, constituído por opções de compra de acções da Portugal Telecom a atribuir num período de cinco anos. Nos termos do referido plano, os seus beneficiários têm a opção de adquirir, no seu conjunto, um total de 2 927 725 acções, ao preço de 9,39 euros por acção.

O plano estabeleceu que as opções poderiam ser exercidas em períodos de três meses iniciados nas datas definidas no plano, como segue:

	percentagem
8 de Junho de 2000	10%
8 de Junho de 2001	20%
8 de Junho de 2002	30%
8 de Junho de 2003	40%

As opções que não forem exercidas dentro dos prazos acima indicados, poderão ainda sê-lo numa única ocasião, num período de três meses a iniciar após a última data de exercício definida no plano, isto é, em 8 de Junho de 2003.

Para cobrir o risco associado a variações da cotação das acções prometidas vender ao preço definido no plano de incentivos, a Portugal Telecom efectuou operações de cobertura (hedging)

desse risco. O custo anual destas operações está a ser reconhecido durante o período de vigência do plano, correspondendo ao diferencial entre o valor médio unitário das acções da Portugal Telecom, fixado nas operações de hedging supra mencionadas, e o valor de exercício das opções fixado no plano, acrescido do custo anual de hedging, atendendo ao faseamento das opções e à repartição dos encargos pelo período do plano (Nota 23 t)). Para fazer face a estas responsabilidades, o grupo tem registada uma provisão de 5 170 053 euros em 30 de Junho de 2002 (Nota 46).

(b) Em 27 de Setembro de 1999, a Assembleia Geral Extraordinária da Portugal Telecom aprovou a criação e implementação de um novo plano de opções de compra de acções da Portugal Telecom, que abrange titulares do Conselho de Administração e quadros superiores de empresas do grupo. Este novo plano, que permite a distribuição de até 6 120 mil acções e de opções de compra de acções ao preço de exercício de 11,38 euros, é de concretização faseada durante um período de três anos, desde 27 de Abril de 2000. Durante o primeiro semestre de 2002, foram entregues 884 301 acções, cujo custo (incluindo encargos com as operações de hedging) totaliza 6 357 016 euros. Tendo por base os contratos de adesão já realizados e as operações de hedging efectuadas, em 30 de Junho de 2002 a Portugal Telecom, tem registada uma provisão no montante de 411 329 euros para fazer face às responsabilidades já assumidas (Nota 46).

62. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E POR ÁREA GEOGRÁFICA

Os principais segmentos de negócio do grupo apresentam a seguinte composição no primeiro semestre de 2002 e 2001:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
PT COMUNICAÇÕES		
Prestações de serviços – clientes externos	996 436 530	1 091 350 788
Prestações de serviços – intragrupo	142 787 126	110 937 401
Vendas – clientes externos	12 117 900	17 696 003
Vendas – intragrupo	166 395	65 173
Proveitos suplementares – clientes externos	8 238 081	11 189 149
Proveitos suplementares – intragrupo	17 443 501	15 524 559
Receitas de exploração	1 177 189 533	1 246 763 073
Outros proveitos operacionais	37 909 495	56 967 361
Total de proveitos operacionais	1 215 099 028	1 303 730 434
Custo das existências vendidas e consumidas	(46 791 027)	(67 812 537)
Custos de telecomunicações	(236 934 483)	(276 369 500)
Outros subcontratos	(96 695 375)	(106 646 971)
Conservação e reparação	(31 800 809)	(29 315 675)
Publicidade e propaganda	(8 996 665)	(11 613 522)
Trabalhos especializados	(24 255 059)	(24 555 312)
Outros fornecimentos e serviços	(37 484 815)	(34 002 308)
Custos com pessoal	(239 395 473)	(224 293 894)
Amortizações	(196 910 792)	(220 793 057)
Provisões	(13 391 294)	(6 635 674)
Impostos	(4 892 997)	(4 433 825)
Outros custos e perdas operacionais	(9 817 326)	(11 515 807)
Total de custos operacionais	(947 366 115)	(1 017 988 082)
Resultado operacional	267 732 913	285 742 352
Custos financeiros	(20 713 509)	(25 506 978)
Proveitos financeiros	13 663 600	15 517 987
Resultado antes de itens extraordinários e impostos	260 683 004	275 753 361
Resultados extraordinários	12 566 032	14 218 670
Resultado antes de impostos	273 249 036	289 972 031
Imposto sobre o rendimento	(87 199 046)	(85 099 454)
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	186 049 990	204 872 577

No primeiro semestre de 2002, o EBITDA (resultado operacional mais amortizações) do segmento atingiu o montante de 464 643 705 euros, o que compara com 506 535 409 euros no período homólogo de 2001.

Os resultados deste segmento de negócio incorporam estimativas de encargos com o programa de redução de efectivos no montante de 17 864 050 euros e 16 529 868 euros, respectivamente, nos primeiros semestres de 2002 e 2001.

valores expressos em euros

	2002	2001
PT PRIME		
Prestações de serviços – clientes externos	117 263 409	97 948 664
Prestações de serviços – intragrupo	30 952 279	24 427 979
Vendas – clientes externos	3 030 733	4 556 235
Vendas – intragrupo	19 829	4 045
Proveitos suplementares – clientes externos	133 508	500 055
Proveitos suplementares – intragrupo	84 148	511 032
Receitas de exploração	151 483 906	127 948 010
Variação da produção	–	(1 051 449)
Outros proveitos operacionais	698 794	958 889
Total de proveitos operacionais	152 182 700	127 855 450
Custo das existências vendidas e consumidas	(3 138 061)	(2 286 722)
Custo de telecomunicações	(84 001 609)	(62 814 868)
Outros subcontratos	(9 403 791)	(8 099 780)
Conservação e reparação	(7 264 549)	(4 487 091)
Publicidade e propaganda	(1 551 840)	(3 586 941)
Trabalhos especializados	(3 537 974)	(3 133 498)
Outros fornecimentos e serviços	(6 154 848)	(6 048 353)
Custos com pessoal	(22 351 387)	(15 887 836)
Amortizações	(15 852 205)	(12 701 608)
Provisãoes	(2 186 002)	(1 403 702)
Impostos	(790 751)	(1 027 868)
Outros custos operacionais	(277 972)	(248 657)
Total de custos operacionais	(156 510 989)	(121 726 924)
Resultado operacional	(4 328 289)	6 128 526
Custos financeiros	(27 654 904)	(11 038 821)
Proveitos financeiros	2 048 704	7 349 597
Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	(29 934 489)	2 439 302
Resultados extraordinários	349 062	(14 908)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	(29 585 427)	2 424 394
Imposto sobre o rendimento	(173 673)	(2 818 489)
Interesses minoritários	1 117 384	195 040
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(28 641 716)	(199 055)

No primeiro semestre de 2002, o EBITDA (resultado operacional mais amortizações) do segmento atingiu o montante de 11 523 916 euros, o que compara com 18 830 134 euros no período homólogo de 2001.

	valores expressos em euros	
	2002	2001
TMN		
Prestações de serviços – clientes externos	546 269 923	457 365 025
Prestações de serviços – intragrupo	99 350 051	103 314 063
Vendas – clientes externos	59 074 107	74 821 738
Vendas – intragrupo	4 133 992	5 336 290
Proveitos suplementares – clientes externos	8 884 221	1 029 673
Proveitos suplementares – intragrupo	452 031	322 004
Receitas de exploração	718 164 325	642 188 793
Outros proveitos operacionais	2 793 996	2 586 852
Total de proveitos operacionais	720 958 321	644 775 645
Custo das existências vendidas e consumidas	(77 558 976)	(106 194 053)
Custo de telecomunicações	(169 325 928)	(136 157 191)
Outros subcontratos	(1 448 887)	(545 146)
Conservação e reparação	(18 785 274)	(15 082 910)
Publicidade e propaganda	(9 858 609)	(8 454 594)
Trabalhos especializados	(25 637 127)	(21 567 961)
Outros fornecimentos e serviços	(65 680 045)	(71 570 899)
Custos com pessoal	(25 794 510)	(22 901 965)
Amortizações	(83 958 836)	(84 484 374)
Provisões	(28 335 726)	(15 175 215)
Impostos	(14 293 209)	(12 921 487)
Outros custos operacionais	(1 660 491)	(1 399 338)
Total de custos operacionais	(522 337 618)	(496 455 133)
Resultado operacional	198 620 703	148 320 512
Custos financeiros	(5 465 391)	(7 013 470)
Proveitos financeiros	1 999 691	820 904
Resultado antes de itens extraordinários e impostos	195 155 003	142 127 946
Resultados extraordinários	7 210 686	5 450 898
Resultado antes de impostos	202 365 689	147 578 844
Imposto sobre o rendimento	(66 889 413)	(53 391 609)
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	135 476 276	94 187 235

No primeiro semestre de 2002, o EBITDA (resultado operacional mais amortizações mais provisão para depreciação de telemóveis) do segmento atingiu o montante de 284 391 120 euros, o que compara com 235 131 671 euros no período homólogo de 2001.

valores expressos em euros

TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES	2002	2001
Prestações de serviços – clientes externos	638 270 827	604 783 933
Prestações de serviços – intragrupo	302 292	218 934
Vendas – clientes externos	95 781 942	115 402 992
Receitas de exploração e total de proveitos operacionais	734 355 061	720 405 859
 Custo das existências vendidas e consumidas	(112 750 485)	(141 130 906)
Custo de telecomunicações	(70 874 368)	(82 612 033)
Outros subcontratos	(15 247 773)	(21 938 393)
Conservação e reparação	(1 326 026)	(2 380 581)
Publicidade e propaganda	(14 597 555)	(24 893 974)
Trabalhos especializados	(53 060 301)	(51 452 566)
Outros fornecimentos e serviços	(69 142 926)	(74 744 493)
Custos com pessoal	(36 890 216)	(30 247 926)
Amortizações	(143 950 941)	(133 128 276)
Provisões	(37 919 446)	(30 998 672)
Impostos	(22 757 351)	(19 309 312)
Outros custos operacionais	(150 260)	(1 360 600)
Total de custos operacionais	(578 667 648)	(614 197 732)
 Resultado operacional	155 687 413	106 208 127
Custos financeiros ^(a)	(271 795 513)	(325 650 890)
Proveitos financeiros	48 080 685	117 186 112
 Resultado antes de itens extraordinários e impostos	(68 027 415)	(102 256 651)
Resultados extraordinários	(4 473 836)	(12 447 521)
 Resultado antes de impostos	(72 501 251)	(114 704 172)
Imposto sobre o rendimento	(22 024 041)	
 RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(94 525 292)	(114 704 172)

^(a) No primeiro semestre de 2002, a rubrica de custos financeiros inclui os seguintes montantes: (i) 100 980 822 euros relativos à aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização do investimento financeiro na Global Telecom; (ii) de 63 295 971 euros relativos a variações cambiais negativas apuradas pela Telesp Celular nos empréstimos obtidos; e (iii) 77 615 660 euros relativos a juros suportados.

No primeiro semestre de 2002, o EBITDA (resultado operacional mais amortizações) do segmento atingiu o montante de 299 638 354 euros, o que compara com 239 336 403 euros no período homólogo de 2001.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos primeiros semestres de 2002 e 2001 ascende a valores negativos de 55 548 868 euros e de 67 407 219 euros, respectivamente.

	valores expressos em euros	
	2002	2001
PT MULTIMEDIA		
Prestações de serviços – clientes externos	241 351 512	200 700 811
Prestações de serviços – intragrupo	22 367 452	13 480 960
Vendas – clientes externos	63 875 593	70 516 081
Vendas – intragrupo	5 250	33 841
Proveitos suplementares – clientes externos	6 724 983	3 874 059
Proveitos suplementares – intragrupo	2 233 197	29 539
Receitas de exploração	336 557 987	288 635 291
Outros proveitos operacionais	2 066 383	4 224 929
Total de proveitos operacionais	338 624 370	292 860 220
Custo das existências vendidas e consumidas	(37 174 652)	(46 506 975)
Custo de telecomunicações	(28 311 670)	(16 897 746)
Outros subcontratos	(103 382 664)	(81 597 904)
Conservação e reparação	(4 337 967)	(2 618 255)
Publicidade e propaganda	(17 592 312)	(19 568 190)
Trabalhos especializados	(16 591 527)	(17 061 083)
Outros fornecimentos e serviços	(38 817 145)	(33 308 891)
Custos com pessoal	(52 556 546)	(51 164 136)
Amortizações	(39 962 913)	(32 442 702)
Provisões	(4 848 714)	(3 800 995)
Impostos	(1 419 916)	(1 576 779)
Outros custos operacionais	(776 466)	(590 545)
Total de custos operacionais	(345 772 492)	(307 134 201)
Resultado operacional	(7 148 122)	(14 273 981)
Custos financeiros	(70 577 921)	(46 501 059)
Proveitos financeiros	10 381 804	4 525 123
Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	(67 344 239)	(56 249 917)
Resultados extraordinários	(7 630 939)	(33 467)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	(74 975 178)	(56 283 384)
Imposto sobre o rendimento	(2 798 249)	(2 628 667)
Interesses minoritários	(121 266)	7 011 286
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(77 894 693)	(51 900 765)

No primeiro semestre de 2002, o EBITDA (resultado operacional mais amortizações) do segmento atingiu o montante de 32 814 791 euros, o que compara com um EBITDA de 18 168 721 euros no período homólogo de 2001.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual no primeiro semestre de 2002 e 2001 ascende a valores negativos de 35 794 886 euros e 17 897 373 euros, respectivamente. Os interesses minoritários constantes da demonstração deste segmento de negócio representam a parte do resultado líquido do segmento que respeita aos accionistas minoritários em empresas subsidiárias da PT Multimedia.

63. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A introdução pela Portugal Telecom, a partir de Fevereiro de 1998, dos novos preços para o serviço fixo de telefone, os quais foram subsequentemente aprovados pelo ICP – Instituto das Comunicações de Portugal (actual ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações) e pela Direcção-Geral de Concorrência e Preços, suscitou por parte da DECO – Associação de Defesa do Consumidor (“DECO”) o desencadear das seguintes acções judiciais:

a) Acção popular, apresentada em Janeiro de 1998, em que se pede a declaração de nulidade da proposta de preços para 1998 e a condenação da Portugal Telecom na restituição de todas as importâncias cobradas a mais pela aplicação dos novos preços, desde a data da entrada em vigor do novo tarifário até à decisão da causa, acrescida dos respectivos juros moratórios. Esta acção judicial encontra-se a aguardar marcação, pelo Tribunal, de audiência de julgamento.

b) Acção inibitória, apresentada em Janeiro de 1998, na qual se pede que o ICP se abstivesse de aprovar a proposta de preços para 1998 e a Portugal Telecom fosse impedida de a aplicar, bem como se pede a condenação da Portugal Telecom no pagamento de uma sanção pecuniária compulsória não inferior a 4 988 euros por cada dia de aplicação dos novos preços. Os termos desta acção judicial encontram-se suspensos até decisão final, com trânsito em julgado, da acção popular referida na alínea a) supra.

c) Acção inibitória, apresentada em Setembro de 1999, na qual se pede que o ICP se abstivesse de aprovar a proposta de preços para 1999 e a Portugal Telecom fosse impedida de a aplicar. Em primeira instância o Tribunal concluiu pela ilegalidade do novo tarifário e condenou a Portugal Telecom “a restituir aos assinantes os valores cobrados a título de taxa de activação durante o ano de 1999” e a publicitar a decisão. A Portugal Telecom não se conformando com tal decisão, a qual considera ilegal, interpôs através da PT Comunicações (empresa que detém este processo, após a cisão da actividade operacional da Portugal Telecom e constituição da PT Comunicações), em 7 de Janeiro de 2002, recurso de tal decisão condenatória. Foram apresentadas alegações de recurso em 7 de Março de 2002, que aguardam decisão.

A Portugal Telecom continua a acreditar que as acções intentadas pela DECO não têm fundamento e que a posição assumida

por si e pela ANACOM, na qual se defende que os tarifários em causa estão de acordo com a Convenção dos Preços, com as leis portuguesas e comunitárias aplicáveis e visam a correcção de desequilíbrios tarifários entre os preços e os custos do serviço fixo de telefone, em obediência ao princípio da orientação dos preços para os custos, virá a ser acolhida pelos tribunais.

64. CLIENTES, CONTA CORRENTE

O valor a receber de clientes inclui um montante de 92 565 365 euros, que corresponde à dívida da RTP – Radiotelevisão Portuguesa, S.A. (“RTP”), a regularizar de acordo com o seguinte plano de amortização:

valores expressos em euros	
Segundo semestre 2002	51 745 710
Primeiro semestre 2003	6 234 974
Segundo semestre 2003	6 234 974
2004	12 469 948
2005	15 879 759
	92 565 365

65. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração de Resultados por Funções (“DRF”) foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica “Vendas e prestações de serviços” da DRF não coincide com o somatório das rubricas “Vendas” e “Prestações de serviços” da Demonstração de Resultados por Naturezas (“DRN”), dado terem sido incluídas naquela rubrica as Correcções Favoráveis de Exercícios Anteriores relativas a vendas e prestações de serviços, classificadas na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- b) Na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da DRF encontram-se considerados, para além dos montantes provenientes da rubrica com a mesma designação da DRN, valores classificados na rubrica “Proveitos suplementares” na DRN e, ainda, valores registados em “Outros ganhos não especificados” e “Outras correcções de exercícios anteriores”, classificados na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- c) Na rubrica “Outros custos e perdas operacionais” da DRF foram englobados valores contabilizados em diversas contas de custos da DRN, inclusive algumas contas de custos extraordinários; deduzem a estes custos os proveitos registados na rubrica “Subsídios à exploração” e em “Outros proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.

d) Determinadas naturezas de custos, nomeadamente, electricidade, água, rendas e alugueres, seguros, conservação e reparação, limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança, combustíveis, aluguer de viaturas, publicidade e pessoal, foram agrupadas e repartidas por várias áreas de actividade, de acordo com critérios definidos pelo grupo.

e) A rubrica “Custo líquido de financiamento” da DRF distingue-se dos resultados financeiros apresentados na DRN, uma vez que não inclui os “Ganhos e perdas em empresas associadas e outras não consolidadas”, e os “Rendimentos de participações de capital”.

f) A rubrica “Ganhos/perdas em filiais e associadas” da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

	valores expressos em euros
Ganhos em filiais e associadas:	
Ganhos decorrentes da alienação de capital da:	
Telefónica	30 519 163
Deltapress	5 403 370
Outras empresas	757 938
Ganhos em empresas associadas e outras não consolidadas:	
CTM	7 891 167
Unitel	1 416 046
Outras empresas	2 303 855
Rendimentos de participações de capital	1 100 983
	49 392 522
Perdas em filiais e associadas:	
Perdas em empresas associadas e outras não consolidadas:	
Global Telecom	(100 980 822)
Médi Télécom	(29 813 794)
BUS	(6 873 230)
Porto TV	(2 977 000)
Grupo Lusomundo	(2 816 300)
Sport TV	(2 211 763)
Sportinveste	(2 038 169)
Idealyse	(1 931 780)
Best-Banco	(1 599 700)
Outras empresas	(5 113 057)
Amortização de goodwill:	
Investimento na Telesp Celular	(19 266 492)
Investimentos no Grupo Lusomundo	(15 847 220)
Investimentos em outras participações	(41 186 477)
Menos-valias na alienação de outros investimentos financeiros	(250 943)
	(232 906 747)
Ganhos e perdas em filiais e associadas não consolidadas, líquidos	(183 514 225)

g) A rubrica “Resultados não usuais ou não frequentes” da DRF inclui custos com pensões e cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, relacionados com as pré-reformas e com as reformas antecipadas ocorridas durante o primeiro semestre de 2002, bem como com encargos com reestruturação, tendo a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Pensões	15 746 510
Saúde	813 580
Rescisões de contratos de trabalho	1 303 960
Reestruturação	(120 652)
	17 743 398

h) A rubrica “Impostos sobre os resultados correntes” da DRF para o primeiro semestre de 2002, tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Estimativa de imposto sobre o rendimento na DRN	194 097 271
Excesso de estimativa de IRC de 2001	(7 244 187)
	186 853 084

66. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Aquisição/constituição de participações financeiras:	
PT Multimedia.com	
Mobitel	8 113 738
Vasp	4 505 046
Clipanúncios	3 511 527
Lusomundo	337 851
Someios SGPS	181 291
Rádio Comercial dos Açores	125 000
Megamédia	20 192
Outros	346 558
	1 347 360
	18 488 563
Realização de capital subscrito em participadas:	
Banco Best	3 596 520
Sport TV	1 668 664
SGPICE	999 997
Academia Global Brasil	236 089
	6 501 270
Aumentos de capital em participadas:	
BES	7 700 000
Pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos:	
Global Telecom	107 000 000
BUS	18 117 010
Sport TV	3 000 000
Porto TV	1 200 000
Marconi France	750 000
Marconi Suisse	306 882
Outros pagamentos	342 775
	130 716 667
	163 406 500

b) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Recebimentos provenientes de investimentos financeiros”, tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Alienação de partes de capital:	
Telefónica	181 740 776
Delta Press	3 174 833
Mascom	2 212 503
Megamédia	1 536 766
	188 664 878

c) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Papel comercial e outros empréstimos bancários	4 802 769 877
Fixed/Floating rate notes	409 168 052
	5 211 937 929

d) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos”, no montante de 5 360 446 757 euros refere-se essencialmente a papel comercial e outros empréstimos bancários.

e) A discriminação de caixa e seus equivalentes em 30 de Junho de 2002 e 2001 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

	valores expressos em euros		
	2002	30 de Junho 2001	31 de Dezembro 2001
Disponibilidades constantes do balanço:			
Numerário	10 631 192	3 646 681	4 269 190
Depósitos bancários	575 929 818	667 530 215	513 177 067
Outros títulos negociáveis	409 799 875	1 123 003	600 496 303
Outras aplicações de tesouraria	316 647 337	225 687 393	173 530 398
	1 313 008 222	897 987 292	1 291 472 958
Descobertos bancários (Nota 34)	(14 679 194)	(20 814 594)	(66 422 727)
Caixa e seus equivalentes	1 298 329 028	877 172 698	1 225 050 231

O saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2001 difere do saldo inicial que consta da demonstração de fluxos de caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2002, em virtude do perímetro de consolidação ter sido alterado, como segue:

valores expressos em euros	
Saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2001	1 225 050 231
Alteração no perímetro de consolidação	383 028
Saldo de caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 2002	1 225 433 259

f) Outras informações relevantes:

A rubrica “Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias” inclui essencialmente o recebimento pela TMN de um montante de 30 585 676 euros relacionado com uma operação de cross-border lease.

A rubrica “Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias” inclui essencialmente o pagamento efectuado pela Marconi de um montante de 5 500 mil euros, referente à contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões Regulamentares.

g) No primeiro semestre de 2002, a rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L.	12 392 005
Páginas Amarelas, S.A.	3 838 000
BES	1 052 800
Hungaro Digitel KFT	409 704
Regiforum	75 000
Outras	113 216
	17 880 725

67. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 9 de Setembro de 2002 concluiu-se o processo de aumento de capital da Telesp Celular Participações que gerou um encaixe de 2 403 milhões reais brasileiros. Nesta operação a Portugal Telecom subscreveu um total de 247 224 milhões de acções ordinárias e 326 831 milhões de acções preferenciais, equivalente a 80,5% do total de novas acções emitidas. A Portugal Telecom passou assim a deter 383 442 milhões de acções ordinárias (93,7% dos direitos de voto) e 379 616 milhões de acções preferenciais (49,8% do total de acções preferenciais), aumentando o interesse económico do grupo na Telesp Celular Participações de 41,23% para 65,12%.

Na sequência deste aumento de capital, a Telesp Celular Participações efectuou um adiantamento à sua participada Global Telecom para um futuro aumento de capital de 2 310 milhões de reais brasileiros, que permitiu a esta empresa participada reembolsar empréstimos concedidos pelo grupo, e respectivos juros, no montante total aproximado de 800 milhões de euros.

Em consequência, a subscrição dos minoritários no aumento de capital da Telesp Celular Participações permitiu reduzir a dívida líquida consolidada do grupo em aproximadamente 176 milhões de euros.

BALANÇOS CONSOLIDADOS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

[Formato Internacional]

em 30 de Junho de 2002 e 2001 e 31 de Dezembro de 2001

valores expressos em euros

		30 de Junho	31 de Dezembro
	2002	2001	2001
Activo circulante:			
Depósitos bancários e caixa	586 561 010	671 176 896	517 446 257
Títulos negociáveis	726 447 212	226 810 396	774 026 701
Dívidas de terceiros:			
Clientes	1 137 445 484	1 014 863 882	1 105 155 002
Outras dívidas de terceiros:			
Outros devedores	307 460 329	543 052 930	372 398 897
Empresas associadas	32 221 812	7 663 409	19 197 346
Existencias	126 567 641	150 697 823	132 001 128
Impostos diferidos de curto prazo	483 073 373	–	589 579 495
Custos diferidos	137 672 821	149 268 690	118 338 096
Total do activo circulante	<u>3 537 449 682</u>	<u>2 763 534 026</u>	<u>3 628 142 922</u>
Investimentos financeiros, líquidos			
Imobilizações corpóreas, líquidos	1 785 642 013	1 376 102 260	2 000 267 381
Custos diferidos – benefícios de reforma	4 901 114 142	5 421 868 680	5 491 278 447
Imobilizações incorpóreas, líquidos	732 851 708	480 299 169	761 854 381
Impostos diferidos de médio e longo prazo	4 383 466 630	4 828 833 616	4 934 428 060
Outros activos de médio e longo prazo	356 304 127	–	500 531 532
Total do activo	<u>273 486 284</u>	<u>138 587 994</u>	<u>319 752 527</u>
<u>15 970 314 586</u>	<u>15 009 225 745</u>	<u>17 636 255 250</u>	
Passivo circulante:			
Empréstimos de curto prazo	1 067 213 891	1 616 802 949	1 319 290 673
Dívidas a terceiros:			
Fornecedores	493 388 992	462 119 084	546 687 890
Empresas associadas	8 862 803	13 916 456	13 148 026
Outras dívidas a terceiros:			
Outros credores	517 327 029	764 232 399	586 643 635
Empresas associadas	5 268 180	1 726 704	701 796
Acréscimos de custos	481 929 024	343 605 076	471 123 380
Estado e outros entes públicos	160 853 984	221 504 878	153 576 386
Impostos diferidos de curto prazo	617 322 310	–	43 367 887
Proveitos diferidos	196 128 304	103 526 979	105 497 634
Total do passivo circulante	<u>3 548 294 517</u>	<u>3 527 434 525</u>	<u>3 240 037 307</u>
Empréstimos de médio e longo prazo	5 007 795 594	4 085 105 070	5 428 297 757
Provisões para benefícios de reforma	1 806 385 861	1 439 025 390	1 810 043 795
Proveitos diferidos – subsídios	65 051 485	84 451 947	63 110 928
Proveitos diferidos – benefícios de reforma	18 722 046	25 048 134	22 954 766
Impostos diferidos de médio e longo prazo	10 794 807	–	577 331 617
Outros passivos de médio e longo prazo	1 200 577 341	271 026 371	607 741 931
Total do Passivo	<u>11 657 621 651</u>	<u>9 432 091 437</u>	<u>11 749 518 101</u>
Interesses minoritários			
	<u>827 451 073</u>	<u>967 668 546</u>	<u>1 219 954 042</u>
Capital próprio:			
Capital	1 254 285 000	1 254 285 000	1 254 285 000
Prémios de emissão de acções	2 149 565 000	2 149 565 000	2 149 565 000
Acções próprias	(1 079 089)	(8 285 636)	–
Reserva legal	144 184 287	128 814 507	128 814 507
Outras reservas e resultados transitados	1 436 782 874	1 772 419 476	1 771 676 915
Ajustamentos de conversão cambial	(1 701 011 196)	(887 367 598)	(944 948 774)
Resultado consolidado líquido do semestre/exercício	202 514 986	200 035 013	307 390 459
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	<u>3 485 241 862</u>	<u>4 609 465 762</u>	<u>4 666 783 107</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO	<u>15 970 314 586</u>	<u>15 009 225 745</u>	<u>17 636 255 250</u>

valores expressos em euros

	30 de Junho	
	2002	2001
Proveitos operacionais:		
Prestações de serviços	2 545 041 376	2 448 670 584
Vendas de mercadorias e produtos	238 005 704	294 065 447
Publicidade em listas	69 564 758	67 558 883
Total de proveitos operacionais	2 852 611 838	2 810 294 914
Custos operacionais:		
Custos com remunerações e outros encargos com o pessoal	348 956 904	324 073 094
Custos com benefícios de reforma	91 439 590	69 304 815
Custos de telecomunicações	329 809 762	348 581 289
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	497 827 185	505 171 696
Subsídios	(15 291 931)	(18 081 918)
Conservação e reparação	67 587 851	55 852 496
Trabalhos para a própria empresa	(59 263 560)	(76 949 656)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	51 422 056	67 874 343
Custo das mercadorias vendidas	227 794 617	299 106 450
Custos com publicidade em listas	46 215 608	44 743 049
Publicidade e propaganda	55 151 382	70 589 280
Renda da concessão	9 024 707	11 428 083
Outros fornecimentos e serviços externos	467 115 724	478 963 149
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	90 862 917	42 759 460
Outros custos e proveitos operacionais	(20 986 101)	(15 198 477)
Impostos	40 256 337	51 193 339
Total de custos operacionais	2 227 923 048	2 259 410 492
Resultado operacional	624 688 790	550 884 422
Outros custos/(proveitos) não operacionais:		
Juros suportados	224 590 268	234 370 313
Amortização de goodwill	76 300 189	78 672 083
Outros custos financeiros	210 854 095	334 568 312
Juros obtidos	(143 379 039)	(89 389 530)
Outros proveitos financeiros	(191 630 001)	(124 839 423)
Perdas/(ganhos) na alienação de imobilizações corpóreas	(1 855 879)	(1 535 519)
Perdas/(ganhos) em empresas do grupo e associadas	144 744 547	171 050 793
Custos extraordinários com o programa de redução de efectivos	17 864 050	16 529 868
Outros custos/(proveitos) não operacionais	20 144 732	12 660 708
Perdas/(ganhos) na alienação de investimentos financeiros	(36 429 529)	(316 339 173)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	303 485 357	235 135 990
Imposto sobre o rendimento	(186 853 084)	(98 613 337)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	116 632 273	136 522 653
Interesses minoritários	85 882 713	63 512 360
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO	202 514 986	200 035 013
RESULTADO LÍQUIDO POR ACÇÃO	0,16	0,16

PARTICIPAÇÕES NOS TERMOS DO ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 30 de Junho de 2002:

Conselho de Administração

- > Francisco Luís Murteira Nabo, Presidente do Conselho de Administração, é titular de 30 736 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 193 499 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. O cônjuge é titular de 747 acções da PT.
- > Miguel António Igrejas Horta e Costa, Administrador, é titular de 23 295 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 154 799 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa.
- > Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63 011 acções da PT e de 44 598 acções da PT Multimedia e tem o direito de adquirir à PT 154 799 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em 5/02/02 adquiriu 62 600 acções da PT por 538 360 euros. O cônjuge é titular de 75 acções da PT.
- > Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz, Administrador, é titular de 13 549 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 39 262 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. O cônjuge é titular de 236 acções da PT.
- > Iriarte José de Araújo Esteves, Administrador, é titular de 5 582 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 154 799 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa.
- > Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, tendo o direito de adquirir à PT 154 799 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa.
- > Victor Manuel Pereira Dias, Administrador, e cônjuge são titulares de 26 583 acções da PT. Em 24/01/02 alienou

437 acções da PT Multimedia por 3 063 euros. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 3 562 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa.

- > Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, Administrador, e cônjuge são titulares de 26 022 acções da PT e de 237 acções da PT Multimedia. No âmbito da oferta potestativa lançada pela PT Multimedia sobre as acções da PT Multimedia.com, em Abril de 2002, alienou 1 acção da PT Multimedia.com por 1,93 euros. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 3 562 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa.
- > Carlos Alberto de Oliveira Cruz, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Em 2/04/02 alienou 236 acções da PT por 2 030 euros.
- > João Manuel de Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13 308 acções da PT. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 3 562 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa.
- > Fernando Maria Costa Duarte Ulrich, Administrador, é titular de 265 acções da PT. O cônjuge é titular de 265 acções da PT.
- > António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9 008 acções da PT e de 795 acções da PT Multimedia. O cônjuge é titular de 1 817 acções da PT e de 40 acções da PT Multimedia.
- > Joaquim Aníbal Freixial de Goês, Administrador, é titular de 2 437 acções da PT e de 75 acções da PT Multimedia.
- > Luís Augusto da Silva, Administrador, é titular, através da sociedade Cinveste, SGPS, S.A., na qual é detentor de 60% do capital, de 28 712 500 acções da PT. Em 7/06/2002 adquiriu 212 500 acções da PT por 1 497 330 euros.
- > Israel Vainboim, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- > Fernando Abril-Martorell, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- > Jorge Humberto Correia Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- > Patrick Monteiro de Barros, Administrador, é titular, através da sociedade Telexpress Investments, Limited, na qual é Presidente do Conselho de Administração, de 23 milhões de acções da PT.

> Jorge Maria Bleck, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Conselho Fiscal

> Manuel Cabeçadas Athayde Ferreira, presidente do Conselho Fiscal, é titular de 2 943 acções da PT.

> José António Cordeiro Baptista, vogal do Conselho Fiscal, é titular de 3 389 acções da PT.

> Mário João de Matos Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM (com a redacção dada pelo Regulamento n.º 24/2000), presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT à data de 30 de Junho de 2002:

> A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 46 941 037 acções da PT, representando uma participação de 3,7% do capital social e dos direitos de voto. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7 994 250 e 5 329 500 acções da PT, equivalente a participações de 0,6% e 0,4% do capital social, a que corresponde idêntica percentagem de direitos de voto. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 4,8%.

> O grupo Caixa Geral de Depósitos (“CGD”) detém directa e indirectamente 4,7% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	52 333 139
Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.	126 594
Companhia de Seguros Mundial Confiança, S.A.	6 253 098
Caixa – Banco de Investimento, S.A.	8 015
TOTAL	58 720 846

> A Brandes Investments Partners, I.P. detém indirectamente através dos seus clientes um total de 68 833 640 acções da PT, equivalente a uma participação de aproximadamente 5,5% do capital social e dos direitos de voto.

> O grupo Banco Português de Investimento (BPI) detém directa e indirectamente 3% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BPI calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Banco Português de Investimento, S.A.	375 419
BPI SGPS, S.A.	20 743 391
Banco BPI, S.A.	4 223
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	12 949 844
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	2 450 101
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	40 020
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	314 088
Clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	178 423
TOTAL	37 055 509

> A Cinveste, SGPS, S.A. detém um total de 28 712 500 acções da PT, correspondente a 2,3% do capital social e dos direitos de voto.

O grupo Banco Espírito Santo (“BES”) detém directa e indirectamente, à data de 6 de Setembro de 2002, 9,4% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Banco Espírito Santo, S.A.	33 656 717
Membros da Administração e Fiscalização do BES	146 516
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	27 891 016
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	21 904 252
Acções que o BES pode adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares	11 169 000
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	22 636 128
TOTAL	117 403 629

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias (“Portugal Telecom”) para o primeiro semestre de 2002, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2002 (que evidencia um total de balanço de 15 970 314 586 euros e um total de capital próprio de 3 485 241 862 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do semestre de 202 514 986 euros), as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daque-las demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação

uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom em 30 de Junho de 2002, e o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto no que respeita às alterações de políticas contabilísticas descritas na Nota 43 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, que foram adoptadas pela empresa e pelas suas empresas participadas no final do exercício de 2001 e com as quais concordámos, foram aplicados de uma forma consistente em relação ao semestre homólogo do exercício anterior.

Ênfases

7. Sem afectar a nossa opinião sem reservas expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

(a) No decurso do primeiro semestre de 2002, o capital próprio foi reduzido em cerca de 756 milhões de Euros, devido a variações cambiais negativas apuradas na conversão cambial quer de demonstrações financeiras de empresas participadas localizadas no estrangeiro quer de empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas (Nota 54).

(b) A nossa Certificação Legal das Contas relativa ao exame das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2001, datada de 13 de Março de 2002, continha uma reserva por limitação de âmbito relacionada com as avaliações da recuperabilidade do goodwill relativo ao investimento financeiro na Telesp Celular Participações, S.A. (“TCP”), que se encontravam em curso. Conforme explicado na Nota Introdutória do Anexo,

na sequência do desenvolvimento deste processo, no primeiro semestre de 2002 a Portugal Telecom apurou um impairment do seu investimento na TCP no montante de 1 500 milhões de euros, o qual, deduzido do efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios móveis que está em curso, foi reconhecido mediante a constituição de uma provisão de 500 milhões de euros, que, por ser considerada um ajustamento extraordinário e de grande significado às demonstrações finan-

ceiras do exercício de 2001, foi registada por contrapartida de resultados transitados.

Lisboa, 12 de Setembro de 2002



Ascenção, Gomes, Cruz & Associado – SROC,
representada por Mário João de Matos Gomes, ROC

DELOITTE & TOUCHE

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração
de Portugal Telecom, SGPS, S.A.
(Montantes expressos em euros)

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2002, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Telecom. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião, baseada na nossa auditoria, sobre estas demonstrações financeiras consolidadas.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2002, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto

pelo mencionado na Nota 43 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, foram aplicados de uma forma consistente em relação ao semestre homólogo do exercício anterior.

4. Os balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2001 e 30 de Junho de 2001, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2001, apresentados para efeitos comparativos, foram auditados e as opiniões sobre os mesmos foram expressas nos respectivos relatórios datados de 13 de Março de 2002 e 12 de Setembro de 2001. Aquela contém uma reserva e ambas contêm ênfases não aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002.

5. Como referido no parágrafo 4 supra, o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001 contém uma reserva, por limitação de âmbito e relativa à impossibilidade de concluir, por falta de informação, sobre a recuperabilidade do trespasso ("goodwill") apurado na aquisição do investimento financeiro na Telesp Celular Participações, S.A. Atendendo a que a dita informação se tornou entretanto disponível, no semestre findo em 30 de Junho de 2002 a Portugal Telecom apurou uma perda de valor no referido investimento no montante de 1 500 milhões de euros, a qual, deduzida do efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios móveis que está em curso, resultou no registo de uma provisão de 500 milhões de euros, por contrapartida de resultados transitados, por se considerar o valor em questão como extraordinário e de grande significado (Nota 54).

6. Conforme descrito na Nota 54 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002, o capital próprio foi reduzido durante o semestre findo nessa data, em aproximadamente 756 milhões de euros, decorrente de variações cambiais negativas apuradas na conversão cambial quer de demonstrações financeiras de empresas participadas localizadas no estrangeiro, quer de empréstimos de financiamento a estas concedidos.

Lisboa, 11 de Setembro de 2002

Deloitte & Touche

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

(Montantes expressos em euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão consolidado e sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2002 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom”), as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2002, que evidencia um total de 15 970 314 586 euros e capitais próprios de 3 485 241 862 euros, incluindo um resultado líquido de 202 514 986 euros, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Telecom: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2002, os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais,

excepto pelo mencionado na Nota 43 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, foram aplicados de uma forma consistente em relação ao semestre homólogo do exercício anterior, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 supra, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

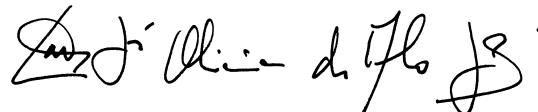
6. Os balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2001 e 30 de Junho de 2001, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2001, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós examinados e as nossas opiniões sobre os mesmos foram expressas nos nossos relatórios datados de 13 de Março de 2002 e 12 de Setembro de 2001. Aquela contém uma reserva e ambas contêm ênfases não aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002.

7. Como referido no parágrafo 6 supra, o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001 contém uma reserva, por limitação de âmbito e relativa à impossibilidade de concluir, por falta de informação, sobre a recuperabilidade do trespasso ("goodwill") apurado na aquisição do investimento financeiro na Telesp

Celular Participações, S.A. Atendendo a que a dita informação se tornou entretanto disponível, no semestre findo em 30 de Junho de 2002 a Portugal Telecom apurou uma perda de valor no referido investimento de 1 500 milhões de euros, a qual, deduzida do efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios móveis que está em curso, resultou no registo de uma provisão de 500 milhões de euros, por contrapartida de resultados transitados, por se considerar o valor em questão como extraordinário e de grande significado (Nota 54).

8. Conforme descrito na Nota 54 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002, o capital próprio foi reduzido, durante o semestre findo nessa data, em aproximadamente 756 milhões de euros, decorrente de variações cambiais negativas apuradas na conversão cambial quer de demonstrações financeiras de empresas participadas localizadas no estrangeiro, quer de empréstimos de financiamento a estas concedidos.

Lisboa, 11 de Setembro de 2002



Freire, Loureiro e Associados – SROC
representada por Carlos Melo Loureiro

Detalhe das Receitas Consolidadas

	em milhões de euros		
	1.º S 2002	1.º S 2001	Δ %
PT Comunicações			
Serviço fixo de telefone	1 008,6	1 109,7	(9,1)
Nacional	771,3	879,1	(12,3)
RECEITAS FIXAS	665,9	773,2	(13,9)
TRÁFEGO	324,7	317,4	2,3
Local	341,2	455,8	(25,2)
Regional	73,8	92,8	(20,4)
Nacional	39,8	52,4	(24,1)
Internet	40,2	48,5	(17,1)
Fixo-móvel	–	46,7	n.s.
Outros	183,0	212,2	(13,7)
Internacional	4,4	3,3	32,1
Serviços a operadores	105,4	105,9	(0,5)
Tráfego	135,8	128,4	5,8
Circuitos	63,8	55,1	15,8
Teledifusão	54,9	56,5	(2,7)
Vendas	17,1	16,9	1,3
Listas telefónicas	12,1	17,7	(31,6)
Outros	69,6	67,6	3,0
	19,8	16,9	17,2
PT Prime			
Comunicação de dados	120,4	102,5	17,4
Banda larga	45,8	39,0	17,4
Circuitos alugados	5,1	5,1	0,0
Voz	25,0	25,0	0,0
Internet	9,2	7,0	31,4
Outsourcing	12,9	8,8	46,6
Vendas e outros	9,8	4,1	139,0
	12,5	13,5	(7,4)
TMN			
Prestação de serviços	605,2	532,2	13,7
Vendas e outros	546,1	457,4	19,4
	59,1	74,8	(21,0)
Telesp Celular			
Prestação de serviços	734,1	720,2	1,9
Vendas e outros	638,3	604,8	5,5
	95,8	115,4	(17,0)
PT Multimedia			
Televisão por subscrição	305,1	270,6	12,7
Internet e portais	166,3	119,6	39,0
Media	10,2	7,7	32,5
Vendas e outros	61,1	67,1	(8,9)
	67,5	76,2	(11,4)
Outros			
TOTAL	79,3	75,1	5,6
	2 852,6	2 810,3	1,5

Dados Operacionais • PT Comunicações

	Unidades	1.º S 2002	1.º S 2001	Δ %
SERVIÇO FIXO DE TELEFONE				
Acessos telefónicos totais ⁽¹⁾	mil	5 874	5 878	(0,1)
Acessos telefónicos principais em serviço ⁽²⁾	mil	4 214	4 344	(3,0)
Acessos telefónicos principais por 100 habitantes	n.º	40,6	42,1	(3,5)
Taxa de churn	%	9,7	7,5	2,2 p.p.
Acessos RDIS equivalentes	mil	829	761	8,9
Taxa de penetração RDIS	%	19,7	17,5	2,2 p.p.
Tráfego total cursado ⁽³⁾ , do qual:	milhões de minutos	10 106	10 455	(3,3)
Retalho		4 371	5 074	(13,9)
Fixo-fixo nacional		3 240	3 933	(17,6)
Fixo-móvel		560	619	(9,5)
Outros		43	8	n.s.
Internacional		529	514	2,8
Saída		200	201	(0,4)
Entrada		329	314	4,8
Tráfego total originado na rede fixa		8 271	8 849	(6,5)
Tráfego originado / acesso / dia	minutos	10,7	11,3	(5,1)
Variação média de preços (cabaz de preços): ⁽⁴⁾	%	(0,3)	(3,0)	2,7 p.p.
Instalação		0,0	0,0	0,0 p.p.
Assinatura		1,0	5,0	(4,0 p.p.)
Tráfego local		0,0	0,0	0,0 p.p.
Tráfego regional		(3,7)	(15,5)	11,8 p.p.
Tráfego nacional		(3,1)	(13,2)	10,1 p.p.
Tráfego internacional		(0,7)	(13,4)	12,7 p.p.

SERVIÇOS A OPERADORES

Tráfego de serviço a operadores ⁽⁵⁾	milhões de minutos	5 735	5 381	6,6
Internet		3 443	3 517	(2,1)
Variação média dos preços	%	(11,9)	(10,3)	(1,6 p.p.)
Originação		(14,5)	(28,4)	13,9 p.p.
Terminação		(13,7)	(29,4)	15,7 p.p.
Circuitos de operadores:				
Número de circuitos	mil	58,1	53,4	8,9
Capacidade (equivalente a 64 kbps)	mil	1 433	1 142	25,5
Digitais	%	98,6	98,2	0,4 p.p.

(1) Inclui postos suplementares exteriores, marcação directa de extensões e múltiplos activos.

(2) Não inclui postos suplementares exteriores, marcação directa de extensões e múltiplos activos.

(3) Tráfego originado, terminado e de passagem na rede fixa.

(4) Contempla o impacto do Pacote Económico.

(5) Tráfego com origem na rede fixa e destino a outros operadores, nacional e internacional, e tráfego móvel terminado e de passagem na rede fixa.

Dados Operacionais • PT Prime

	Unidades	1.º S 2002	1.º S 2001	Δ %
Acessos para comunicação de dados, dos quais:				
Frame relay	mil	35,8	31,1	15,2
Banda larga		10,2	6,7	51,8
Capacidade vendida de Corporate WEB	Mbps	0,7	0,5	41,4
Circuitos de clientes finais:				
Número de circuitos	mil	286,0	175,4	63,0
Capacidade (equivalente a 64 kbps)	mil	21,1	22,8	(7,6)
Digitais	%	112,8	92,9	21,4
		90,9	87,9	3,0 p.p.

Dados Operacionais • TMN

	Unidades	1.º S 2002	1.º S 2001	Δ %
Total de clientes activos em Portugal ⁽¹⁾	mil	8 409	7 204	16,7
Clientes móveis por 100 habitantes	%	81,5	71,9	9,6 p.p.
Total de clientes TMN	mil	4 070	3 347	21,6
Pré-pagos	%	83,1	83,4	(0,3 p.p.)
Terminais Wap	mil	584	363	60,7
Novos clientes TMN	mil	165	408	(59,7)
Pré-pagos	%	70,8	78,8	(8,0 p.p.)
Quota de mercado TMN ⁽¹⁾	%			
Clientes totais		48,4	46,5	1,9 p.p.
Novos clientes		47,1	45,5	1,6 p.p.
Dados (em relação às receitas de serviço)	%	6,4	6,0	0,4 p.p.
ARPU do qual: ⁽²⁾	euros	27,0	29,7	(9,1)
Facturado ao cliente		18,5	19,3	(4,0)
Interconexão		8,5	10,4	(18,4)
CCPU ⁽³⁾	euros	14,5	16,8	(13,5)
SAC ⁽⁴⁾	euros	74,6	84,5	(11,7)
ARPM ⁽⁵⁾	euros/100	20,9	21,8	(4,1)
MOU ⁽⁶⁾	minutos	129,5	136,5	(5,1)

(1) Fonte: Anacom e operadores.

(2) Receita média por cliente.

(3) Cash cost por cliente.

(4) Custo de aquisição de um cliente: custos de agenciamento, 70% dos custos com publicidade e subsidiação de terminais.

(5) Receita média por minuto.

(6) Utilização média mensal.

Dados Operacionais • Telesp Celular

	Unidades	1.º S 2002	1.º S 2001	Δ %
Total de clientes – estado de São Paulo	milhões	8,3	7,6	9,2
Clientes móveis por 100 habitantes	%	22	20	2 p.p.
Total de clientes Telesp Celular	mil	5 521	4 736	16,6
Pré-pagos	%	74,6	68,2	6,4 p.p.
Digitais	%	95,1	89,4	5,7 p.p.
Terminais WAP	mil	2 352	1 414	66,3
Novos clientes Telesp Celular	mil	416	434	(4,1)
Quota de mercado Telesp Celular ⁽¹⁾ :	%			
Clientes totais		67	64	3 p.p.
Novos clientes		90	80	10 p.p.
ARPU ⁽²⁾	reais	44	43	3,0
CCPU ⁽³⁾	reais	21	25	(16,2)
SAC ⁽⁴⁾	reais	97	124	(21,7)
MOU ⁽⁵⁾	minutos	108	116	(7,0)
Pós-pagos		201	162	24,1
Pré-pagos		75	92	(18,2)

(1) Área da Concessão.

(2) Receita média por cliente.

(3) Cash cost por cliente.

(4) Custo de aquisição de um cliente: custos de agenciamento, 70% dos custos com publicidade e subsidiação de terminais.

(5) Utilização média mensal.

Dados Operacionais • Global Telecom

	Unidades	1.º S 2002	1.º S 2001	Δ %
Total de clientes – estados de Paraná e Santa Catarina	milhões	2,6	2,1	23,8
Clientes móveis por 100 habitantes	%	17	14	3 p.p.
Total de clientes Global Telecom	mil	940	628	49,6
Pré-pagos	%	72,1	35,4	36,7 p.p.
Novos clientes Global Telecom	mil	77	165	(53,0)
Pré-pagos	%	100,0	67,9	32,1 p.p.
Quota de mercado Global Telecom ⁽¹⁾ :	%			
Clientes totais		37	29	8 p.p.
Novos clientes		71	57	14 p.p.
ARPU ⁽²⁾	reais	35	46	(24,5)
CCPU ⁽³⁾	reais	26	53	(51,3)
SAC ⁽⁴⁾	reais	108	267	(59,6)
MOU ⁽⁵⁾	minutos	98	138	(29,1)
Pós-pagos		130	145	(10,3)
Pré-pagos		83	117	(29,3)

(1) Área da Concessão.

(2) Receita média por cliente.

(3) Cash cost por cliente.

(4) Custo de aquisição de um cliente: custos de agenciamento, 70% dos custos com publicidade e subsídiação de terminais.

(5) Utilização média mensal.

Dados Operacionais • PT Multimedia

	Unidades	1.º S 2002	1.º S 2001	Δ %
TV POR SUBSCRIÇÃO				
Total de casas passadas	mil	2 344	2 240	4,6
Casas passadas com bidirecionalidade		1 803	1 050	71,7
Clientes do serviço básico, dos quais:	mil	1 231	1 060	16,1
Cabo		974	884	10,2
Satélite		257	176	46,0
Clientes Premium, dos quais:	mil	820	593	38,3
Sport TV		375	275	36,4
Telecine		183	136	34,6
Outros		262	182	43,8
Pay to Basic Ratio ⁽¹⁾	%	66,6	55,9	10,7 p.p.
ARPU ⁽²⁾	euros	21,0	18,6	13,2

INTERNET

Acessos totais, dos quais:	mil	874	593	47,5
Net Cabo		95	38	147,0

PORTAL SAPO (Junho)

Page views por mês	milhões	183,0	103,8	76,3
Visitantes únicos por mês	milhões	2,1	1,6	29,4

LUSOMUNDO

Bilhetes vendidos	milhões	7,5	7,0	7,2
Portugal		4,3	4,2	2,8
Espanha		3,2	2,8	13,8
Audiências:	%			
Jornal de Notícias		10,2	10,6	(0,4 p.p.)
Diário de Notícias		4,3	4,4	(0,1 p.p.)
TSF (quadros médios e superiores)		21,6	19,2	2,4 p.p.

(1) Clientes premium de cabo e satélite/clientes totais.

(2) Receita média por cliente total.

GESTÃO DA PT

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Portugal Telecom

Presidente
Francisco Luís Murteira Nabo

Administradores
Miguel António Igrejas Horta e Costa* (PCE)
Zeinal Bava*
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz*
Iriarte José de Araújo Esteves*
Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes*
Victor Manuel Pereira Dias
Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida
Carlos Alberto de Oliveira Cruz
João Manuel de Mello Franco
Fernando Maria da Costa Duarte Ulrich
António Pedro de Carvalho Viana Baptista
Joaquim Aníbal Freixial de Goês
Luís Augusto da Silva
Israel Vainboim
Fernando Abril-Martorell
Jorge Humberto Correia Tomé
Patrick Monteiro de Barros
Jorge Maria Bleck

PT Comunicações

Presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa

Administradores
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz* (PCE)
Álvaro José Roquette Morais*
Maria Josefa M. Ramalho Palavra Berrones*
Manuel Filipe Preto Garcia
José Pereira da Costa
Jorge Aníbal Metello de Nápoles

Marconi

Presidente
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz

Administradores
Jorge Aníbal Metello de Nápoles* (PCE)
António Proença Adão*
Paulo André Inácio Garrido*
Joaquim Filipe Nunes Correia

PT Prime SGPS

Presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa

Administradores
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz* (PCE)
Álvaro José Roquette Morais*
Maria Josefa M. Ramalho Palavra Berrones*
José Pereira da Costa*
Manuel Filipe Preto Garcia*
Iriarte José Araújo Esteves

PT Prime

Presidente
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz

Vice-Presidente
Álvaro José Roquette Morais* (PCE)

Administradores
Maria Josefa M. Ramalho Palavra Berrones
José Pereira da Costa
Manuel Filipe Preto Garcia
José Carlos Andrade Gonçalves*
Victor Augusto Brinquete Bento*

* Membros da Comissão Executiva (CE); PCE – Presidente da CE.

** Directoria da Telesp Celular: Gilson Rondinelli Filho (Presidente), Maria Paula Canais (Vice-Presidente), Luís Filipe Avelar (Vice-Presidente) e Carlos Alberto Ferreira Silva (Vice-Presidente).

PT Móveis

Presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa

Administradores
Iriarte José de Araújo Esteves* (PCE)
Pedro Manuel Brandão Rodrigues*
António Joaquim Simões Gomes de Azevedo
José Manuel de Moraes Briosa e Gala*

TMN

Presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa

Administradores
Iriarte José de Araújo Esteves* (PCE)
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz
Rodrigo Justino de Mendonça Ferreira*
António Lopes Soares*
António Joaquim Simões Gomes de Azevedo
Maria da Graça Galvão de Carvalho*

Telesp Celular Participações**

Presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa

Vice-Presidentes
Iriarte José de Araújo Esteves
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz

Conselheiros
Zeinal Bava
Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes
Francisco José Azevedo Padinha
Gilson Rondinelli Filho
Eduardo Perestrelo Correia de Matos
Luís Manuel Pêgo Todo Bom
Norberto Veiga de Sousa Fernandes
Estanislau José Mata Costa
Guilherme Silvério Portela Santos
José Pedro Faria Pereira da Costa
Maria Paula de Almeida Martins Canais
Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício
Paulo José Soares
António Gonçalves de Oliveira

PT Multimedia

Presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa

Administradores
Manuel Corrêa de Barros de Lancastre* (PCE)
Luís Filipe Medeiros Cravo Ribeiro*
José Manuel da Graça Bau*
Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo*
José Augusto Castelhano Nunes Egreja*
Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida
Fernando Maria da Costa Duarte Ulrich
Joaquim Aníbal Freixial de Goês
Henrique Manuel Fusco Granadeiro
Franquelim Fernando Garcia Alves
José Pedro Sousa de Alenquer
Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira
João Manuel Larroude Trigo da Roza
José Pedro Salas Pires

TV Cabo Portugal

Presidente
Manuel Corrêa de Barros de Lancastre

Administradores
José Manuel da Graça Bau* (PCE)
Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo*
Luís Filipe Medeiros Cravo Ribeiro
José Augusto Castelhano Nunes Egreja
José Pedro Salas Pires*
José Antunes João
António Aleixo Claudino Caria*
Luís Manuel Leal Victor*

PT Multimedia.com

Presidente
Manuel Corrêa de Barros de Lancastre

Administradores
João Manuel Larroude Trigo da Roza* (PCE)
Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo*
Luís Filipe Medeiros Cravo Ribeiro
José Manuel da Graça Bau
José Augusto Castelhano Nunes Egreja*
José Pedro Salas Pires*
Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão
Carlos Manuel R. Pina Teixeira*

Lusomundo

Presidente
Manuel Corrêa de Barros de Lancastre

Vice-Presidente
Luís Filipe de Medeiros Cravo Ribeiro* (PCE)

Administradores
Luis Miguel da Fonseca Pacheco de Melo*
José Augusto Castelhano Nunes Egreja
Henrique Manuel Fusco Granadeiro*
José Antunes João
Luís João Bordallo da Silva

Portugal Telecom Internacional

Presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa

Vice-Presidente
Zeinal Bava

Administradores
Nuno Manuel Caldeira da Silva* (PCE)
José Manuel de Moraes Briosa e Gala*
Luís Manuel da Costa Sousa de Macedo
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
Maria Margarida Moura Sá Costa*

INFORMAÇÃO AOS ACCIONISTAS

Negociação das acções e ADS

As acções da PT estão cotadas na Euronext Lisboa (código: PTCO.IN) e na New York Stock Exchange, sob a forma de ADS – American Depository Shares (código: PT). Um ADS é equivalente a uma acção ordinária.

Em 30 de Junho de 2002, o Capital Social da empresa encontrava-se representado por 1 254 285 mil acções com o valor nominal de

1 euro cada, estando cotadas em Bolsa 1 254 284 500 acções. Na mesma data, o número de ADS registados ascendia a 63 701 017.

COTAÇÕES - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2002

Cotações	Euronext Lisboa (euros)	NYSE (US\$)
Máxima	9,53	8,55
Mínima	6,51	6,01
Fecho (28/06/02)	7,15	7,11

Informações

Os accionistas, investidores, analistas e demais interessados devem enviar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, Form 20-F, Press-releases, etc.) para o seguinte contacto ou endereço:

Portugal Telecom

Relação com Investidores (RIC)
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40-8.^o
1069-300 Lisboa (Portugal)
Tel. / Fax: +(351) 21 500 1701 / +(351) 21 355 6623
E-mail: pt.ric@netcabo.pt, ou, vitor.j.sequeira@telecom.pt

Os detentores de ADS podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADS da PT em Nova Iorque:

The Bank of New York

ADR Division
101 Barclay Street, 22nd Floor
New York, NY 10286, USA
Tel. / Fax: 1 646 885 3284/ 1 646 885 3043

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Calendário Financeiro 2002

- 13 MAR Divulgação dos Resultados do exercício de 2001
23 ABR Assembleia Geral Anual de Accionistas
30 ABR Divulgação dos Resultados do 1.º Trimestre de 2002
1 JUL Filing do Form 20F com a SEC e NYSE
12 SET Divulgação dos Resultados do 1.º Semestre de 2002
30 OUT Divulgação dos Resultados dos Primeiros Nove Meses de 2002
31 DEZ Fim do exercício de 2002

A Comissão do
Mercado de Valores Mobiliários,
ao abrigo do disposto no n.º 3
do artigo 250.º do Código
dos Valores Mobiliários,
dispensou a publicação das
contas semestrais individuais.

Os documentos
de prestação de contas
alvo desta dispensa
encontram-se disponíveis
para consulta,
juntamente com os restantes,
na sede desta Sociedade.

Edição | ICC > Imagem e Comunicação Corporativa PT
Design | José Brandão | Paulo Falardo [Atelier B2]

Pré-imprensa | Textype

Impressão | Naveprinter

Portugal Telecom